UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

HÉCTOR RENÉ MENA MÉNDEZ

INFORMAÇÃO E COLETIVOS CULTURAIS MEDIÁTICOS:
REDES CONTEMPORÂNEAS DE AÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

SÃO PAULO

2016

HÉCTOR RENÉ MENA MÉNDEZ

**INFORMAÇÃO E COLETIVOS CULTURAIS MEDIÁTICOS:
REDES CONTEMPORÂNEAS DE AÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pos-Graduação em Ciência da Informação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antônio de Almeida. Área de concentração: Cultura e Informação. Linha de Pesquisa: Apropriação Social da Informação.

SÃO PAULO

2016

HÉCTOR RENÉ MENA MÉNDEZ

**INFORMAÇÃO E COLETIVOS CULTURAIS MEDIÁTICOS:
REDES CONTEMPORÂNEAS DE AÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pos-Graduação em Ciência da Informação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antônio de Almeida. Área de concentração: Cultura e Informação. Linha de Pesquisa: Apropriação Social da Informação.

Data de Avaliação___ / ___ / ___ /

Conceito:_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Antônio de Almeida (orientador)
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira (membro)
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Heloiza Matos e Nobre (membro)
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Elaine Rosangela de Oliveira Lucas (membro)
Universidade do Estado de Santa Catarina

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo central estudar as sociedades contemporâneas, a partir das dinâmicas infocomunicativas em que se desdobram alguns fenômenos coletivos organizados em rede na América Latina. O objeto de pesquisa está delimitado ao contexto de manifestação em junho de 2013 no Brasil, e ao papel desenvolvido pelo coletivo Mídia NINJA nesses acontecimentos. O trabalho se complementa com comentários e comparações ocasionais de outros movimentos similares no continente americano. Metodologicamente, utilizou-se a técnica da netnografia, uma abordagem que adapta-se às contingências específicas do contexto em estudo, além de pesquisa bibliográfica e entrevistas. A partir da análise dos dados, concluiu-se que a ação social contemporânea se diferencia de um modelo de organização política tradicional; ela se alinha com as experiências individuais dos atores antagonistas e com o uso e apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o que coloca o acento na informação e na cultura como terreno estratégico dos conflitos.

Palavras-chave: Informação. Coletivos Culturais Mediáticos. Jornadas de Junho. Movimentos Sociais. Tecnologias de Informação e Comunicação.

ABSTRACT

This research project seeks to study the contemporary societies, from the info-communicative dynamics in the work developed by some collective phenomena organized in a network in Latin America. The object of this research is delimited to the context of the demonstration that took place in June 2013 in Brazil, and the role played by the collective media NINJA in these events. The work is complemented with comments and occasional comparisons of similar movements in the American continent. Methodologically, it uses the netnography technique because it is an approach customized to the specific contingencies of the context under study, as well as bibliographic and research through interviews. From the analysis of the data, it was concluded that contemporary social action differs from a traditional model of political organization; it aligns with the individual experiences of antagonistic actors and the use and appropriation of Information and Communication Technologies (ICT), which highlights the information and culture as a strategic land conflicts.

Keywords: Information. Media Cultural Collectives. Journeys of June. Social Movements. Information and Communication Technologies.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: A CONFORMAÇÃO DE IDENTIDADES QUE EXPLODEM PELO GLOBO.....	12
2.1. Informação e Pânico, do conceito para as ruas	13
2.2. Identidade e Conhecimento: elementos interculturais para a ação	16
2.3. Entre teorias e casos: movimentos sociais ou ações coletivas na América Latina? ...	20
3. O ANTES, DURANTE E DEPOIS: UM TRAJETO EPISTEMOLÓGICO PELAS JORNADAS DE JUNHO	28
3.1. O antes: a crônica de uma manifestação anunciada.....	29
3.1.1. A crise da representação: algumas reflexões a partir das juventudes.....	31
3.1.2. A tecnologia, revolução cultural nas novas gerações?	34
3.2. Durante: a mídia e as redes em debate	36
3.2.1. A mídia, no olho do furacão?	38
3.2.2. As redes de indignação e esperança	40
3.3. Depois: rumo a desafios sociais/culturais da informação	43
3.3.1. Políticas culturais, manifestações contemporâneas para ação coletiva.	43
4. APROPRIAÇÃO POLÍTICA E CULTURAL DAS TIC: A EMERGENCIA DE ESFERAS PÚBLICAS INÉDITAS.....	47
4.1. A política e a cultura, na perspectiva do público.....	48
4.2. A esfera pública, o lugar por excelência da prática comunicativa.....	50
4.3. Uma reflexão do consumo cultural no tempo contemporâneo	53
4.4. Afinal, uma esfera pública digital é possível?	55
5. Reflexões finais: informação, tecnologias e movimentos sociais	62
6. Referências	66
7. Apêndices.....	71

1. INTRODUÇÃO

Há exatamente quatro anos, como parte da minha formação em comunicação social, comecei a estudar o ativismo juvenil em redes sociais da internet. Nesse contexto, identifiquei, claramente, três indicadores que constituíam uma parte do marco conceptual do fenómeno. Primeiro, são coletivos, mais que movimentos no sentido tradicional da expressão, conformados por atores antagónicos aos valores predominantes e a qualquer organização formal; segundo, os coletivos são liderados principalmente por jovens e, na maioria dos casos, desempregados, com algum grão de formação académica; terceiro, encaram a internet, através de seus ambientes digitais, não apenas como uma ferramenta técnica mas como instrumento capaz de proporcionar uma estrutura de organização social, de promover uma expressão cultural e de garantir uma autonomia política. Essas considerações se alinham com o que pensam autores que estudam essa temática: Canclini, Castells e Melucci.

Entre os casos mais representativos, podem-se mencionar as mobilizações na Tunísia, em dezembro de 2010, e as que continuaram nos próximos anos pelo mundo árabe; *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos; *#YoSoy132*, no México; *Passe Livre*, no Brasil e os *Indignados* que surgiram na Espanha, mas se difundiram de modo viral na América Latina. Em meu país, El Salvador, por exemplo, os *Indignados* tiveram eco, conseguindo mobilizar um número significativo da população; no entanto, sua atuação foi tão efêmera, que não tiveram desdobramentos posteriores de sua luta inicial: será que eles – os aqui denominados coletivos – são mesmo possíveis nas sociedades contemporâneas ou são utopias? A partir de que elementos pode-se explicar a dinâmica comunicativa dessas redes coletivas que explodem pelo globo?

Para avançar nessas questões, temos procurado estabelecer, ainda que dispostos a debater acerca de tal tentativa, alguns dos indicadores que conduzem à definição dos fenómenos aqui estudados como coletivos culturais mediáticos. Tem-se dito que são coletivos mediáticos por sua cobertura em eventos e jornadas massivas, pouco visibilizadas pelos meios tradicionais de comunicação. Além disso, seu agir nos ambientes digitais vislumbra um componente cultural significativo, ao expor sua criatividade política/simbólica no uso de diversos tipos de mídias, assim como das emoções provocadas pelas narrativas que produzem. Por último, mas não por isso menos importante, enfatizamos seu carácter informacional, pelo fato de organizar/disseminar informações de forma descentralizada, mutável e seletiva.

Sob essa perspectiva, propiciada pela tríade – mídia, cultura e informação –, se levantou, em um primeiro momento da pesquisa e a partir de casos concretos como o Mídia NINJA (Brasil) e desInformémonos (México), a crítica desses coletivos entendidos como

plataformas alternativas do jornalismo tradicional. Em outras palavras, podia-se denominar jornalismo informativo à dinâmica de trabalho que tem desempenhado os coletivos desde seus ambientes digitais da internet?

Ao desdobrar-nos propriamente sobre essa dinâmica no contexto contemporâneo, encontramos-nos com uma realidade que coloca-se em um corpo mais abrangente, condicionada pelo espaço social em que se situam as ações coletivas. Na verdade, as formas contemporâneas de ação coletiva são múltiplas, variáveis e atingem diversos níveis do sistema social. Não existem atores conflituais por essência, a ação tem característica temporária, onde podem-se envolver atores diversos e deslocar-se em áreas diversas do sistema.

No passado, ocupar-se dos conflitos significava analisar a condição social de um grupo e deduzir daí as causas da ação. Hoje, é necessário identificar o campo dos conflitos a nível de sistema e explicar como certos grupos sociais interferem neste campo (MELUCCI, 2001, p.23).

O espaço social dos coletivos constitui-se, portanto, em uma área distinta do sistema e não coincide mais com as formas tradicionais de organização nem com os canais estáveis da representação política. Os conflitos desenvolvem-se naquelas áreas do sistema diretamente investidas pelos fluxos informativos e os valores dominantes. Os atores destes conflitos são provisórios e a sua ação opera como reveladora, anunciando para a sociedade os dilemas cruciais que a atravessam.

Essas interpretações são estudadas na segunda sessão da dissertação, a qual tem fundamento mais teórico que empírico, busca transcender uma visão jornalística da informação para uma perspectiva dos resultados políticos, sociais e culturais nos processos comunicativos em que se desdobram algumas experiências coletivas nas sociedades contemporâneas. Para alcançar tal propósito, o texto segue o seguinte percurso: **a)** uma breve discussão do conceito de informação, além de considerar alguns dos clássicos da Ciência da Informação (CI) para trazer ao debate os deslocamentos que tem experimentado o conceito e o campo desde seu início; **b)** um olhar intercultural para as sociedades contemporâneas, a partir das definições de identidade e conhecimento propostos por Melucci; **c)** levantar o debate sobre movimentos sociais e ações coletivas, elencando algumas teorias e casos concretos na América Latina.

Um debate desta natureza é reforçado pelo fato de que, em um sistema planetário, a realidade social torna-se sincrônica: “na contemporaneidade criada pelo universo das mídias, coexistem todos os extratos geológicos da história humana” (MELUCCI, 2001, p. 24). No presente, os movimentos surgem a partir de conflitos que têm raízes históricas diversas, ou

seja, convergem formas de descontentamento e de marginalidade que um sistema social tende a produzir.

As denominadas Jornadas de Junho se alinham nessa perspectiva, um contexto de manifestação que caracterizou a segunda metade de 2013 no Brasil, e cujas causas remetem para uma intencionalidade mais ou menos nítida. Rubens Figueiredo (2014) utiliza a expressão da espiral do silêncio para sustentar a tese de que foram diferentes os fatos que irritaram a opinião pública e, numa escala crescente, geraram protestos nas redes sociais – que foram também as grandes mobilizadoras das manifestações – e culminaram com a catarse popular nas ruas.

A terceira sessão posiciona-se sobre as Jornadas de Junho a partir de uma perspectiva epistemológica dos acontecimentos, onde o social e o cultural ganham visibilidade, mediante a problematização daquelas naturalizações que muitas vezes passam por alto ante os olhares de quem analisa. Assim, encontra-se: **a)** na participação dos jovens; **b)** no uso e apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); e **c)** nas políticas e ações culturais, alguns elementos que contribuem para compreender as características, as dinâmicas e os sentidos desses acontecimentos.

Olhar o fenômeno dessa forma obriga-nos a rever conceitos como “esfera pública”, “política”, “cultura”, “comunicação”, “mediação” e “público”, distinções que perdem sua consistência e assinalam com as suas crises uma mudança no nosso universo conceitual. Vale aqui reconhecer que o sentido das palavras acompanha as transformações sociais ao longo da história. Não por acaso, com o advento das TIC, se apresentaram novos desafios, possibilidades e diálogos interdisciplinares. Um exemplo vislumbra-se nas maneiras em como nos posicionamos no mundo.

As TICs estabeleceram uma rede global na qual sociedades com distintos modos de vida e histórias se enredam, gerando um novo ambiente que causa profundos impactos nos modos de vida dos indivíduos, provocando fortes choques entre as culturas locais e os fluxos culturais globalizados (ALMEIDA, 2014a).

Assim, alguns dos traços que definem a última sessão deste trabalho encontram-se na politização dos espaços cotidianos – que não passam necessariamente pelo território físico –; no esclarecimento do conceito de cultura, considerando o contexto contemporâneo caracterizado por redes sociotécnicas; resultando, no final, na emergência de esferas públicas com características inéditas possibilitadas pelas TIC.

Vale acrescentar aqui, a partir dessas possibilidades tecnológicas na vida social contemporânea, que o método utilizado nesta pesquisa responde à técnica netnográfica, uma

forma especializada de etnografia adaptada às contingências específicas dos mundos sociais de hoje mediados por computadores. Trata-se, em outras palavras, de uma abordagem metodológica qualitativa, que transpõe a discussão das experiências sociais face a face para as experiências da mediação, sociabilidade e apropriação social das TIC dentro de uma comunidade ou cultura digital em particular.

De acordo com Kozinets (2014), é preciso adotar uma nomenclatura que venha a especificar as diferenças existentes entre uma etnografia online e aquela offline. Sob essa necessidade por desdobrar outros procedimentos específicos para o estudo das culturas e comunidades online, o autor assinala os seguintes:

Primeiro, **o ingresso na cultura ou comunidade online é diferente**. Ele diverge do termo face a face em termo de acessibilidade, abordagem e extensão da potencial inclusão. “Participação” pode significar algo diferente pessoalmente e online. Assim como o termo “observação”. Segundo, **a coleta e análise de dados culturais apresentam determinados desafios bem como oportunidades que são novas**. A ideia de “inscrição” de “notas de campo” é radicalmente alterada. As quantidades de dados podem ser diferentes. A capacidade de aplicar determinados instrumentos e técnicas analíticas muda quando os dados já estão em formato digital. O modo como os dados precisam ser tratados pode ser diferente. Finalmente, **existem poucos ou nenhum procedimento ético para o trabalho de campo realizado pessoalmente que se traduzam facilmente para o meio online**. As diretrizes abstratas do consentimento informado estão sujeitas a amplos graus de interpretação (KOZINETTS, 2014, p. 13).

Nosso objetivo central de pesquisa se alinhou perfeitamente com os pontos identificados pelo autor, desde que orientados para o estudo de experiências informativas e comunicativas em que se desdobram alguns fenômenos coletivos nos ambientes digitais da internet. Dito em outras palavras, nosso intuito foi sistematizar e analisar experiências coletivas, em contextos de mobilização social, que permitem a emergência de novos espaços de informação e comunicação, além de redimensionar a relação dos indivíduos com a produção da informação, a prática e a própria construção do público.

Para isso, guiamo-nos pelas cinco etapas que descreve Kozinets sobre a netnografia: a primeira, *entrée cultura*, que consiste na identificação do objeto de pesquisa; a segunda, a coleta de dados, limitada à aquisição dos dados na comunidade virtual do estudo; a terceira, a análise e interpretação, fundamentada na classificação, codificação e contextualização dos dados; a quarta, concernente à ética informacional no uso dos dados patrocinados pelos indivíduos pesquisados e, por último, a etapa da validação, onde se compara a teoria desenvolvida com a comunidade ou cultura pesquisada.

Para os propósitos deste projeto, nos limitamos aos primeiros três passos por se tratar dum estudo que busca estudar as formas em que se desenvolve a dinâmica

informacional e comunicativa das experiências coletivas nos ambientes digitais da internet, tomando em conta o relacionamento, as atividades e os significados que se forjam entre os sujeitos que participam dessas plataformas. Não trabalhamos com informação e comentários específicos de uma pessoa, dispensando assim nossa escolha pelas primeiras três fases.

Finalmente, realizamos entrevistas com alguns dos membros que conformam o coletivo Mídia NINJA, Jornalistas Livres, assim como líderes ou representantes de organizações sociais e acadêmicos vinculados com o tema de movimentos sociais, a fim de complementar e aprofundar nos dados obtidos nas etapas preliminares da pesquisa.

A importância da compreensão social da CI, dadas as configurações econômicas, sociais e culturais ocorridas no último século, seja, talvez, a chave da leitura deste trabalho. Isto é: a informação em suas múltiplas formas e concepções – científica, artística e mercadológica – tornou-se central na dinâmica social contemporânea. Sob essa concepção, a CI seria concebida não como um campo já estabelecido, mas, em processo de construção e produção, sendo, portanto, vislumbrada como uma ciência que encontra na atividade dos seus pesquisadores e profissionais a definição do seu conteúdo e contexto social. Nesse sentido, ao considerar que “as tecnologias da informação e da comunicação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos” (CASTELLS, 2001, p.70), as regras ainda não estão definidas. As sociedades contemporâneas devem ser entendidas como algo inacabado, em desenvolvimento e construção junto com seu objeto de intervenção: os coletivos culturais mediáticos.

2. INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: A CONFORMAÇÃO DE IDENTIDADES QUE EXPLODEM PELO GLOBO

Era uma noite de domingo, nos lembra Eduardo Meditsch (2013), especificamente 30 de outubro de 1938, véspera de *Halloween* nos Estados Unidos. A rede de rádio CBS transmitia o programa *Mercury Theater*, que semanalmente apresentava textos literários adaptados, sob a direção de Orson Welles, um ator talentoso de 23 anos. Naquela semana, o texto escolhido narrava uma história surpreendente: a terra estava sendo invadida por marcianos! Mas o que aconteceu nessa noite foi mais surpreendente ainda: “milhares de pessoas deixaram as suas casas tentando fugir das cidades. O pânico provocou acidentes em série, prejuízos incalculáveis e até tentativas de suicídio” (MEDITSCH, 2013, p.17).

A popular obra da “Guerra dos Mundos”, escrita no final do século XIX pelo inglês H.G. Wells, parece exemplar para introduzir o tema em torno à importância da informação como elemento que potencializa a geração de outros conhecimentos, alargando as possibilidades de ação no mundo. Para entender melhor esse ímpeto, o étimo latino *informatio* considera a informação como aquilo que molda a mente humana (Capurro; Hjørland, 2007) e, desta maneira, produz o conhecimento em seu sentido *lato*. Assim, na tentativa de entender a repercussão que teve a peça de Welles, escreve Nilson Lage (1998), no prefácio do livro *Rádio e Pânico*:

Suponha que alguém lhe dê uma informação surpreendente, e ela se confirme. Depois outra informação surpreendente, que se confirma. E uma terceira, uma quarta, muitas informações confirmadas. Admitindo que o conhecimento resulta da informação e da experiência, ou seja, acreditando na lógica indutiva, você poderá ser levado a admitir que qualquer informação da mesma fonte ou veículo, por espantosa que seja, será verdadeira (...) Quando a ficção finge ser realidade e a atmosfera de ansiedade e temor suprime o juízo crítico, pode ocorrer o pânico, pelo menos é uma hipótese (LAGE, 1998, p.14).

Essa hipótese pode ser adaptada para um contexto contemporâneo, considerando a infinidade de informações e dados que se colocam disponíveis na Internet. Algo jamais sonhado, expressará Almeida (2009), que excede, em muito, as capacidades cognitivas individuais. Porém, acrescentará o autor: “essa gigantesca memória eletrônica a nossa disposição, especialmente na *World Wide Web*, a rede mundial de computadores, não é, por si só, garantia de construção ou acesso ao conhecimento” (ALMEIDA, 2009, p.11). A rede, igual ao radioteatro da Guerra dos Mundos, pode criar uma atmosfera fictícia de informações, ocultando diferenças, hierarquias, relações e seleções arbitrárias.

Esta sessão, que tem fundamento mais teórico que empírico, busca transcender uma visão jornalística da informação para uma perspectiva dos resultados políticos, sociais e culturais nos processos informativos/comunicativos em que se desdobram algumas experiências coletivas nas sociedades contemporâneas.¹ Porém, considerando que esses âmbitos se retroalimentam nas pesquisas em Ciências Sociais, as reflexões teóricas foram estimuladas pela convivência e conversas com pessoas vinculadas ao campo de pesquisa, algumas delas membros de coletivos, jornalistas, ativistas e acadêmicos da área das comunicações e da Ciência da Informação.

A premissa da pesquisa se fundamenta nos seguintes pontos: **a:** nas sociedades contemporâneas, a informação se torna um elemento fundamental para a conformação de ações culturais coletivas; **b:** a informação só é efetiva quando se transforma em conhecimento específico para ação; **c:** nas sociedades contemporâneas, as ações coletivas se conformam no campo da cultura, preponderando o uso da informação como conhecimento específico para ação.

Para isso, propõe-se; primeiro, uma breve discussão do conceito de informação, além de considerar alguns dos clássicos da CI para trazer ao debate os deslocamentos que tem experimentado o conceito e o campo desde seus inícios; segundo, um olhar para as sociedades contemporâneas, a partir das definições de identidade e conhecimento propostos por Melucci; por último, levantar o debate sobre movimentos sociais e ações coletivas, elencando algumas teorias e casos concretos na América Latina.

2.1. Informação e Pânico, do conceito para as ruas

Já que a universalidade, a velocidade e a intensidade das transformações ocorridas no último século dependeram basicamente do conhecimento e da informação, seria desejável que a agenda de pesquisa da área se dedicasse à proposição analítica dos problemas para os quais propõe soluções (LARA, M. L. G., et al., 2007, p.44).

Informação: embora a Ciência da Informação (CI) a tenha reivindicado como seu objeto de estudo desde os anos 1960, ao falar sobre ela remete para um conceito que, paradoxalmente, pertence a todos e a ninguém; trata-se, dirão alguns autores, de um

¹ Neste trabalho, se utilizam as definições de sociedades contemporâneas ou sistemas complexos para referir-se às sociedades descritas por Alberto Melucci no seu livro “A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas”. Para o autor, os conflitos contemporâneos se desenvolvem naquelas áreas do sistema diretamente investidas pelos fluxos informativos e simbólicos mais intensos. Os atores destes conflitos são provisórios e a sua ação opera como reveladora, anunciando para a sociedade os dilemas cruciais que a atravessam.

“conceito-viajante” (BAREL; CAUQUELIN, 1993, apud MARTELETO, 2007, p.4). Não é por acaso, que uma das características que marca a origem e define a natureza mutante da CI é a sua relação interdisciplinar, o que produz uma dificuldade em sua precisão científica, além de estimular a imaginação de quem a estuda.

Para atenuar essas dificuldades, um dos clássicos da área, Tefco Saracevic (1996) delimita, claramente, duas linhas de ação: “a Ciência da Informação engloba tanto a pesquisa científica quanto a prática profissional, pelos problemas que propõe e pelos métodos que escolheu ao longo do tempo para solucioná-los” (SARACEVIC, 1996, p.41).

Por sua parte, o filósofo uruguaio, Rafael Capurro (2003), ao estudar a epistemologia da CI e inspirado por Thomas Khun, identifica três tipos de paradigmas que sustentam os estudos no campo: o físico, cognitivo e social. De acordo com o autor, a Ciência da Informação centra-se, em meados do século XX, num paradigma físico, o qual é questionado, posteriormente, por um enfoque cognitivo idealista e individualista, sendo este por sua vez substituído por um paradigma pragmático e social, de corte tecnológico digital. O presente trabalho se alinha neste último, desde que o ímpeto da pesquisa guia-se pela construção social de processos informativos, ou seja, no estudo de experiências informáticas em que se desdobram alguns fenômenos coletivos organizados em rede na América Latina.

Essa perspectiva remete aos conceitos de informação e de texto em Belkin e Robertson, para os quais o texto, em um sentido amplo, é um conjunto de signos propositalmente ordenado, com a intensão de produzir alterações nas estruturas mentais dos indivíduos, resultando em um novo conhecimento. Entende-se, então, que o texto, quando assimilado em seu significado, converte-se em informação, isto é, “naquilo que tem potência para gerar outros conhecimentos nos indivíduos alargando, assim, as possibilidades de ação no mundo” (BELKIN; ROBERTSON, 1976, Apud FERREIRA, 2015, p.8).

Em uma linha mais cronológica, Almeida (2009) sustenta que, até finais do século XIX, o termo – informação – possuía o sentido relativamente estabelecido de notícia, fato ou evento comunicado por alguém ou por uma instituição; já no percurso do século XX, principalmente em sua segunda metade, a concepção ganha novos matizes: na linha da cibernética, por exemplo, se considera a informação como medida de incerteza, como processo de introdução de ordem num sistema tendencialmente entrópico. Uma segunda perspectiva aparece na década de 70, com a ideia de uma “evolução” da sociedade capitalista em direção a uma “sociedade da informação”. Autores como Marc Porat, em artigo de 1977; e Daniel Bell, autor de *O advento da sociedade pós-industrial* (1977) utilizam a expressão para

referir-se a um processamento de dados em seu sentido mais amplo: “estocar, recuperar e processar dados como atividade e/ou recurso essencial para todas as trocas econômicas e sociais” (MATTELART, 2002, Apud ALMEIDA, 2009, p.13).

Está última concepção serve de parâmetro para entender as sociedades complexas, denominadas assim pelo sociólogo italiano Alberto Melucci (2001), por sua alta densidade na produção de informação: “nos sistemas contemporâneos, os sinais se tornam intercambiáveis e o poder se situa nas linguagens e nos códigos que organizam o fluxo de informações” (MELUCCI, 2001, p.27). Neste sentido, produzir significa cada vez mais não apenas transformar recursos naturais e humanos em mercadorias, mas também controlar sistemas complexos de informações, de símbolos e de relações sociais. O mercado deixa de ser espaço exclusivo de circulação de mercadorias, tornando-se também campo de intercâmbio de símbolos.

George Yúdice (2006), nessa perspectiva, reconhece que a cultura é muitas vezes usada enquanto recurso para se atingir um fim. Para o autor, a arte e a cultura têm um potencial para estimular o crescimento econômico e melhorar as condições sociais de determinadas comunidades. Nesse processo, onde a economia se vale da cultura como recurso para outros fins, exige-se uma participação ativa dos indivíduos, o que implica uma elevada identificação, isto é, um investimento adequado de recursos motivacionais e simbólicos que permitam o seu posicionamento e/ou incidência nas sociedades contemporâneas:

Para poder produzir e consumir, os atores sociais devem “reconhecer-se”: na identidade que estão em condições de construir ou naquela que lhes é imposta pela multiplicidade de pertencimentos sociais e pelos sistemas de regras que os governam. Uma sociedade de aparatos impõe identidade, definindo o sentido e as orientações da ação individual por meio dos processos capilares, diferenciados, pontuais de difusão de modelos simbólicos. Importa obter identificação, modelar identidades funcionais, adaptáveis, substituíveis (MELUCCI, 2001, p. 80).

Identidades funcionais, adaptáveis e substituíveis, ou seja, que não haja uma identidade no singular, dura, estável, mas identidades que se multiplicam e se renovam continuamente como no conceito viajante da informação, que simultaneamente provoca e sofre mudanças nos domínios epistemológicos que atravessa. Se já no campo científico a variabilidade semântica do conceito de informação é uma realidade reconhecida por diferentes autores, o que dizer em outros contextos, onde pode-se encontrar a heterogeneidade de identidades, por exemplo, as pessoas que foram para as ruas em junho de 2013 no Brasil, e para as quais a informação assume uma multiplicidade de significados, sobretudo em uma

atmosfera de ansiedade e de muita euforia, o que pode suprimir o juízo crítico e, portanto, produzir o pânico. Ao menos aqui, também, pode ser uma hipótese:

A Paulista não está perto da Faria Lima², eu estava na Faria Lima, e eu via infinitas pessoas para frente e para atrás, até o que meu olhar conseguia alcançar. Quando eu estava nesse lugar, eu peguei o meu telefone para ligar a meu amigo e perguntar onde é que ele estava. Foi assim: ‘eu estou na Paulista, até onde eu consigo olhar para frente e para atrás está totalmente tomado de gente’, me diz (...) E a gente estava em pontos distintos da cidade. Eu tenho certeza que em 2013, esse dia, absolutamente, foi fora da curva³.

2.2. Identidade e Conhecimento: elementos interculturais para a ação

Ao se globalizarem os intercâmbios econômicos, as migrações, os meios de informação e entretenimento, as condições ecológicas e muitas enfermidades, requer-se uma concepção que se conheça as diferenças junto com as desigualdades, as interconexões entre sociedades com formas distintas de conhecimento (Smelser e Alexander, 1999).

Em seu livro, “A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas”, o também psicólogo clínico Alberto Melucci inicia o capítulo sobre “Conflitos de Cultura” refletindo sobre a diversidade de adjetivos que são colocados aos processos contemporâneos – sociedades do conhecimento, da informação, do capitalismo maduro, pós-industriais, pós-materiais, complexas –, mas que nenhuma destas definições parece adequada para captar a substância das transformações em curso:

Vale a pena declarar abertamente o impasse no qual nos encontramos e que nos faz oscilar entre a terminologia do passado que continuamos a utilizar porque não temos outra, e conceitos alusivos, privados de consistência analítica. Se não estivéssemos diante de mudanças qualitativas e descontinuidades, difíceis de serem reconhecidas como características do capitalismo industrial, seria desnecessário inventar novos nomes e poder-se-ia trazer de volta os fenômenos observados para o interior de velhas categorias. A saída do impasse começa com o reconhecimento do problema (MELUCCI, 2001, p.70).

Sob essa perspectiva, o antropólogo e filósofo Néstor García Canclini (2007), alerta sobre as implicações sociais e culturais na generalização de alguns conceitos, “sociedade do conhecimento”, por exemplo, para definir à totalidade do planeta, incluindo

² A avenida Paulista é uma das avenidas mais importantes do município de São Paulo, não só por ser a sede principal dos centros financeiros da cidade, mas também por funcionar como espaço cultural e de entretenimento. Muitas das manifestações do país se concentram neste lugar. A avenida Faria Lima, por sua parte, é uma das artérias mais movimentadas da cidade de São Paulo, além de um importante centro comercial e financeiro. A distância entre ambos os lugares ronda os 5 km aproximadamente.

³ Entrevista com Márcio, ativista que participou nas manifestações de 2013 no Brasil, realizada na Biblioteca de Educação da Universidade de São Paulo (USP), no dia 11 de novembro de 2015.

etnias e milhares de populações: “requer especificar com cuidado seu âmbito de aplicação para não homogeneizar movimentos heterogêneas ou grupos sociais excluídos das modalidades hegemônicas do conhecimento” (CANCLINI, 2007, p.225). Nesse sentido, os debates sobre as sociedades contemporâneas devem contemplar as muitas formas de diversidade cultural. O formidável incremento de conhecimento na rede pode efetivamente comunicar – não é o mesmo que informar – se for usado para construir formas novas de coabitação cultural.

Em uma primeira fase, o autor atribui a responsabilidade da centralidade do conhecimento para os modernos Estados nacionais, os quais foram ordenando e hierarquizando as diferenças históricas, estabelecendo uma língua hegemônica em cada nação, valorizando a cultura laica uniforme acima das diferenças religiosas ou regionais, e organizando os campos do conhecimento, principalmente no Ocidente, com base nos modelos das ciências modernas. Nesse sentido, Oliveira (2007), alerta que o Estado se define a partir do triunfo do Uno, onde sua principal missão consiste em adestrar a multiplicidade social e reduzi-la a vetores controláveis; é o caso, por exemplo, dos partidos políticos e sindicatos, que compõem a oposição adestrada, previsível, permitida.

Entretanto, em uma segunda fase, Canclini acentua o papel da mídia na gestão de muitos saberes, formas de representação e imaginários sociais: “passou às mãos de empresas transnacionais a propriedade de grande parte das radiofrequências e dos patrimônios culturais midiáticos. O papel destas empresas “desterritorializadas” é decisivo na gestão da diversidade cultural” (CANCLINI, 2007, p.228).

Esse contexto é importante para entender a emergência de ações de coletivos organizados em rede, os quais são sintomas de movimentos antagonistas:

O conceito de “movimento” nascido para indicar atores históricos que interferem sobre aspectos político-estatais, revela-se inadequado para descrever a realidade dos fenômenos coletivos organizados em redes, e difusos. Os “movimentos” contemporâneos se apresentam como redes de solidariedade com fortes conotações culturais e, precisamente estas características, os diferenciam sempre mais claramente dos atores políticos ou das organizações formais (MELUCCI, 2001, p.23).

Um primeiro elemento a considerar nessa definição é apontado por Touraine e Melucci, a partir do conceito de identidade, vinculado com o de oposição e a totalidade. Assim, a identidade refere-se à forma em que o fenômeno coletivo define-se a si mesmo e como ele reconhece-se frente aos outros; a oposição identifica o adversário do ator social, além da relação antagonista que estabelece com ele; a totalidade tem a ver com um projeto alternativo de sociedade sugerido pelo coletivo.

Melucci (2001) explica, nessa perspectiva, que “nos sistemas complexos, a capacidade de intervenção sobre a ordem simbólica não só se generaliza em toda a sociedade, mas se move também em direção ao indivíduo” (MELUCCI, 2001, p.39). No passado, o pertencimento era pensado em termos de um grupo; agora o indivíduo é o ponto terminal dos processos de regulação. De fato, observa o sociólogo catalão, Manuel Castells (2013), os movimentos sociais de hoje são constituídos de indivíduos – no plural –, diferentes dos movimentos que ocorreram ao longo da história, onde encontram-se poucos indivíduos; “as vezes apenas um único herói, acompanhado por uma multidão indiferenciada, chamada classe social, etnia, gênero, nação, fiéis ou quaisquer outras denominações coletivas dos subconjuntos da diversidade humana,” (CASTELLS, 2013, p.21).

Oliveira (2007) reconhece nas intervenções que pipocam pelo globo uma multiplicidade de singularidade: “ação conjunta heterogênea, oposta à homogeneidade massificada em que os sujeitos compõe um bloco em que não é mais possível distingui-los” (OLIVEIRA, 2007, p.55). Para a autora, essa ausência de lideranças em uma grande vertente de movimentos e intervenções são sintomas da vontade de não serem identificados com um indivíduo ou grupo, mas como expressão intercultural, de vários sujeitos atuando em conjunto.

As novas formas comunitárias – fluidas, momentâneas, instáveis -, não são a exclusão da identidade e sim a afirmação de uma multiplicidade de identidades. A internet, que permite a conectividade de sujeitos diversos, não necessariamente identificáveis, cria novas maneiras de estar juntos (OLIVEIRA, 2007, p.62).

Ora, considerando que no contexto contemporâneo a internet potencializa a conectividade de identidades e que o conhecimento está na rede, mas que é um conhecimento codificado, “trata-se antes de saber onde está a informação, como buscá-la, transformá-la em conhecimento específico para fazer aquilo que se quer fazer” (Castells, 2003, p. 266). Nesse sentido, Mark Warschauer (2006), considera que o elemento de divisão social mais importante nas sociedades contemporâneas não é o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), e sim a capacidade educativa e cultural de utilizar a informação. Assim, o conhecimento se posiciona como um segundo elemento fundamental para entender os fenômenos coletivos organizados em rede.

(...) Seja porque em torno dele – o conhecimento –, são desencadeados conflitos importantes (apropriação e controle de formas de conhecimento, de informações, de instrumentos de produção e de circulação do saber), seja porque o conhecimento é a condição para revelar a natureza real das relações sociais ao elevado conteúdo simbólico, próprios das sociedades complexas,

por trás da aparência que os aparatos dominantes tendem a impor à vida coletiva (MELUCCI, 2001, p.142).

É importante deixar claro que o conceito de conhecimento que se debate aqui escapa da ideia do sujeito moderno como um ser dotado de um eu autônomo, identificado com a razão, uma razão alojada em algum lugar do cérebro, radicalmente distinto e distante do lugar que abriga as emoções, a imaginação e os desejos. Martin Barbero (2008) adverte que ainda existem intelectuais que se alinham com as considerações que propôs René Descartes em torno ao sujeito do conhecimento, um sujeito, cuja “capacidade de refletir sobre o próprio saber provém de um gesto de separação radical entre mente e corpo: o axioma ‘penso, logo existo’ é uma postulação de um eu independente ou separado da espessura aderente do corporal, de suas paixões ou sentimentos fobias ou afetos”. Os movimentos antagonistas definem-se pelo contrário, por serem redes com um forte componente emocional:

Para que se forme um movimento social, a ativação emocional dos indivíduos deve conectar-se a outros indivíduos. Isso exige um processo de comunicação de uma experiência individual para outras. Para que o processo de comunicação opere, há duas exigências: a consonância cognitiva entre emissores e receptores da mensagem e um canal de comunicação eficaz. A empatia no processo de comunicação é determinada por experiências semelhantes às que motivaram o acesso emocional inicial (CASTELLS, 2013, p. 23).

Um exemplo concreto sobre a importância do conhecimento se apresenta nos resultados do projeto *UK Children Go Online*, desenvolvido por Sonia Livingstone e Magdalena Bober, em 2005, os quais sugerem que os jovens com maior literacidade⁴, aqui entendida como uma forma de conhecimento, aproveitam mais as oportunidades online – educação, participação cívica, comunicação com os pares, busca de informação –, mas encontram mais riscos também – pornografia, racismo, assédio sexual, contato com estranhos ou bullying.

A partir da experiência com a literacidade dos jovens em ambientes digitais da internet, pode-se identificar, de forma paralela, algumas razões amplas pelas quais o conhecimento resulta fundamental nos fenômenos coletivos organizados em rede:

a) **Participação e cidadania ativa:** a informação, como aquilo que molda a mente humana, produz conhecimento, o que permite também a construção de uma opinião com critério próprio.

⁴ A literacidade é uma forma de conhecimento com continuidades claras em relação às formas comunicativas - impresso, audiovisual, interpessoal, digital-; além de interligar a habilidade individual e as práticas sociais que são possibilitadas por recursos econômicos, culturais e sociais (LIVINGSTONE, 2006, p.21). Os coletivos que se estudam neste trabalho possuem um olhar crítico, mas até que ponto? Qual a capacidade deles para essa leitura crítica da sociedade?

b) **Competividade e sociabilidade:** os atores com acesso a informação estão mais propensos para um intercâmbio de símbolos e de relações sociais interculturais.

c) **Expressão cultural e criatividade:** o conhecimento contribui para aquisição das habilidades não só críticas, mas expressivas dos atores sociais.

Observa-se, a partir do anterior, que os espaços onde se pondera o papel do conhecimento são também espaços políticos sociais e culturais, nos quais se encontram e se desencontram demandas provenientes dos atores sociais e exigências do sistema. Do mesmo modo, são espaços que caracterizam e difundem informações. Assim, eles fazem parte daquele espaço público – como se identifica de maneira mais detalhada na **sessão 4** deste trabalho –, no qual podem-se conformar a participação e a representação de identidades coletivas. Traçar um esboço sobre algumas teorias e casos concretos em torno à experiência de fenômenos coletivos organizados em rede pode estimular para um entendimento mais holístico dessa participação.

2.3. Entre teorias e casos: movimentos sociais ou ações coletivas na América Latina?

Os movimentos são um sinal. Não são apenas produto da crise, os últimos efeitos de uma sociedade que morre. São, ao contrário, a mensagem daquilo que está nascendo. Eles indicam uma transformação profunda na lógica e nos processos que guiam as sociedades complexas. Como os profetas, falam à frente, anunciam aquilo que está se formando sem que ainda disso esteja clara a direção e lúcida a consciência (MELUCCI, 2001, p.21)

Até agora falamos de movimentos sociais e de ações coletivas de forma muito naturalizada, como se houvesse um consenso de significado entre as duas concepções. Não obstante, o campo dos movimentos sociais é complexo de definir. Isso já tinha sido apontado por Melucci (1999), ao negar a ação coletiva como dado e/ou como unidade, além de transcender da visão tradicional de movimento como atores históricos que interferem em processos políticos-estatais. Nessa perspectiva, Catalina Morfín (2011), com base na leitura de Ramírez Sáiz (1996) enumera oito enfoques vinculados às teorias sociológicas na análise das ações coletivas e os movimentos sociais. A seguir, se elencam alguns desses aspectos:

Quadro 1 - Enfoques teóricos sobre as ações coletivas ou movimentos sociais

Enfoque	Indicadores constitutivos para ação coletiva	Elementos centrais	Linhas de pensamento e autores
Perspectiva funcionalista	Os comportamentos coletivos são considerados como efeitos de disfunções do sistema que tenderia um retorno ao estado de equilíbrio	Crença generalizada	Interacionista simbólico Estrutural funcionalista
A racionalidade e o interesse individual	A ação coletiva constitui-se a partir dos interesses individuais e privados e está motivada pela expectativa do proveito particular. O seu enfoque é meramente econômico	Interesse individual	M. Olson, T. Moe, H.A. Simon
A mobilização de recursos	Os movimentos sociais são organizações que disputam um mercado com recursos limitados. A mobilização é um processo onde se assume o controle de certos recursos, na perspectiva de orientar para o câmbio social	Processo de formação e desenvolvimento de organizações	Tilly, B., Moore, Zald, McCarthy Gamson, Jenkins, Oberschall
O conflito de identidade como elemento antagônico para ação coletiva	Considera a ação social como o enfoque da sociologia. O movimento social define-se a partir das interações que se geram entre adversários, com interpretações opostas e conflitivas em torno a um modelo da sociedade	Conflito social Identidade Movimentos antagonistas	Alain Tourain Alberto Melucci
Enfoque da violência coletiva	O caráter da violência nas ações coletivas está dado pela frustração das ações coletivas	Violência Frustração social	Davis, Gurr, Genschwender
Enfoque sistêmico	Os movimentos sociais são concebidos como sistemas de ação, operando em um campo sistêmico de oportunidades e limitações. Aqui entram também os novos movimentos sociais, cuja ação recai em um subsistema social (o cultural) e não sob a função social em seu conjunto (Touraine e Melucci). O sistema social é uma realidade totalmente distinta ao sistema individual (Luhman)	Sistemas Redes	Segunda fase de Touraine e Melucci Luhmann
O Marxismo	Foca a sua análise nas desigualdades e classes, na perspectiva econômica. Os atores sociais são definidos a partir da posição que ocupam na classe desde a qual se realiza a sua ação	Estrutura social, conflito de classes	Marxismo estrutural: Castells, Pradilla, Camacho, Alonso Marxismo analítico: Cohen, Wright, Paramio
A ação coletiva como construção social	As organizações são sistemas de ação, condições da ação coletiva. A organização é um elemento da condição humana para ação coletiva	Organizações	M. Crozier e E. Friedberg

Fonte: Extraído de Morfin, 2011, p. 63.

A diferença entre cada um dos enfoques depende da ênfase que se coloque nos atores, nas estruturas ou nas esferas sociais em que se desdobram as ações – a economia, a política, a sociologia –, além do tipo de metodologia que se implemente na sua análise. Ramírez-Sáiz (1996) alerta que esses enfoques apresentam limitações e alguns sesgos ideológicos e que, portanto, ante a emergência de novos atores e conflitos, se requer novos olhares. O autor sugere, portanto, que na medida em que não se construa uma teoria crítica e criativa, opte-se por um pluralismo teórico.

Melucci (2001), lembra-nos que no passado ocupar-se dos conflitos significava analisar a condição social de um grupo e deduzir daí as causas da ação. Hoje, é necessário identificar o campo dos conflitos a nível de sistema e explicar como certos grupos sociais interferem neste campo. A compreensão desses processos de mutações requer, também, o reconhecimento de que não existe linearidade, ou seja, o novo não substitui o velho. Para o autor, sociedades concretas combinam formas de ação que nascem de datas e temporalidades diversas – elas estão estratificadas em termos de diferentes camadas históricas.

Nas sociedades de intensa desigualdade e alto grau de diversidade, como a brasileira, por exemplo, os conflitos que incidem sobre os direitos da cidadania e decorrem da precariedade das relações do mundo do trabalho se mesclam com novas formas, revestidas de caráter cultural e simbólico. Trata-se, portanto, de compreender esta multiplicidade de elementos, sincrônicos e diacrônicos, e de explicar assim, como eles se combinam na concreta unidade de um ator coletivo.

Catalina Morfín (2011) conclui, nessa perspectiva, que o desafio da análise sociológica é questionar e indagar sobre a pluralidade de elementos que convergem no fenómeno. O que empiricamente se define como movimento, implica uma ampla gama de processos sociais que toda pesquisa ou projeto deve identificar. Assim, um movimento social é um sistema de ação que associa orientações e significados plurais, “a diferença entre ação coletiva e movimento social está em que a primeira é um comportamento conflitivo dentro de um sistema social; o segundo, por sua parte, é um comportamento conflitivo que não aceita roles sociais impostos e anula as regras do sistema político” (MORFÍN, C., 2011, p.64).

Touraine (2000) explica que a noção de movimento social só pode ser útil quando se coloca em evidência a existência de uma forma específica de ação, em resposta a uma forma de dominação social. Nesse sentido, procura-se construir valores antagonistas que deslegitimem a seu adversário: “a importância do movimento social se define pelo espaço de

integração dos temas que têm sido fragmentados – a cultura, a política, o Estado e a sociedade –, o que produz ações coletivas sobre temas específicos e concretos” (TOURAINÉ, 2000, p. 132-133).

Não por acaso, em um contexto contemporâneo, é usual adotar a concepção de Novos Movimentos Sociais (NMS) para alinhar todas essas considerações. Os NMS, apesar de não contar com um comum denominador em relação a seu significado, são identificados por seus teóricos como novas formas de representação de autonomia local. Esses movimentos surgem em países de Ocidente desde meados da década de 70, e se caracterizam por sua capacidade de autorreflexão, em negação de sonhos revolucionários, mas na procura de uma reforma social, cujo destinatário não responde exclusivamente ao Estado, e sim no sentido para a defesa da democratização social.

Una característica significativa de estos movimientos es su capacidad de autoreflexión que sustituye los sueños revolucionarios a favor de una reforma cuyo destinatario no es necesariamente el Estado sino la defensa y la democratización de la sociedad civil (COHEN; ARATO, 2001, p. 556).

Desde uma perspectiva latino-americana, o escritor uruguaio Rubén Zibechi (2003) contextualiza que, nesse período, o dos anos de 1970, o Estado era, por excelência, o campo de batalha para as ações sociais; as relações de poder eram estabelecidas entre partidos políticos e outros setores institucionais, e as lutas centravam-se na transformação das relações de força. Ora, aponta Marisa Revilla Blanco (2010), o século XXI, na América Latina, tem começado com a “rebelião do coro”, ou seja, uma certa rebeldia na vida cotidiana, que fala sem que se espere, e que vai para além do lugar assignado pelo coro:

Así, se podría decir que el siglo se ha iniciado con una reivindicación de la política en la calle. Bajo esa puesta en escena, se han presentado las demandas, se ha puesto en jaque, en algunas ocasiones, a los gobiernos nacionales y, en varios países (en algunos más de una vez), los presidentes han tenido que dejar sus gobiernos por la puerta de atrás de la historia, empujados por ese coro rebelado (BLANCO, M, 2010, p. 53).

Rossana Reguillo (2000) reconhece na vida cotidiana um lugar estratégico para pensar a sociedade em sua complexa pluralidade de símbolos e interações. Trata-se do espaço onde se encontram as práticas e as estruturas, do cenário da reprodução e, simultaneamente, da inovação social.

Para los actores sociales, definidos por el curso de su propia acción, la vida cotidiana no es problemática a priori y es por ello mismo problematizable, sus estrategias y lógicas de operación revelan en su transcurrir las distintas negociaciones que los actores deben realizar continuamente con el orden social (REGUILLO, 2000, p.78).

As manifestações da Guatemala, em abril de 2015, pode ser uma das experiências mais representativas na perspectiva da cotidianidade. De acordo com Sarah Dietrich, pesquisadora da área pedagógica intercultural na *Universität Freiburg*, Alemanha, a primeira manifestação foi convocada por um grupo de pessoas através de Facebook e Twitter. O lema #RenunciaYa foi utilizado para a convocatória na *Plaza Central de la Ciudad de Guatemala*, com objeto de exigir a renúncia da até então vice-presidenta e presidente do país: “Isso aconteceu depois da notícia dos resultados da pesquisa que fez a *Comisión Internacional Contra la Impunidad en Guatemala* (CICIG), em relação ao caso de corrupção aduaneira onde estavam involucradas essas autoridades”, comentou. A novidade das manifestações, acrescentará a pesquisadora, é a integração de diversas capas urbanas de classe média em conjunto com outros atores sociais do país⁵.

Nesse contexto, chama atenção o uso estratégico de alguns símbolos – a bandeira, as cores azul-celeste e branco, a letra do hino, a ave nacional, que será utilizada tanto nas manifestações como nas representações mediáticas dos protestos, além das numerosas publicações nas redes sociais, que se somaram para a estetização cultural do evento. Destaca-se, por exemplo, a produção musical e audiovisual realizada por jovens: “me parece interessante o território escolhido para a gravação, na frente do Palácio Nacional, que marca o quilômetro zero do país como símbolo chave do sistema político post colonial”, explica a pesquisadora à luz de diversas produções musicais, como no caso de “*Renuncia ya*”⁶, cuja composição foi realizada por artistas locais:

Renuncia ya, a la avaricia y la codicia; renuncia ya, la indiferencia y prepotencia; renuncia ya, al saqueo del pueblo; renuncia ya, corrupción y violación (...) Somos todos, los Chapines, que por muchas razones nuestras almas son afines; analfabetas, maleducados, porque nuestros derechos han sido aplastados. Somos indígenas, somos latinos, somos blancos, somos negros, somos verdes, somos mestizos; nadie nos calla, nadie nos para, el pueblo está consciente (...) ¡Renuncia ya!

A globalização, segundo Oliveira (2007), intensificou as redes de comunicação através de inovações tecnológicas, o que tem sido de fundamental importância para a ação de grupos e sujeitos descontentes com sua dinâmica. As TIC, acrescentará Almeida (2014) mudam de forma rápida e profunda as formas de comunicação entre as pessoas, além das formas de relacionamento com os diversos fluxos informacionais locais e globais. A

⁵ Comentário de Sarah Dietrich, no Foro 10, do Seminário “*Movilización social, activismo y acción colectiva juvenil en América Latina y el Caribe*”, da Rede CLACSO, no dia 18 de setembro de 2015.

⁶ “*Renuncia Ya*”, produção musical guatemalteca, realizada no contexto das manifestações da Guatemala, em abril de 2015: <https://www.youtube.com/watch?v=NsNbtV2ujwo>

apropriação social dessas tecnologias é continuamente reinventada, conforme possibilidades são exploradas e outras caem em desuso; assim, seus limites comunicacionais são modificados e expandidos de forma constante.

Uma das primeiras iniciativas de mídia livre que se utiliza das TIC como ferramentas livres e de conteúdos publicados usando do regime de copyleft para que pudessem ser disseminados foi o *Independent Media Center* (IMC), criado por organizações e ativistas da mídia independente e alternativa para oferecer uma cobertura jornalística minuto a minuto dos protestos de novembro de 1999 contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle no Estado de Washington, noroeste dos Estados Unidos (Malini & Antoun, 2013). Os diversos meios utilizados para a produção de conteúdos e disponibilização em formato aberto geraram produtos derivados como documentários e um jornal. Para Fábio Malini e Henrique Antoun (2013), o IMC é o exemplar de um “ativismo nativo do ciberespaço” que, diferente de outros midialivrismos⁷ antecessores que faziam uso de técnicas como zines, panfletos, folhetins e outros tipos de impressos, ou das radiofrequências piratas, o IMC está atrelado ao uso de uma nova forma de expressão que molda suas possibilidades, referente aos tipos de mídias utilizadas e, também a fonte multidirecional de contribuições e a possibilidade do digital em armazenar e possibilitar novos usos para os produtos.

Outra experiência concreta nessa linha é representada pelo *Ejercito Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN) que, apesar de se apresentar como uma luta localizada desde seus inícios em 1994⁸, tem contado com a participação global de simpatizantes do movimento em ambientes digitais da internet:

Ricardo Dominguez, artista norte-americano, hacktivista, pioneiro na desobediência civil eletrônica e integrante do Critical.Art Ensemble, atua também no Movimento Zapatista Virtual, grupo de ativistas que apoia os zapatistas e sua luta por autonomia em Chiapas, agindo no ciberespaço. Uma das suas ações mais contundentes realizou-se em abril de 1998 em resposta ao ataque promovido, em dezembro de 1997, pelo exército mexicano que matou mulheres, homens e crianças (OLIVEIRA, 2007, p.32).

⁷ O midialivrista é o hacker das narrativas, um tipo de sujeito que produz, continuamente, narrativas sobre acontecimentos sociais que destoam das visões editadas pelos jornais, canais de TV e emissoras de rádio de grandes conglomerados de comunicação. Essa narrativa hackeada, ao ser submetida ao compartilhamento do muitos-muitos, gera um ruído cujo principal valor é de dispor uma visão múltipla, conflitiva, subjetiva e perspectiva sobre o acontecimento passado e sobre os desdobramentos futuros de um fato (Malini & Antoun, 2013, p. 23)

⁸ O EZLN tornou sua sublevação pública em 1 de janeiro de 1994, dia em que o Nafta – Acordo de Livre Comércio da América do Norte entrou em vigor. Iniciou-se como luta armada que tomou municípios do Estado de Chiapas, México, região dos povos indígenas.

Nessa mesma perspectiva tem continuado outros coletivos no México, mas que transcendem fronteiras; o desInformémonos⁹ (<http://desinformemonos.org.mx/>), nasceu no dia 15 de outubro de 2009, com o propósito de ser um projeto de comunicação autônomo, livre e independente. A diversidade nas suas temáticas está refletida no seu grupo de colaboradores, os quais procedem de diferentes partes do mundo, além disso o coletivo é descrito como um espaço que coleta informação das ruas, dos bairros e das comunidades, visibilizando aqueles cidadãos ou coletivos excluídos pela grande mídia: migrantes, indígenas, artistas, crianças de rua, camponeses e estudantes. O coletivo tem ganhado reconhecimento mundial por seu trabalho na cobertura dos recentes episódios sobre a desapareição forçada de 43 estudantes da *Escuela Normal Rural Raúl Isidro Burgos*, no município de Iguala, do Estado de Guerrero, no México. Sua força está no gerenciamento de informações, enviadas por colaboradores espontâneos em diversos tipos de mídias, os quais foram se somando, desde o local, a uma causa mais abrangente.

No caso brasileiro, durante os movimentos de 2013 – depois foram denominados Jornadas de Junho –, o acompanhamento de um coletivo midialivista ganhou destaque, o Mídia NINJA¹⁰ (<https://ninja.oximity.com/>), seu título, um acrônimo para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. Sua atuação baseada principalmente na transmissão em tempo real as imagens das manifestações com seus *smartphones*, protagonizando uma grande novidade na difusão de informações e se posicionando como alternativa ao que era noticiado pela mídia tradicional. Pelo menos assim o observa a jornalista e professora Elizabeth Lorenzotti (2014): nas manifestações que tomaram as ruas de várias capitais, o NINJA ganhou maior visibilidade e chegou a picos de audiência de mais de 120 mil espectadores. O que significa uma marca de 1,2 do ibope oficial. Um número, segundo a autora, bastante considerável, pois muitos programas da TV aberta não o atingem. A transmissão em tempo real e a produção de textos feita pelos NINJAS eram divulgadas utilizando diversas redes sociais e gerando outros produtos derivados. Assim como aficionados que passaram a produzir copiando o modelo do coletivo.

Observa-se, a partir dos casos apresentados, que o potencial da vida cotidiana está em cena: a sociabilidade cotidiana é eminentemente política, comunicativa e cultural.

⁹ Ver mais sobre o histórico do desInformémonos em Almeida P. & Ulate A. C.(2015). Handbook of Social Movements across Latin America. New York London: Springer. E-book.

¹⁰ Ver mais sobre o histórico da cobertura das manifestações pelo Mídia NINJA em Lorenzotti, E. (2014). *Jornalismo no século XXI: O Modelo #mídiaNINJA*. E-book.

Boaventura de Sousa Santos (2001) identifica novas formas de produção e ao procurar um paradigma social baseado mais na cultura, os novos movimentos denunciam os excessos de regulação da modernidade: “esses excessos não só atingem aos modos em que se organiza a produção, mas aos modos em que se descansa e se (con) vive.” (SANTOS, 2001, p.178).

Trata-se, como conclui Oliveira (2007), de fenômenos que ampliam a esfera de luta dentro de outros parâmetros, visando outras conquistas, criando novas potências de vida e novas sinergias coletivas. Dessa forma, os fenômenos coletivos que se organizam em rede não devem, nem podem, ser estudados sob uma perspectiva meramente jornalística ou instrumental da informação (no caso, as possibilidades comunicativas dadas pelo uso das TIC), esses processos se colocam em um corpo mais abrangente, na perspectiva de seus resultados políticos, sociais e culturais.

As Jornadas de Junho no Brasil parecem alinhar-se a essas demandas, considerando o papel de novas identidades (o caso dos jovens, perfil majoritário entre os manifestantes), que escapam do perfil dos atores históricos que interferem em processos políticos; as possibilidades comunicativas oferecidas pela internet, as quais transcendem de uma potencialidade em sua cobertura; e por último, os reflexos que esses acontecimentos tem causado em matéria de políticas culturais no país. Assim:

As Jornadas de Junho, *grosso modo*, consistiu uma espécie de transbordamento da indignação coletiva, que saturada pelos discursos compartilhados nas mídias sociais transmutou-se em ação, ocupando as ruas das principais metrópoles brasileiras. Nas cidades, as vozes que bradavam por mudança na gestão urbana bem como no cenário econômico e político nos níveis local e nacional, os corpos, mascarados ou não, que se deslocavam, sobretudo, no centro de São Paulo e do Rio de Janeiro uniram-se em uma insatisfação civil que, para os especialistas, parecia ressoar de algum ponto da história recente que ainda buscam situar no espaço e no tempo (FERREIRA, 2015, p.6)

Tentaremos desdobrar-nos sobre esses acontecimentos na terceira sessão, acentuando o papel da informação nas suas dimensões simbólicas/culturais para buscar, ao final, estabelecer algumas considerações em torno a políticas e ações culturais, além de apontar possíveis desdobramentos de pesquisas no campo da CI.

3. O ANTES, DURANTE E DEPOIS: UM TRAJETO EPISTEMOLÓGICO PELAS JORNADAS DE JUNHO

Ninguém esperava! Ou pelo menos assim o considera a maioria dos pesquisadores que estudam as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Nada dizia que jovens, o perfil maioritário entre os participantes, tomariam as ruas das principais cidades brasileiras, aos milhares, começando pelo fato do aumento dos 20 centavos nas passagens de ônibus público. Seria possível, nesse sentido, o acaso na história social do país? Caso contrário, pode-se partir da premissa de que toda manifestação é fruto de pequenos eventos que se somam em uma intencionalidade mais ou menos nítida?

Para responder essas questões, a seguinte pesquisa se posiciona sobre os acontecimentos de junho na perspectiva de suas dimensões simbólicas/culturais, o que remetem para o que na concepção de Michel De Certeau se concebe como uma revolução simbólica, isto é, direcionar o foco para a transformação dos espaços, a redefinição dos códigos sociais, a impugnação das relações sociais e a criação de símbolos que se contrapõem aos valores e às representações sociais dominantes (De Certeau, 1995).

Definir o estudo nesses termos, coloca o acento em uma visão epistemológica dos acontecimentos, onde o social ganha visibilidade, mediante a problematização daquelas naturalizações que passam por alto ante os olhares de quem analisa. Sob essa perspectiva, Becker (2008), nos lembra de que os assuntos que estudamos já foram pesquisados por muitas pessoas, com ideias próprias e que, de fato, são pessoas que habitam realmente esses mundos, mas como consequência, suas ideias não são examinadas e muito menos questionadas. É preciso, portanto, de novas formas de expandir o alcance do pensamento, de aumentar a capacidade de nossas ideias para que possam lidar com a diversidade do que se pensa do fenômeno.

Deve-se partir, portanto, de uma “consciência de lugar”, o que implica, de acordo com De Certeau (1999), “desandar o andado”, ou seja, repensar as noções e categorias da pesquisa, e delimitar o seu próprio ambiente de enunciação desde o qual recorta, intervém, problematiza e interpreta os processos sociais. É por isso que só em um período posteriori pode-se enunciar, já não de forma hipotética mas como uma proposta interpretativa, as mudanças sociais e culturais do fenômeno.

Esse deslocamento no olhar dos acontecimentos de 2013 reforça, também, a complexidade de um processo de mobilização social que tem o seu momento áureo no mês de junho, mas que se desdobra como parte de um ciclo de mobilização (Tarrow, 1997), onde pode-se construir um antes, durante e depois das jornadas. Entretanto, não se pretende aqui

desenhar uma linha cronológica do suscitado, e sim considerar uma narrativa menos racional e mais sensível das Jornadas de Junho, a partir da análise dos materiais de campo – entrevistas, análises documental e bibliográfica, observação dos ambientes digitais dos coletivos participantes do fenômeno –, de onde foram surgindo as conexões históricas e sociais entre umas microestruturas e uns macroprocessos. Assim, consideram-se como indicadores constitutivos da sessão a seguir: **a)** o posicionamento dos jovens na conjuntura; **b)** o papel da mídia e das redes sociotécnicas; **c)** os efeitos ou reflexos que produz o fenômeno em matéria de políticas e ações culturais.

Por último, a distinção entre estratégias e táticas que descreve De Certeau (1996), no livro *A invenção do cotidiano*, parece apresentar-se durante este trajeto epistemológico dos acontecimentos de 2013 no Brasil.

Chamo estratégia ao cálculo (ou à manipulação) das relações de força que fazem-se possível desde que um sujeito com vontade e poder – uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) resulta isolável. A estratégia postula um lugar susceptível de ser circunscrito como algo próprio e de ser a base onde se administram as relações com uma exterioridade de metas ou de ameaças – os clientes, os competidores, os inimigos, as áreas do interior da cidade, os objetivos da pesquisa. (...) Chamo tática à ação calculada que determina a ausência de um lugar próprio. A tática não tem mais lugar que do outro. Além disso, deve atuar com o terreno que lhe impõe e organiza uma lei de uma força externa (...) é movimento no interior do campo da visão do inimigo e está dentro do espaço controla por ele (inimigo). (DE CERTEAU, 1996, p.43).

Assim, no caso brasileiro, identificamos, claramente, uma estratégia – as instituições corporativas de meios de comunicação –, versus os coletivos midialivristas (tática), os quais são conformados para contrariar a estratégia dos meios de comunicação tradicional. Tentaremos desdobrarmos sobre essas categorias – tática e estratégia – nas seguintes linhas.

3.1. O antes: a crônica de uma manifestação anunciada

Em relação às manifestações da segunda metade de 2013 no Brasil, alguns de seus traços podem-se rastrear em movimentos anteriores como “Diretas já”, de 1984-1985 (que marcou o fim da ditadura militar no Brasil) ou nos protestos pelo “Fora Collor”, que impulsionaram o julgamento político e a renúncia do presidente Fernando Collor de Mello, no final de 1992.

Em uma perspectiva mais contemporânea, a narrativa das também denominadas Jornadas de Junho poderia começar situando-se no ano de 2005, no Fórum Social Mundial,

em Porto Alegre, lugar que reunia vários coletivos com um propósito concreto: a luta pelo passe livre estudantil em várias cidades brasileiras. A partir desse contexto, se constitui o Movimento pelo Passe Livre (MPL), e passam a desdobrar-se uma série de atividades, entre as quais se destacam alguns encontros do MPL – o II Encontro Nacional do Movimento Passe Livre, em Campinas (2005); o III Encontro Nacional do MPL, em Guararema, São Paulo (2006) – e algumas manifestações, de perfil mais modesto, mas vitoriosas; o caso, por exemplo, de Porto Alegre, onde conquistaram a redução da tarifa no transporte público, três meses antes da explosão social nas ruas.

No entanto, para além de ser o aumento na tarifa pública do transporte coletivo a causa que promoveu um dos acontecimentos que surpreendeu o Brasil e o mundo, Rubens de Figueiredo (2014) reconhece que as manifestações de junho tiveram caráter multicausal:

Ficou claro, pelo raciocínio delineado neste ensaio, que não havia motivações de percepção de altíssima incompetência governamental (no plano federal, estadual e municipal) ou de carácter econômico. Tampouco as manifestações se deram a partir de um caso espetacular de corrupção (é verdade que, no Brasil, o conceito de “caso espetacular de corrupção” tem uma elasticidade notável). Também não havia uma grande instituição mobilizadora, como partido, sindicato, união de estudantes etc. O aumento das tarifas de ônibus foi o estopim, não a causa. Quais seriam, então esses fatores de irritação? (FIGUEIREDO, 2014, p.33).

Peter Hakim, presidente emérito do Centro de estudos Diálogo Interamericano, em artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, desenvolve a seguinte análise: “(...) Embora a lista de reclamações fosse longa, os manifestantes brasileiros não apresentaram prescrições concretas e fizeram poucas exigências específicas. Ao contrário do que aconteceu nos processos do Egito e da Turquia, em Portugal e na Espanha, não pediram a renúncia de sua presidente ou destituição do governo”, expressa o texto de 28 de julho de 2013.

Da mesma forma, no caso de outras experiências na América Latina, o foco estava mais claro: Chile, por exemplo, era a educação; México, o combate às drogas; já nos Estados Unidos, a luta era pela ampla distribuição de renda. E aqui, qual foi a motivação?

Figueiredo (2014) utiliza a expressão da espiral do silêncio para sustentar a tese de que alguns fatos foram irritando a opinião pública e, numa escala crescente, geraram protestos nas redes sociais – que foram também as grandes mobilizadoras das manifestações – e culminaram com a catarse popular. O autor aponta, por exemplo, aspectos como a corrupção em gastos públicos: os estádios da Copa do Mundo, não por acaso, um dos cartazes mais festejados nas manifestações era o que dizia “Queremos hospitais padrão Fifa”; outro dos aspectos está vinculado com a “escalada da esperteza governamental” no sentido de apresentar medidas pouco viáveis para problemas complexos na linha da saúde e educação;

além disso, menciona as dificuldades de viver nas grandes cidades, relacionadas, principalmente, com a insegurança e aspectos de mobilidade urbana.

Contudo, a intenção aqui não é aprofundar em cada um desses aspectos, considerando a vasta literatura que documenta, de forma detalhada, essa informação: Maricato et al. (2013), Ricci; Arley (2014), Figueiredo (2014); mas sobretudo, e reforçando o que se diz no início desta sessão, porque se busca transcender de uma narrativa racional ou cronológica para um entendimento que incorpore elementos mais sensíveis das jornadas de junho, numa perspectiva compreensiva. Assim, encontram-se na participação dos jovens alguns elementos que contribuem para compreender as características, as dinâmicas e os sentidos desses acontecimentos.

3.1.1. A crise da representação: algumas reflexões a partir das juventudes

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o peso do eleitorado jovem vem caindo a cada novo processo eleitoral no Brasil. O gráfico a seguir mostra a participação percentual dos jovens de 16 a 24 anos, nas eleições que vão do período 2000 a 2012.

Gráfico 1 - Participação dos jovens de 16 a 24 anos no eleitorado brasileiro.

Fonte: Dados do Tribunal Superior Eleitoral, extraído de Schimtt, 2014.

A juventude representava 22,3% do eleitorado nacional nas eleições municipais do ano 2000; porém, nas eleições municipais de 2012, essa proporção baixou para 17,7%. A redução do eleitorado jovem vem sendo observada de forma interrupta nas quatro últimas eleições, desde 2006. Ora, como relacionar esses dados com as manifestações que se suscitaram um ano depois, em junho de 2013, nas principais cidades brasileiras?

Para pensar essa relação, uma pesquisa realizada pelo periódico Datafolha, em uma das maiores manifestações na cidade de São Paulo¹¹, revelou que 51% dos manifestantes tinha até 25 anos de idade. Na prática, isso equivale dizer que os jovens foram para as ruas em intensidade maior do que a média dos brasileiros.

Rogério Schmitt (2014) aponta que o fato da juventude ter ido para as ruas em uma proporção maior do que o resto da população, não parece ter relação alguma com fatores de natureza política; isto, porque de acordo com outro estudo do Datafolha, realizado em 19 e 20 de fevereiro de 2014, as juventudes não se diferenciam de outros setores da população em temas vinculados à democracia como forma de governo¹². Ante tal consideração, é válido se questionar em torno ao conceito de política da qual se parte neste contexto: política é exclusivamente o que se vincula com aspectos públicos ou estatais? Para além de forçar um debate que escape dos propósitos deste trabalho, a reflexão permite considerar uma perspectiva epistemológica dos acontecimentos, a qual não exclui os aspectos políticos como se virá mais adiante, mas que centra o seu estudo nas dimensões simbólicas/culturais dos processos sociais.

Assim, em seu livro, *Cultura y desarrollo: una visión crítica desde los jóvenes*, o antropólogo e filósofo García Canclini questiona a forma em que se posicionam as novas gerações nos sistemas complexos, principalmente por se tratar de ambientes carregados de contradições:

Los jóvenes tienen mayores logros educativos que los adultos, medidos sobre todo en años de educación formal, pero por otro lado menos acceso al empleo. Manejan con mayor ductilidad los nuevos medios de información, pero acceden en menor grado a los espacios consagrados de deliberación política, y están menos afiliados a los partidos. Expanden exponencialmente el consumo simbólico pero no así el consumo material (HOPENHAYN, 2008, apud CANCLINI; URTEAGA, 2012, p.29).

Jesús Martín Barbero (2008), reconhece que as sensibilidades das juventudes respondem, não só, mas basicamente, a alternativas de sociabilidade que permeiam tanto as atitudes políticas quanto as pautas morais, práticas culturais e gostos estéticos. Bruno Latour (2005), desde um enfoque das Ciências Sociais, tende dizer que os atores, em ambientes contraditórios, constroem redes flexíveis que transcendem os condicionamentos estruturais.

¹¹ <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2013/06/19024-datafolha-perfil-dos-manifestantes.shtml>. Acesso: 02 de dezembro de 2015.

¹² <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/03/1433561-brasileiros-preferem-democracia-mas-sao-criticos-com-seu-funcionamento.shtml> Acesso: 02 de dezembro de 2015

Essas considerações são retomadas por Pablo Vommaro (2014), no processo de culturalização da política ou de politização da cultura, onde o protagonismo social e a produção subjetiva dos jovens constituem uma estética particular, juvenil e alternativa.

Al cruzar las producciones estéticas con las dimensiones política y subjetiva se construye una expresión estética juvenil contracultural y alternativa que deviene, en algunas situaciones, en una ética joven en conflicto y en fuga respecto a las tendencias hacia la dominación y la mercantilización de la vida (VOMMARO, 2014, p.60).

Para o autor, algumas das expressões culturais que partem dos jovens – embora não tenham sido consideradas assim pelos mesmos atores – se alinham na compreensão de práticas políticas, desde que consideradas como modos de apelar à ordem vigente e às formas de se inserir socialmente, além de intervir no espaço do comum, “podem ser consideradas como expressões tanto políticas como culturais por sua publicidade e seu caráter conflitivo, coletivo e organizado” (VOMMARO, 2014, p.60).

Essas expressões culturais e de estetização implicam, também, que os afetos e corporeidade adquirem um lugar determinante na política. Os jovens, explica Martin Barbero (2008), nos falam hoje através de outros idiomas: dos rituais de vestir-se, tatuar-se, e adornar-se. As Jornadas de Junho sugeriam esse esquema de sensibilidades. O discurso e atos realizados pelos jovens nas ruas remetiam à ruptura com a ordem, mas não a efetivavam. Trata-se, talvez, de uma carnavalização política nas ruas¹³, uma ambiguidade da cultura política brasileira, apartada dos rituais formais e institucionalizados. Segundo Ricci e Arley (2014), uma festa carnavalizada pode ser uma transgressão autorizada, que rebaixa as autoridades, banaliza o poder instituído, cria novas identidades. Essa ideia carnavalesca inscrita na cultura brasileira se viu atualizada em junho:

Cartazes, máscaras, danças, estandartes, camisetas, adesivos, faixas, agrupamentos uniformizados, havia de tudo um pouco. Pequenos agrupamentos LGBT portando cartazes irônicos e maliciosos ladeavam com meninos e meninas que ainda portavam seus uniformes colegiais de instituições confessionais; mães segurando pelas mãos seus filhos pedindo licença para militantes que reivindicavam a descriminalização da maconha. Alguns carregavam cartazes com partes do hino nacional, outros improvisavam com a frase “não mais deitado eternamente (...) Caras pintadas, reivindicações pela educação pública, cartazes reproduzindo o artigo 9 da constituição Federal – que trata do direito de greve. Eram muitas manifestações em uma única Ágora (RICCI; ARLEY, 2014, p.34).

¹³ Boaventura de Souza Santos (1997) propõe o conceito de carnavalização política para se referir a uma lógica social em constantes tentativas de transgressão, mas sem romper com a ordem.

Trata-se de manifestações que expressam possibilidades culturais/políticas onde se estabelecem relações intergeracionais, entre movimentos juvenis e/ou expressões sociais coletivas mais ou menos organizadas. Além disso, observa-se como essas mobilizações transcendem os limites geracionais para se converter em processos que dinamizam diversas lutas sociais, assim como expressões antagonistas em contraposição dos sistemas e valores dominantes que excedem questões aparentemente corporativas. Para avançar nessas interpretações, introduz-se alguns aspectos geracionais nos modos de comunicar as ações culturais/políticas desse contexto – junho de 2013 –, os quais se apoiam em canais e meios que se afastam das vias institucionais conhecidas na política, incorporando possibilidades comunicativas em relação ao espaço e à conectividade.

3.1.2. A tecnologia, revolução cultural nas novas gerações?

Em seu livro “A cultura da Participação”, Clay Shirky relata que pela primeira vez na história da televisão, os jovens estão vendo menos TV que as gerações mais velhas: “populações jovens com acesso à mídia rápida e interativa afastam-se da mídia que pressupõe puro consumo” (SHIRKY, 2011, p. 15). Essa consideração, para além de ser um dado interessante em termos de consumo mediático, tem o seu transfundo histórico-cultural. Segundo Martín Barbero (2008), a televisão introduz uma profunda desordem cultural nas instituições socialmente estabelecidas. Na família, por exemplo, o texto escrito criou espaços de comunicação exclusiva entre os mais velhos, instaurando uma marcada segregação entre adultos e crianças; a televisão, por sua parte, cria um curto circuito nos filtros da autoridade dos pais, transformando os modos de circulação de informação no lar:

O que há de verdadeiramente revolucionário na televisão é que ela permite aos mais jovens estarem presentes nas interações entre os adultos (...) É como se a sociedade inteira tivesse tomado a decisão de autorizar as crianças a assistirem a guerras, enterros, jogos de sedução, atos sexuais, intrigas criminosas. A televisão os expõe aos temas e comportamentos que os adultos se esforçaram para lhes ocultar durante séculos (MEYROWITZ, 1995, apud MARTÍN BARBERO, 2008, p.17).

Um desordenamento de outro tipo, porém mais próximo em vários sentidos do introduzido pela televisão, é causado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). O antropólogo Carles Feixa (2014), entende esse contexto desde uma perspectiva geracional, onde as gerações não são estruturas compactas, mas referentes simbólicos que identificam de maneira vaga os agentes socializados em uma mesma coordenada temporal. Quando em alguns momentos a brecha geracional estava marcada por grandes acontecimentos históricos –

guerras e revoluções como as do ano 1968 –, ou bem por rupturas musicais – Elvis, os Beatles, os Sex Pistols –, o que marca agora a diferença é uma revolução tecnológica: “Se fala de migrantes e nativos digitais (...) isso gera novas formas de protesto como as manifestações antiglobalização, onde jovens de diferentes nacionalidades participam de manifestações convocadas por internet, gestadas por telefones móveis.” (FEIXA, 2014, p38).

Nesse sentido, o autor identifica claramente os traços de uma geração que passou a denominar como *hashtag*, cuja característica principal é a indexação, ou seja, a classificação numérica e temática dos atores envolvidos, de acordo com sua afinidade social, ideológica e cultural, além da multiplicação exponencial da capacidade de conectividade entre seus pares. Em palavras mais precisas:

Se trata de una generación nacida en los 90s educada plenamente en la era digital, cuya llegada a la juventud, en torno al 2010, coincide con la consolidación de la web social, en particular de redes sociales como Facebook, Twitter, en un contexto de crisis socioeconómica que dificulta o retrasa su transición a la vida adulta (FEIXA, FERNANDEZ, 2014, p. 42).

A geração *hashtag* tem uma história ilustrativa, a partir do seu símbolo #. A palavra provém do inglês *hash*, numeral, e *tag*, etiqueta, para designar uma cadeia de caracteres formados por uma ou várias palavras concatenadas e precedidas por um numeral (#). Na sua origem, o signo era exclusivamente utilizado para identificar um número ou uma ordem na sua sequência; por exemplo, um número de telefone ou de uma casa em uma rua. Note-se que os casos indicam delimitação de espaço e conectividade.

Na informática, o signo # passou representar uma etiqueta de metadados, precedida de um caráter especial – *trending topics*, no caso do *Twitter* –, a fim de que tanto o sistema como o usuário a identifiquem de forma rápida. Os *hashtag* tem seus antecedentes no uso político de ferramentas digitais, vinculando seu estudo ao impacto da internet em protestos como #AraSpring, #OccupyWallStrett e #SpanishRevolution. Todos esses movimentos surgiram em rede, geraram uma quantidade significativa de *hashtags* e consolidaram o papel mobilizador das redes sociais em internet.

Sob essa perspectiva, pode-se questionar se as juventudes que saíram para as ruas em junho de 2013 no Brasil formam parte de uma geração #: que traços, por exemplo, se evidenciam dessa geração naquele contexto?

[...] Quando estouram as manifestações as pessoas vão para a rua, e elas acham aquilo interessante, voltam para casa, e o que elas leem e veem sobre aquilo é completamente diferente do que elas sentiram, principalmente nos

jornais da TV, então as gentes vão para as redes sociais a buscar contrapontos mediáticos em relação a essas informações¹⁴.

O seguinte ponto pretende lançar algumas luzes sobre a questão, considerando o papel da mídia e das redes, a partir do uso de tecnologias de informação e comunicação no processo de convocação, interação e mobilização social.

3.2. Durante: a mídia e as redes em debate

[...] As possibilidades infocomunicativas oferecidas pela Internet tiveram papel preponderante nas manifestações que, em suas insatisfações, ocuparam as ruas e tornaram visível uma multiplicidade de singularidades em seu desejo irrefreado de liberdade e de democracia. Uma multidão que interagiu principalmente pelas redes digitais, sem causar qualquer desconforto ao Estado e à grande mídia, até decidir ocupar as ruas (FERREIRA, 2015, p.7).

Esta seção busca destacar, no contexto de junho de 2013, a característica de criar redes de opinião distribuídas. As Jornadas de Junho mostraram que as corporações da mídia se viram obrigadas a alterar suas linhas editoriais de cobertura, tentando reconfigurar as redes e pautar amplas parcelas das massas. A tendência que emana desse momento é que, cada vez mais, redes de opinião enfrentaram outras redes de opinião.

Um aspecto a destacar, nesse sentido, é o fato de Brasil liderar a lista dos países em que os usuários mais compartilham conteúdos, através dos ambientes digitais da internet (Tabela 2).

Tabela 1 - Lista dos países com maior nível de compartilhamento de conteúdo na internet

País	
Brasil	54
Italia	44
Espanha	40
Estados Unidos	35
Finlandia	24
Dinamarca	23
Francia	21
Alemania	19

Fonte: Reuters News Digital Report 2014

¹⁴ Entrevista realizada com Rafael Vilela, membro do coletivo Mídia NINJA, no dia 28 de dezembro de 2015, via Skype.

Clay Shirky (2011) explica, em seu livro sobre a “*Cultura da Participação*”, que o ato de publicar, no seu sentido geral, costumava ser autorizado, ou seja, se precisava de permissão para fazer, pesquisar ou escrever sobre algo. O autor contrasta o caso do jornalismo tradicional com o jornalismo digital para explicar que com o advento da revolução tecnológica, a dinâmica na produção da informação tem sido modificada, os editores ainda cumprem outras funções como selecionar os textos, editá-los e fazer o marketing, mas não são mais a barreira entre textos públicos e privados.

Clara Echevarría (2014), reconhece que os jornalistas dos meios nativos da rede ou dos meios com antecedências no uso do papel têm visto a complexificação nas suas práticas nos últimos quinze anos. A primitiva elaboração do texto plano, por exemplo, vai sendo substituída por publicações com base na hipermídia ou transmídia; por sua vez, o conceito de interatividade já não só se interpreta como um *modus operandi* entre usuário e máquina; “em muitos casos, interatividade confunde-se com interação¹⁵ e, meio que não se vincula com a audiência, em termos de interação, meio que fica atrás; tão atrás como dar as costas a internet, pois dar as costas a internet é dar as costas para tudo” (ECHEVARRIA, 2014, p.55). Acredita-se, nesse sentido, que esse primitivismo na interação das publicações jornalísticas digitais nos meios de comunicação tradicionais – como se destaca nas próximas linhas, no caso do núcleo InterAgentes, de São Paulo –, é aproveitada por outros grupos, os aqui denominados coletivos culturais mediáticos, que promovem uma participação mais ativa entre seus usuários.

A produção de conteúdo nos ambientes digitais da internet encontra seu complemento na participação dos interagentes, os quais podem dar antecedentes de um sucesso, filtrar conteúdo online e até ampliar a informação central da publicação. Os interagentes, em resumo, podem agregar seu próprio conteúdo. Segundo Echevarría, as pessoas, na era de internet, preferem ver um vídeo de dois minutos a ler um artigo de três ou quatro colunas. Não se trata de ‘*facilismo*’, é outra modalidade procedente de uma literacidade diferente.

¹⁵ Na Ciência da Informação se faz a diferença semântica entre interatividade e interação. Entende-se por interatividade o *modus operandi* que vincula home e máquina, marcando sua desvinculação do conceito de interação – privilégio da relação entre dois ou mais usuários.

3.2.1. A mídia, no olho do furacão?

Era no início de junho de 2013, Elizabeth Lorenzotti não especifica a data, mas sim lembra do que leu no Twitter nesse dia: “Não precisamos de mídia partidarista, temos celulares”. Algo diferente acontecia. Não demoraria a entender:

Alguns dias depois, entendi perfeitamente, assistindo à Globo News: ‘Estamos aqui, do alto deste edifício’, diziam os repórteres sitiados em razão da fúria dos manifestantes, que expulsavam jornalistas da mídia tradicional das ruas e agrediam viaturas de emissoras de TV [...] Mas quem quer ver manifestações do alto de edifícios? (LORENZOTTI, 2014).

De acordo com o professor Alexandre Barbosa, pesquisador na linha de movimentos sociais na América Latina, o papel da mídia, nas Jornadas de Junho, se focalizou, em um primeiro momento, em culpar ao Estado brasileiro pela utilização de fundos públicos, principalmente em políticas para a inclusão social:

O discurso midiático se fortaleceu em torno do argumento que o Estado se tornou paquidêmico e parasita da população que paga muitos impostos para que ele mantenha políticas assistencialistas baratas. Na verdade, o que tudo isso proporcionou foi a publicitação de pautas que eram contidas em círculos mais restritos. Quem pode ser contra a política de cotas ou as políticas de inclusão? Mas, dentro do argumento de diminuição do Estado, dos impostos, etc., as políticas de inclusão entraram no bolo. E as passeatas promovidas pelos setores mais conservadores, que levavam essas pautas para a rua, muitas vezes revestidas de críticas aos gastos contra a Copa, cartazes de quero hospitais padrão Fifa, por exemplo, foram comemoradas tanto pela indústria jornalística, como pelos setores mais conservadores.¹⁶

Por sua parte, Márcio Moretto, ativista e professor na Universidade de São Paulo, enfoca sua leitura mediática nos confrontos entre a polícia e os manifestantes. Para ele, em um início, a mídia estava “exigindo” da polícia uma atitude severa em resposta às manifestações; mas, em um segundo momento, a mídia vai construir um discurso a favor dos protestos por ser ela também presa dos ataques policiais. Assim, “o que aconteceu no fim de semana: a mídia virou de lado, aí ela começou falar, na verdade as manifestações são ótimas, o problema é que tem alguns infiltrados na manifestação que estão fazendo das manifestações uma coisa que não é boa, mas que em geral as manifestações são boas (...) depois que a mídia mudou o jeito dela divulgar, teve um monte de manifestações, eu não tenho as datas, teve um dia que muita gente foi para a rua, foi muito maior do que aconteceu agora em 2015”, relata Moretto.¹⁷

¹⁶ Entrevista com Alexandre Barbosa, realizada na UNINOVE, no dia 07 de dezembro de 2015.

¹⁷ Entrevista com Márcio Moretto, realizada na Biblioteca de Educação da USP, no dia 28 de outubro de 2015.

Essa relação ambígua dos meios de comunicação acerca do posicionamento da polícia foi o que representou para Lorenzotti (2014) na sua experiência com a mídia durante as Jornadas de Junho. Para ela, a grande novidade desses acontecimentos esteve no papel que desempenhou o Mídia NINJA com seus smartphones, dando cobertura das jornadas e em resposta da mídia tradicional. É importante ressaltar que o coletivo Mídia NINJA não nasceu agora mas há uns anos atrás¹⁸, e está ancorada no movimento Fora do Eixo:

O contexto, para além da manifestação, é um contexto midiático que a gente está vivendo, de um modelo de mídia de massa para massa de mídia, acho que isso orienta um pouco essa mobilização e explica um pouco a nossa atuação nesse momento, que já vinha nove, oito anos consolidando-se, a partir do próprio Fora do Eixo. Então, a gente já tinha desde 2005 uma consolidação, um processo de estabelecimento enquanto rede que vinha de múltiplos territórios, dos territórios mais afastados das cidades do Brasil e que foi construindo as casas coletivas, um modelo de vida alternativa, que fez com que a gente fosse construindo uma rede muito importante durante as manifestações de 2013¹⁹

Vommaro (2014) reconhece nas TIC – em especial, nas redes sociais – não só um canal fundamental de expressão e visibilidade dos movimentos e coletivos, mas, também, um indicador constitutivo relevante para compreender a conformação e consolidação dessas organizações.

Así, estas redes se convierten en un territorio de acción política similar a otros. Por un lado, allí se produce una disputa por el control. Por otro, se despliegan formas de comunicación interna y de acercamiento de nuevos miembros y adherentes, a la vez que se constituyen alternativas informativas frente a los medios masivos y corporativos (VOMMARO, 2014, p.68).

Tradicionalmente, a expressão popular “no olho do furacão” vem acompanhada de adjetivos que designam um estado de confusão e\ou convulsão. No entanto, na prática, esse fenômeno natural está vinculado à região central de uma forte tempestade tropical, na qual, porém, persiste tempo calmo, podendo-se mesmo avisar céu limpo. Será que um paralelo nessa linha pode ser pensado com o papel que desempenhou a mídia tradicional nas Jornadas de Junho no Brasil? A dinâmica infocomunicativa de coletivos midialivistas (no caso, o coletivo Mídia NINJA) pode ser representada como “no olho do furacão” ou a partir de redes de indignação e esperança?

¹⁸ Para Elizabeth Lorenzotti, foi entre os dias 18 de junho, na cobertura das manifestações na Avenida Paulista, em São Paulo, e 7 de setembro de 2013, na Sé, e em outras capitais, que o Mídia Ninja ficou conhecido nacional e internacionalmente. Ver detalhe da cronologia no Apêndice F.

¹⁹ Entrevista realizada com Rafael Vilela, membro do Coletivo Mídia NINJA, no dia 28 de dezembro de 2015, via Skype.

“A Globo, por exemplo, tem criado um ninja com celular, mas a narração vem do estúdio, o repórter continua escondido para não ser hostilizado”, resume Pablo Capilé²⁰, membro do coletivo NINJA, na justificativa de que a mídia tradicional no Brasil carece de uma autonomia física, ao reproduzir um modelo que não tem credibilidade para estar nas ruas.

3.2.2. As redes de indignação e esperança?

O movimento, portanto, iniciou, mas também continuou, pelas redes sociais²¹. Rubens Ferreira (2015), lembra-nos que a noção de rede é percebida nos últimos anos a partir de mídias digitais como *Orkut*, *Facebook* e *Twitter*. No entanto, a construção do conceito é histórica, remetendo a um tempo muito anterior ao aparecimento da Internet. A palavra rede (*network*) tem origem no latim *restis*, com o sentido primeiro de “entrelaçamento de fios”. No século XVIII, o termo foi empregado por médicos para fazer referência ao sistema circulatório, e, no século XIX, por engenheiros, que o aplicaram em projetos telegráficos e ferroviários. Em um plano mais contemporânea, Manuel Castells (2013), reconhece que as redes se apresentam não apenas como ferramentas de comunicação digital, mas como formas organizacionais, expressões culturais e plataformas específicas para a autonomia política. O caso brasileiro, com as manifestações de 2013 se alinha nessa perspectiva.

Rudá Ricci e Patrick Arley (2014) relatam que, nas Jornadas de Junho, as “redes” não estiveram apenas no processo de convocação e cobertura, mas também no próprio conceito de organização e mobilização. Se conformou uma comunidade e, como toda comunidade, estava entrelaçada pela identidade e o afeto dos interagentes. Não por acaso, os movimentos sociais descritos por Castells (2013) são considerados como emocionais. Para ele, a insurgência não começa com um programa ou estratégia política, mas quando a emoção se transforma em ação. O sustento para tal hipóteses encontra-se na teoria da inteligência afetiva:

Segundo a teoria da inteligência afetiva, as emoções mais relevantes para a mobilização social e o comportamento político são o medo (um afeto negativo) e o entusiasmo (um afeto positivo). Afetos positivos e negativos ligam-se a dois sistemas motivacionais básicos resultantes da evolução humana: aproximação e evitação. O sistema de aproximação está ligado ao comportamento voltado para objetivos, que leva o indivíduo a experiências

²⁰ Ampliar declarações de Capilé no enlace a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=kmgvDn-lpNQ>

²¹ Uma pesquisa de 20 de junho de 2013, realizada pelo Instituto de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), mostra que 62% dos entrevistados conheceram as manifestações por Facebook - o que não implica necessariamente que essa porcentagem tenha ido para as ruas.

gratificantes. Os indivíduos entusiasmam-se quando são mobilizados para um objetivo que apreciam. É por isso que o entusiasmo está diretamente relacionado a outra emoção positiva: a esperança (...) a esperança é um ingrediente fundamental no apoio à ação com vistas a um objetivo (CASTELLS, 2013, p.23).

Um estudo desenvolvido pelo núcleo InterAgentes, de São Paulo, no período do dia 5 ao dia 21 de junho de 2013, analisou as citações públicas às manifestações no Brasil, via Facebook. Nos resultados se encontrou um padrão de comunicação horizontal, com adesão distribuída; traduzido na prática, isso quer dizer que as manifestações não foram convocadas a partir de centros privilegiados (grandes mídias), os centros emergiram como consequência dos próprios eventos (coletivos e cidadãos) e, algumas vezes, mudaram de lugar. Assim, na ausência de estruturas verticais, se estabeleceram relações horizontais da comunicação distribuída.

Para entender melhor esse tipo de comunicação, é preciso considerar as duas categorias de análise que levaram a tal conclusão: Autoridade e HUB. A Autoridade estima o valor do conteúdo de cada nó (perfil ou página) de Facebook, a partir do número de compartilhamento de suas postagens. Os HUBs avaliam o valor de suas ligações (link) para outras páginas ou nós. Em um exemplo hipotético, um nó de rede que tenha seus *posts* muito replicados tem uma grande Autoridade, mas não necessariamente um valor elevado de HUB. Já quem compartilha muitos posts de outros perfis tenderá sim um valor de HUB alto.

Nesse sentido, a pesquisa concluirá que a mídia tradicional se apresentou como a maior autoridade nas redes durante os primeiros quatro dias de protesto; os próximos dias, ela perderá relevância pela pouca capacidade de interagir:

Os canais destes grandes veículos nas redes sociais, embora de um modo geral apresentem-se como autoridades, configuram-se como péssimos HUBs. Isso se deve ao fato de que não dialogam nas redes, de que usam as redes à maneira de broadcast, não interagem com outros atores, citam apenas a si mesmos, não ecoam outras narrativas. Por não fazerem o jogo da rede são mera fonte de informação, mas sem capacidade de articulação.

As manifestações e convocatórias de junho, portanto, estiveram mais para um diálogo em rede, uma cadeia de conexões múltiplas, difusas, horizontal, sem lideranças, que não se constituía efetivamente em uma rede social, uma articulação mais perene. Segundo Oliveira (2007), a abertura a múltiplas conexões, a fluxos descodificados, parece ser característica de sujeitos que criam comunidades momentâneas, feitas para não durar, como os grupos de afinidade que surgem, agem e desaparecem.

A Mídia NINJA, por exemplo, tem como um de seus objetivos a perda do controle, ou seja, tornar-se desnecessário: “acho que a gente sempre se entendeu com uma ideia, mais que como uma pratica, e se a gente pode ser desnecessária, seria ótimo que outros coletivos assumam esse lugar”, comenta Rafael Vilela²². Essa perda de controle também se manifesta na dinâmica infocomunicativa que caracteriza ao coletivo, “tendo um aplicativo como o Twitcasting, baixar uma plataforma, uma smartphone, rede 3G ou 4G, outro computador para bateria e muita disposição, qualquer um pode ser um ninja ou construir seu próprio coletivo”, expressa Pablo Capilé.²³

Nos anos que se seguiram às Jornadas de Junho, se tem consolidado a participação de outros coletivos que, na mesma perspectiva do Mídia NINJA, se posicionam sob a ideologia da democratização da informação e das comunicações. O caso dos Jornalistas Livres, por exemplo, cuja sublevação iniciou o dia 12 de março de 2014, no centro de São Paulo, como proposta antagônica à mídia tradicional. “O Jornalismo livre nasce assim, da vontade de pessoas, algumas trabalhando na comunicação, no jornalismo principalmente, e que defendem a democracia, porque já estávamos muito cansados das narrativas jornalísticas que vão contra a democracia”, confessa Katia Passos²⁴, membro do coletivo.

Nessa perspectiva, Bruno Torturra, também membro do coletivo Mídia Ninja, reforça a ideia de se tornar um coletivo de utilidade pública, “antes de ser manifestante, ele – o coletivo- é um cidadão atacado de forma muito violenta pelo Estado por exercer o seu direito. Nós estamos protegendo a democracia, não necessariamente o argumento, mas seu direito”, expressa²⁵

Entretanto, é válido questionar-se em torno aos resultados desse esforço por democratizar a informação. Os fenômenos coletivos organizados em rede, por exemplo, produzem algum efeito ou reflexo nas políticas públicas de um país? Como medir esses resultados?

²² Entrevista realizada com Rafael Vilela, membro do coletivo Mídia NINJA, no dia 28 de dezembro, via Skype.

²³ Declarações de Pablo Capilé, membro do coletivo NINJA, em entrevista no Programa Roda Viva, no dia 5 de agosto de 2013.

²⁴ Entrevista realizada com Katia Passos, perto da Praça Roosevelt, no dia 26 de outubro de 2015.

²⁵ Declarações de Bruno Torturra, membro do coletivo NINJA, em entrevista no Programa Roda Viva, no dia 5 de agosto de 2013.

3.3. Depois: rumo a desafios sociais/culturais da informação

Nos últimos anos, a discussão sobre a questão das políticas e ações culturais ganha destaque, sobretudo no meio acadêmico. A academia brasileira tem produzido, por exemplo, trabalhos que ressaltam a importância dessa temática no cotidiano, desde as formações de associativismo até manifestações coletivas culturais e seus processos no contexto das comunidades em geral, a fim de posicionar o tema nas ações de governo e políticas de Estado. A partir de então, diferentes campos disciplinares vinculados às Ciências Sociais, incluindo aqui a Ciência da Informação (CI), passaram a debater em torno à questão.

Um dos primeiros desafios a considerar nesse território tem a ver com a cultura, um elemento cada vez mais dinâmico e promissor, mas pouco explorado pelos profissionais e pesquisadores da área de CI. Primeiramente, segundo Almeida (2014a), por não se apresentar como um “destino natural”, como os ambientes clássica e historicamente ligados ao campo (bibliotecas, arquivos, museus). Em seguida, porque em geral os currículos dos cursos carecem de elementos formativos que predisponham e capacitem os futuros egressos a pesquisar e, principalmente, atuar nessa área.

Para o autor, as TIC possibilitam novas perspectivas nesse campo, mas, ao mesmo tempo, acrescentam mais camadas de complexidade ao processo.

[...] O grau de autonomia e as condições socioculturais dadas para a apropriação da informação e dos usos das tecnologias variam contextualmente. Daí a importância de estudar as ações e políticas culturais – e, nesse aspecto, temas caros à CI, como a circulação, o uso e a apropriação da informação, os estudos de usuários, a construção e organização do conhecimento podem estabelecer uma entrada para um diálogo que me parece não só estratégico, mas fundamental (ALMEIDA, 2014a, p. 285).

A questão é, se a presença estruturante das TIC, mesmo que problemática, oferece novos meios e recursos em matéria de ações e políticas culturais, como entender o tema, especificamente no Brasil contemporâneo, a partir das Jornadas de Junho? Tentaremos desdobrar-nos sobre essa questão nas linhas a seguir.

3.3.1. Políticas culturais, manifestações contemporâneas para ação coletiva

Desde uma perspectiva da Ciência Política e da Sociologia, a política é resultante de um conjunto de interações entre indivíduos em sociedade, expressando uma dimensão coletiva. Portanto, uma política pública é “um curso de ação (ou iniciação)

conscientemente escolhido e orientado para um determinado fim” (MONTEIRO, 1982, apud AMBROSIO, 2015, p,40).

Considerando que a neutralidade não se manifesta de maneira objetiva no conjunto das relações humanas – todo relacionamento se encontra situado no âmbito da cooperação ou do conflito –, a política intervém nessas relações, cabendo a ela ser um meio de mediação. Para definir a mediação é importante assumir sua plasticidade conceptual.

Segundo Almeida (2014a), de um ponto de vista geral, a mediação ocupa papel central nas explicações das ciências sociais em relação aos processos gerais de sociabilidade e construção do conhecimento. Do ponto de vista especializados, recobre semanticamente um rol de atividades bastante díspares entre si, circulando das tradicionais concepções de “atendimento ao usuário” à atividade dos mediadores culturais nas instituições (museu, biblioteca, arquivo, centro cultural, etc.) ou à construção de produtos e de políticas de capacitação e formação. Já, em um contexto contemporâneo, as mediações tecnológicas, proporcionadas por ferramentas informacionais (portais, *sites*, *weblogs*), entendem-se dentro das dinâmicas próprias das redes sociotécnicas.

As redes sociotécnicas, por sua parte, instalam uma forma comunicativa constituída de fluxos e trocas de informações “de todos para todos” – são redes sociais nas quais as plataformas disponibilizadas pelas TIC desempenham papel importante, mas cuja interação não se resume, necessariamente, a esse suporte. O que é importante reconhecer aqui é que subjaz, na opção por essa terminologia, “uma concepção de internet como *artefato cultural*, no qual ocorre uma interação entre as relações *on line/off line* que são determinantes para os usos e configurações dessa tecnologia” (ALMEIDA, 2014a, p.288).

Tão determinantes para entender o papel de alguns coletivos nas Jornadas de Junho de 2013. Rafael Vilela, membro do Mídia NINJA explica que o coletivo é uma iniciativa que parte da cultura para se desdobrar a outros campos.

É um movimento que nasce a partir de um movimento cultural, da produção, do posicionamento de novos artistas, de novos valores, mas que a partir da cultura começa a dialogar muito forte com o ativismo, a ocupação das ruas, com a produção mediática, com a consolidação de novas estruturas, também ligadas às questões económicas²⁶.

Almeida (2014a), nesse sentido, concebe as políticas culturais como “uma sinergia de ideias, valores, normas, instrumentos de ação, operações, atores sociais,

²⁶ Entrevista realizada com Rafael Vilela, membro do coletivo Mídia NINJA, no dia 28 de dezembro, via Skype.

dispositivos institucionais, orçamentos, instituições etc. Uma política, sustenta o autor, organiza uma reunião de medidas concretas, compreendendo decisões de natureza diversa, inscrevendo-se num quadro de conjunto construído pelas representações dos problemas que constituem uma agenda pública. Assim, “o quadro geral das políticas culturais mistura questões normativas e questões de fato, ou seja, o que se deseja fazer e o que de fato se faz, não se constituindo de ações isoladas ou fragmentadas” (ALMEIDA, 2014a, p.285).

A partir dessa consideração, pode-se pensar, portanto, nessas ações coletivas de junho de 2013, que colocam o foco na cultura buscando produzir determinados efeitos nos indivíduos e nos grupos como políticas culturais?

Rafael Vilela parece ter isso mais claro, quando argumenta que o posicionamento do Mídia NINJA está vinculado a vitórias públicas, “para a gente, o posicionamento está ligado a questões muito simples: vitórias públicas, políticas públicas, conquistas no campo público. A gente entende que garantir políticas públicas para um número grande pessoas é fundamental, e isso transcende a nossa vontade, nossos desejos momentâneos”, conclui Vilela em suas palavras.

Marques de Melo (2015) reconhece nos movimentos sociais a reivindicação de políticas culturais capazes de reduzir ou eliminar as barreiras que dividem grupos, comunidades ou até mesmo nações, em ambiente conflituoso. Em um contexto contemporâneo, “elas identificam, claramente, a raiz do problema, a criação de um fosso digital” (MARQUES DE MELO, 2015, p. 55). Nesse contexto, o autor anota algumas contribuições a partir da academia, com especial ênfase na área da comunicação, que sinalizam estratégias de intervenção no cenário brasileiro:

- a) Não basta a universalização do acesso às tecnologias digitais, através das políticas de “inclusão social” (BARBOSA FILHO; CASTRO; TOME, 2005), para construir um sistema de comunicação democrático e pluralista (RAMOS; BIANCO, 2008).
- b) A interatividade mediada pelo computador pressupõe um “emissor interagente” (PRIMO, 2007) e um “leitor imersivo” (SANTAELLA, 2004).
- c) Tanto a formação de um, quando do outro, depende de fatores institucionais: ultrapassar o “fosso” entre as demandas profissionais e as ofertas acadêmicas (MARQUES, DE MELO; MORAES, 2007), bem como agilizar mudanças

comportamentais, oxigenando a mentalidade dos educadores, nem sempre propensos a valorizar os processos de educação à distância (PFROMM NETO, 1998).

- d) De natureza estrutural, a barreira mais importante foi enunciada claramente por Siqueira (1987): “a tão sonhada metamorfose nacional não vai prosperar enquanto o homem brasileiro não estiver preparado para usá-la, para absorvê-la para desenvolvê-la e cria-la incessantemente”.

Trata-se, portanto, de um desafio que se sintetiza na “democratização da comunicação e da informação”, perceptível não só no Brasil, mas em um grande número de países, justamente aqueles que ainda não lograram construir democracias estáveis, onde todos os cidadãos poderiam usufruir os benefícios da modernidade. As Jornadas de Junho, portanto, são uma expressão palpável desses desafios que colocam o foco nos processos de informação e cultura. Pauta que também deveria ser retomada nas atividades de ensino e pesquisa dos campos vinculados com essas demandas, como um desafio que remete para a própria denominação interdisciplinar do mundo acadêmico.

4. APROPRIAÇÃO POLÍTICA E CULTURAL DAS TICS: A EMERGENCIA DE ESFERAS PÚBLICAS INÉDITAS

Considere o caso de Samanta²⁷. Animada pela sua próxima viagem à Agra, Índia, a intrépida jovem mochileira está procurando informações “confiáveis” no Google; clicando no *link* da Wikipédia, e depois visitando o *website* oficial de Agra, ela começa a descobrir e visitar *websites* que apresentam informações de “terceiros”, informações de outras “pessoas reais”, exceto que essas pessoas de fato já estiveram onde ela deseja ir. Nesse contexto, Samanta começa a interagir em um fórum. Uma de suas respostas é considerada culturalmente insensível e ofensiva por um dos membros que regularmente publica no grupo – e que casualmente é indiano –; aquela pessoa insulta a Samanta publicamente, mas outro membro, um líder no grupo, defende-a gentilmente e sugere que ela se desculpe; a jovem, apesar de seu profundo constrangimento, pede desculpas. Nunca mais pensa em voltar...

A experiência de Samanta parece exemplar aqui, com objeto de introduzir esta sessão em torno ao debate do público e os processos comunicativos, facilitados pelo uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Como se representa na história, informações baseadas em fatos são aprendidas em paralelo com o conhecimento da linguagem especializada da comunidade online e com conceitos sensibilizados, normas, valores, rituais, práticas, preferências e identidades de especialistas e outros membros do grupo. O que se iniciou basicamente como uma busca de informações se transforma em um processo de comunicação tanto político como cultural.

Assim, alguns dos traços que definem o sentido da proposta desta sessão se encontram na politização dos espaços cotidianos – que não passam necessariamente pelo território físico –, no esclarecimento do conceito de cultura considerando o contexto contemporâneo caracterizado por redes sociotécnicas, resultando, no final, na emergência de esferas públicas com características inéditas, possibilitadas pelas TIC. Por questões de enfoque e espaço, não se pretende examinar em detalhe cada um desses aspectos; mas sim, de formas mais modesta, se busca traçar um esboço inicial sobre a política e a cultura, colocando o foco no aspecto público.

²⁷ O caso de Samanta é um caso ilustrativo, considerado no texto intitulado “Um olhar informacional para os mundos culturais da internet” (Méndez, H.R.M, 2015), que busca refletir sobre os desafios que a internet tem representado nos diferentes campos do conhecimento, com especial ênfase na Ciência da Informação, considerando as estruturas da ordem tradicional na lógica de produzir, disseminar e usar a informação.

4.1. A política e a cultura, na perspectiva do público

No mundo da política e/ou no conceito mesmo de política se apresenta, na última década, um processo de ampliação de suas fronteiras tanto na América Latina como em outras partes do globo. Assim o identifica o sociólogo Pablo Vommaro (2014), ao explicar que a politização das relações e dos espaços cotidianos diluiu certas fronteiras entre o privado e o público, conferindo novos sentidos e possibilidades para pensar o espaço como produção do comum e território da política e da cultura. Em um contexto contemporâneo, a territorialização – que sugere a transformação da produção política em uma construção coletiva e racional –, se situa em uma dimensão comunitária, onde o comum e o público não se reduzem aos âmbitos estatais e, muito menos, aos espaços físicos.

Um exemplo concreto nessa linha é evidenciado no caso dos “rolezinhos”, conhecidos assim pelas irrupções públicas dos jovens das periferias paulistas nos centros comerciais²⁸. O fenômeno é convocado pelos mesmos jovens nas redes sociais como Facebook para depois filmar suas aparições e multiplicar a ressonância na internet. O objetivo é colocar em evidencia que esses espaços públicos – os shoppings –, dedicados exclusivamente ao consumo e ao tempo livre, estão vedados para determinados grupos sociais que não se comportam a partir dos valores dominantes.

Nesse contexto, a antropóloga Silvia Borelli reconhece que “estamos ante novas formas de mobilização, onde se entrecruzam cultura, consumo, lazer, e novos esquemas de fazer política”²⁹. O reconhecimento passa por considerar um outro conceito, o de cultura. Almeida (2014b), ao fazer a genealogia do termo “cultura”, relembra os apontes de Raymond Williams (2007) nessa linha. Inicialmente, o termo era utilizado para descrever atividades agrárias, como sinônimo de cultivo (cultura de tomates, de batatas, etc.). Daí derivou, por extensão, como sinônimo para a compreensão de um processo de crescimento e cuidado das capacidades humanas (cultivado = culto).

No século XVIII, com o surgimento do conceito de “civilização”, os dois termos se tornaram intercambiáveis e historicamente unidos em suas ambições seculares e iluministas: um estado realizado que se poderia contrastar à barbárie e/ou um estado de

²⁸ Ver nota “Brasil: centros comerciales de Brasil se preparan para invasión de ‘rolezinhos’, jóvenes que bajan de las favelas”, disponível em: <http://goo.gl/5CUI7T>

²⁹ Declarações de Silvia Borelli, incluídas em *Infobae*, <http://goo.gl/5CUI7T> 15/1/2014.

desenvolvimento que implicava progresso. Aos poucos os dois termos vão se separando, e a “cultura” passa a ser relacionada com a “vida interior” em suas formas mais acessíveis e seculares: subjetividade, imaginação, e, portanto, com a formação do indivíduo e com a descrição dos meios e obras desse desenvolvimento: artes, religião, instituições, etc.

Na contemporaneidade, a complexidade do conceito de “cultura” é ainda mais notável. Tornou-se, por exemplo, um nome para definir o processo “íntimo”, especializado em suas supostas agências de “vida intelectual” e nas “artes”. Tornou-se também um nome de processo geral, especializado em suas supostas configurações de “modos de vida totais”. Tem um papel crucial em definições de “artes” e “humanidades”, a partir do primeiro sentido. Desempenha papel igualmente importante nas definições das “Ciências Humanas” e “Ciências Sociais”, no segundo sentido.

Entretanto, se a cultura está em todas partes, onde ela começa e onde ela termina? Na realidade, explica Almeida (2014a), a cultura se articula, em todas as instituições sociais, com as dimensões políticas e econômicas. Desse modo, a cultura passa a ser encarada como um recurso para os sujeitos. “A cultura considerada como recurso, nesse caso, não se limitaria ao simples papel de mercadoria: administrar esses recursos visando atingir distintos objetivos tornou-se um desafio para Estados, empresas e movimentos sociais” (ALMEIDA, 2014a, p.287).

Essas considerações são essenciais para se entender as condições para o surgimento de novas formas de organização das atividades culturais no Brasil – o que remete para o trabalho dos coletivos até aqui estudados (o caso Mídia NINJA e Fora do Eixo). Um primeiro ponto a considerar, nesse sentido, tem a ver com o fato de que a história da arte é acompanhada pela história do financiamento da arte, pois ela não prescinde de condições objetivas para existir, de maneira que sempre existem vínculos (ora mais ora menos mediados) com o poder político e/ou econômico. Segundo, se por um lado, a arte precisa de condições materiais para ser viável, por outro, ela pode ser transformada em dinheiro. Finalmente, é preciso lembrar ainda que a partir do último quarto do século XX, a tecnologia ganha papel preponderante no regime de acumulação e na organização social.

Tendo em conta esses aspectos, Miqueli Michetti (2015) aponta que os “novos modelos de negócios culturais” no Brasil dependem, com frequência, de recursos públicos para atuarem:

Boa parte desses recursos é oriunda de “editais” de órgãos públicos e/ou de uma “política de incentivos fiscais que possibilita que pessoas físicas e jurídicas as empresas apliquem uma parte do IR (imposto de renda) devido em ações culturais”, conhecida como “Lei Rouanet”. Diferentes instâncias culturais disputam esses recursos e empresas de cultura, coletivos e artistas individuais contarão com capitais desiguais nessa luta concorrencial. Os artistas que são capazes de atrair mais olhares sairão na frente na disputa pelos impostos transferidos por empresas via Lei Rouanet, já que elas buscam antes de tudo um veículo de publicidade. Nesse sentido, é dado aos departamentos de marketing de grandes empresas o papel de gestores culturais públicos. Em sentido semelhante, se determinado coletivo consegue acumular considerável capital social e político, é mais provável que ele seja mais bem sucedido no acesso aos editais públicos (MICHETTI, 2015, p.10).

A autora conclui que a lógica neoliberal – de concentração de poder material e simbólico respeito à cultura – tende-se reproduzir também na dinâmica dos coletivos brasileiros na relação com as instâncias públicas. Em outras palavras, coletivos como Mídia NINJA e Fora do Eixo se posicionam como meios independentes de qualquer instituição política, em resposta às contradições de um processo neoliberal; no entanto, eles tendem a reproduzir essas contradições ao se aproximar da esfera governamental, levantando assim, novas tensões.

O caso permite, portanto, esclarecer as dinâmicas e as condições em que se inserem as ações culturais no contexto atual, as quais revelam-se, em grande parte, políticas/econômicas. Não por acaso, alguns dos novos agentes econômico-culturais buscam operar, também, como agentes políticos, promovendo seus interesses e valores. A compreensão e a prática da cultura na contemporaneidade são bastantes complexas, uma vez que diversos fatores exercem transformações “naquilo que entendemos por cultura e o que fazemos em seu nome” (YÚDICE, 2006, p.27). Assim, no atual contexto, o papel da cultura expandiu-se como nunca para esferas sociopolíticas e econômicas, ao mesmo tempo em que suas noções convencionais se esvaziam ou mudam de sentido. Para avançar nessas interpretações, é preciso abordar o conceito de esfera pública desde uma perspectiva crítica, considerando a realidade e presença cada vez mais intensa das TIC.

4.2. A esfera pública, o lugar por excelência da prática comunicativa

Os seres humanos criam redes de significado interagindo com seu ambiente natural e social. A constituição de redes é operada pelo ato da comunicação. Nesse sentido, Castells (2013), reconhece nos últimos anos uma mudança fundamental nesse processo: a emergência da autocomunicação – o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da

comunicação digital. Assim, surge a questão de se internet constitui uma esfera pública virtual, substitutiva dos tipos de participação política tradicional.

Inicialmente, de acordo com Almeida (2012), a esfera pública estava relacionada à formação dos Estados-Nação, à constituição de processos de legitimação dos mesmos em paralelo à montagem de uma arena pública e civil de debates políticos entre os cidadãos, em oposição a uma lógica puramente mercantil ou do poder constituído.

Em seu estudo clássico de 1962, *Mudança estrutural na esfera pública*, Jürgen Habermas apontava como a expansão do sistema mercantil-financeiro em fins da Idade Média envolveu tanto a troca de mercadorias como a de informações. O surgimento da imprensa, por exemplo, é um sintoma desse processo de consolidação da modernidade. Para o autor, a imprensa demonstra que a troca de informações não se desenvolve apenas em relação às necessidades de intercâmbio comercial, apesar de sua ligação intrínseca com o mesmo, já que as informações transformam-se elas mesmas em mercadoria: “as novas autoridades servem-se da imprensa para tornar conhecidos os decretos e as portarias, tornando-a útil, portanto, aos interesses da administração da *res pública*” (ALMEIDA, 2012, p.129).

O alvo do poder público passou a constituir-se, então, verdadeiramente em um público. A concepção de esfera pública habermasiana, na qual o público contesta livremente, ao mesmo tempo que sofre a influência dos setores sistêmicos, está associada, fundamentalmente, com uma comunicação do público (Koçouski, 2013). Entendida como uma expressão genérica, “o termo “comunicação pública é usado por vários autores para relatar situações diversas, ou mesmos alheias ao conceito com o qual estamos trabalhando” (KOÇOUSKI, 2013, p.42). Para sopesar essa indiferença conceitual, Jaramillo López observa, claramente, três traços que se encontram presentes na maioria das definições do conceito comunicação pública:

Mucho se ha escrito sobre el concepto de comunicación pública y los límites que acercan y distancian los diversos enfoques que se relacionan a esta denominación, de tal manera que ya es posible identificar por lo menos tres rasgos comunes a todas esas aproximaciones: primero, está vinculado a la comprensión de lo público; segundo, opera en diferentes escenarios, en tanto que es una noción de la comunicación que se asocia a campos como el estatal, político, organizacional y mediático; tercero, es una idea vinculada a principios como la visibilidad, la inclusión y la participación (LÓPEZ, 2010, apud KOÇOUSKI, 2013, p.43).

Almeida ressalta na perspectiva habermasiana que, embora esse público não atingisse a maioria da população, dirigindo-se efetivamente às camadas burguesas cultas,

criou-se com esse movimento uma zona “crítica”, distinta, de um lado, do próprio poder público e, ao mesmo tempo, da esfera privada do poder doméstico:

Estabeleceu-se assim um fórum onde pessoas privadas se relacionavam entre si numa esfera pública regulamentada pela autoridade, mas, ao mesmo tempo, diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com elas as leis gerais da troca na esfera fundamental privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio e do trabalho social (HABERMAS, 1984, apud ALMEIDA, 2012, p.129).

Habermas acentua ainda, nesse contexto, o papel decisivo dos processos culturais, que se deslocam de sua vivência na esfera do privado para uma reflexão que aos poucos se socializa e produz inflexões sobre a esfera política. Constitui-se, assim, uma esfera pública literária que passa a refletir, sob as novas condições, as experiências de autocompreensão dos sujeitos e os dramas da vida interior. Essa esfera possibilitara, por similaridade, a constituição de uma outra esfera pública, com características políticas, ao tematizar os fundamentos da vida social e pública segundo um novo patamar de racionalidade (Almeida, 2012).

Observa-se, a partir de ambos os casos, o reconhecimento de uma coexistência de esferas públicas. Marques (2008) aponta que, com as revisões de Habermas sobre o conceito de esfera pública, é incorreto referir-se para uma esfera pública singular, mesmo considerando uma homogeneidade de classe burguesa: “é preciso admitir a coexistência de esferas públicas concorrentes e apreender a dinâmica daqueles processos de comunicação que são excluídos da esfera pública dominante” (MARQUES, 2008, p.26).

Assim, uma esfera pública se define a partir das formas de interação que a constitui, dando origem a um conjunto de esferas públicas parciais: a) esferas públicas episódicas, formadas a partir das conversações em bares, cafés, e nos encontros na rua; b) esferas públicas da prensa organizada, constituídas a partir de encontros, reuniões periódicas, congressos religiosos ou públicos de teatro e concertos; c) a esfera pública abstrata, produzida pela mídia, com seus leitores, espectadores, ouvintes e internautas (HABERMAS, 2003, apud NOGUEIRA, 2013, p.215).

O conjunto dessas esferas públicas parciais, reconhecerá Robson Nogueira (2013) forma uma complexa rede ramificada espacialmente num sem número de arenas mais ou menos especializadas, porém “porosas”, por constituírem-se a partir da linguagem comum ordinária.

Em todos os casos de esferas públicas parciais, o ideal é que a partir de argumentos se construa a discussão de forma legítima, o que sinaliza a importância do processo de comunicação. Nesse sentido, conclui Almeida (2012), o lugar social por excelência da prática comunicativa é o espaço público político, em oposição ao espaço institucional das rotinas burocráticas. Entretanto, esse espaço público, como apontado pelo próprio Habermas na obra de 1962, está colonizado pela lógica dos aparatos institucionais de comunicação. Uma realidade que se percebe em tempos contemporâneos, como se observa no caso a seguir.

4.3. Uma reflexão do consumo cultural no tempo contemporâneo

Na passada edição da Copa do Mundo, realizada no Brasil, entre junho e julho de 2014, as redes sociais tiveram uma explosão, segundo Echeverría (2014), por se tratar de um acontecimento que entusiasmava ao público, pelo uso de aparelhos tecnológicos – *tablets* e celulares –, que permitiram uma emissão imediata; mas, fundamentalmente, pelas habilidades dos indivíduos no manejo de programas informáticos.

Nesse contexto, a autora assinala que muitas vezes foram os usuários nas redes sociais os que deram as primícias dos jogos, a partir do uso de *tablets* e/ou de telefones celulares, o que atraía mais do que os acontecimentos mesmos que ocorriam diante seus olhos. O caricaturista argentino, Ricardo Siri Liniers, concretiza esse pensamento da seguinte forma:

Ilustração 1: “El Mundial y El Twitter”, Ricardo Siri Liniers

Fonte: Extraído de Echeverría, 2014, p.61.

Entretanto, para além de ficar em uma perspectiva meramente informática/tecnológica, interessa ressaltar aqui o circuito cultural que caracterizou a edição 20 da história do futebol mundial. Assim, no texto intitulado, “*Copa del mundo, ambiente de diferencias, desigualdades y desconexiones*”³⁰, e se amparando no pensamento do antropólogo e filósofo, Néstor García Canclini, se manifesta a preocupação pela construção de um discurso hegemónico pela mídia:

En las redes sociales, millones de usuarios se suman, de manera ingenua, al discurso monolingüista de dichas corporaciones; simulan desdén del verdadero ambiente que se respira en el país; comparten publicaciones, tweets, donde se enfatizan los días que faltan para su inauguración: “ya se siente ambiente de copa”, rezan algunos de estos. Sin embargo, la realidad, a dos días del magno evento, es un ambiente de diferencias, desigualdades y desconexiones (MÉNDEZ, H.R.M, 2014).

A tríade, utilizada por Canclini para intitular um de seus livros “*Diferentes, desiguais e desconectados*”, busca refletir, a partir de desacertos políticos, sobre o desafio que apresentam as sociedades no século XXI em matéria de inclusão social, categoria indispensável na configuração de sociedades efetivamente democráticas do conhecimento, o que pressupõe o reconhecimento do diferente, a minimização das desigualdades e a conexão da maioria aos fluxos de informação.

Em um país diverso e crescente como o Brasil, por exemplo, como construir uma sociedade que reconheça os interesses e necessidades de seus habitantes? Como atenuar as desigualdades econômicas, políticas e culturais? Como ampliar o acesso das maiorias aos bens e serviços públicos? Aspectos que se acentuaram dias antes da inauguração da Copa, mas que as mídias nacionais e internacionais não difundiram em sua totalidade. Só para lembrar alguns desses acontecimentos: a greve do metrô de São Paulo, a qual foi realizada durante seis dias consecutivos; a rede municipal de professores de Brasil, que abraçou também a greve; três dos maiores polos de produção de ciência e conhecimento de América Latina, USP, UNESP, UNICAMP que se somaram à paralisação; bibliotecas e museus fecharam suas portas... Enfim, foram numerosas as mobilizações e poucas as difundidas pela mídia tradicional.

Com base na leitura de Stuart Hall (1997), a distinção que o marxismo clássico fazia entre a “base” econômica e a “superestrutura” ideológica é pouco sustentada nas atuais circunstâncias em que a mídia é, ao mesmo tempo, uma parte crítica na infraestrutura material

³⁰ Consultar o texto no enlace a seguir: <http://voces.org.sv/2014/06/10/copa-del-mundo-ambiente-de-diferencias-desigualdades-y-desconexiones/>

das sociedades modernas, e, também, um dos principais meios de circulação das ideias e imaginários nestas sociedades. Hoje, acrescentará o autor, “a mídia sustenta os circuitos globais de trocas econômicas dos quais depende todo o movimento mundial da informação, conhecimento, capital, investimento, produção de bens, comércio de matéria prima e marketing de produtos e ideias” (HALL, 1997, p. 16).

Não por acaso, na indústria musical da Copa do Mundo tenha primado o idioma inglês entre suas letras. Onde se mostra a representação cultural dos demais continentes que também têm muito para mostrar e dizer? Será que o que se busca mostrar ao mundo é que nós somos um – *We are one* – como o título que caracterizou a música oficial deste evento; e, nesse sentido, se estaria condenado a ouvir as mesmas vozes e ver os mesmos personagens?

A reflexão em torno ao evento mundial do futebol tem demonstrado, em resumo, que a centralidade da cultura, em relação a diversas dimensões da vida social contemporânea, tem se intensificado com o processo de globalização. As formas em como a cultura é experimentada, consumida e atribuída de valor são profundamente modificadas tendo em vista a realidade contemporânea da presença cada vez mais intensa das TIC no cotidiano dos indivíduos, empresas, aparatos estatais e organizações da sociedade civil. As TIC, como reconhece Almeida (2014a), estabeleceram uma rede global na qual sociedades com distintos modos de vida e histórias se enredam, gerando novo ambiente que causa profundos impactos nos modos de vida dos indivíduos, provocando fortes choques entre as culturas locais e os fluxos culturais globalizados.

4.4. Afinal, uma esfera pública digital é possível?

Para responder, retornemos ao caso de Samanta. Ela pensava em jamais voltar ao fórum, certo? Mas com o tempo, ela retorna. Nesse período, posta e responde perguntas na comunidade. Quando de fato viaja para Agra, na Índia, não consegue deixar de pensar muitas vezes sobre o que aprendeu com os membros da comunidade eletrônica; ela até sente que, de alguma forma, os está levando consigo. No retorno de sua viagem, Samanta publica uma longa postagem, com links para fotografias incríveis. Alguns meses se passam em que a menina raramente visita o grupo, mas depois começa a participar mais intensamente no grupo enquanto planeja seu próximo destino de viagem.

O caso da intrépida jovem mochileira funciona, novamente, nesta etapa, para formular algumas considerações em torno aos processos comunicativos possibilitados pelas tecnologias digitais. Assim, interessa aqui, sobretudo, retornar à concepção de esfera pública proposta por Habermas, onde se caracteriza a uma esfera dos privados reunidos como público, tendo como resultado uma nova condição social, pública e privada, a partir da soma dos interesses particulares da burguesia, portadora de uma racionalidade jurídica e coletiva distinta da racionalidade do Estado, mas, ao mesmo tempo, em interação com a mesma. Uma mudança estrutural que é situada por Habermas no século XVIII e que procede dos processos socioeconômicos e culturais mencionados anteriormente.

Para historiadores como Peter Burke e Asa Briggs, essa ruptura iniciou-se antes, sendo possível reconhecer seus primórdios no século XVI, com a invenção da imprensa por Gutenberg:

A impressão gráfica facilitou a acumulação de conhecimento, por difundir as descobertas mais amplamente e por fazer com que fosse mais difícil perder a informação. Por outro lado, como ressaltamos acima, a nova técnica desestabilizou o conhecimento ou o que era entendido como tal, ao tornar os leitores mais conscientes da existência de histórias e interpretações conflitantes (BRIGGS; BURKE, 2004, apud ALMEIDA, 2012, p.138).

A perspectiva dos autores acrescenta mais uma dimensão importante à análise, envolvendo a questão tecnológica mediática. O processo de surgimento de um novo conceito de público, portanto, também necessita ser pensado em relação a um fato tecnológico (no caso, a invenção da imprensa).

Em retrospecto, na época, a impressão com tipos móveis realizada por empreendedores independentes parece uma combinação explosiva, embora uma proporção substancial da atividade estivesse ligada a atividades econômicas não relacionadas com o surgimento da mídia. O fracasso dos governos europeus em controlar totalmente o que se imprimia levou a outros desenvolvimentos em termos de comunicação, começando com o transporte e, em pouco tempo, chegando à industrialização movida a vapor, no que foi considerado como uma verdadeira “revolução”. (...) A tecnologia nunca pode ser separada da economia, e o conceito de revolução industrial precedeu o de revolução da comunicação – longa, contínua e eterna. O segundo conceito, claramente formulado apenas no fim do século XX, já tinha começado a tomar forma no século XIX (BRIGGS; BURKE: 2004, apud ALMEIDA, 2012, p.139).

O processo de ampliação dos debates públicos e a emergência de novas formas de sociabilidade informativa estariam intimamente ligados, portanto, ao processo das revoluções na comunicação, culminando com o advento da mídia eletrônica e, mais contemporaneamente, com as TIC. Como se observou no caso de Samanta, os processos de

socialização e comunicação na contemporaneidade estão baseados num modelo em rede e interativo, o que tem mudado o *modus operandi* do chamado usuário na Ciência da Informação – aquele indivíduo que se vale e que usa a informação tanto para o desenvolvimento de suas atividades pessoais, como também para a solução de problemas específicos –, posicionando-se como um ator ativo, capaz de interagir e gerar *feedback* em uma ambiência digital/*online*. Assim, a partir dessa perspectiva, a passividade do usuário frente aos fluxos informativos toma nova forma, reconfigurando seu posicionamento de emissor-receptor na estrutura do sistema comunicacional.

Para alguns autores, essa mudança é tão profunda que afeta a própria organização social:

[...] O papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. Ela protege o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada (CASTELLS, 2013, 171).

O autor catalão aponta que, nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência da autocomunicação – o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. Nesse processo, a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada. Essa perspectiva é retomada pelo autor, a fim de explicar o agir dos movimentos sociais na era digital, justificando que a autocomunicação de massa baseia-se em redes horizontais de comunicação interativa que, geralmente, são difíceis de controlar por parte de governos ou empresas.

Entretanto, Eli Pariser (2012) demonstrará tudo o contrário em seu livro: “O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você”, ao demonstrar que as informações que se procuram no Google, Facebook e demais *sites* na *web* – especialmente por responder aos interesses corporativos e à lógica de consumo do mundo contemporâneo - não são neutras: “na verdade, quando as vemos dentro da bolha, é quase impossível conhecer seu grau de parcialidade” (PARISER, 2012, p.15).

A crítica é levantada a partir da metáfora da bolha de filtros, a qual faz alusão à nova geração de filtros online que examinam aquilo que aparentemente é afim a seus gostos – as coisas que curtiu, ou as coisas que seus conhecidos gostam –, e tentam fazer extrapolações. Nas palavras do autor:

São mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar seguir. Juntos, esses mecanismos criam um universo de informações exclusivo para cada um de nós - o que passei a chamar de bolha dos filtros – que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações (PARISER, 2012, p.14).

O grande problema, conclui o autor, não é em si a personalização da internet, mas sim o fato de que esse processo seja invisível para os usuários, fazendo suposições de quem é você, as quais não transcendem disso, meras hipóteses. Assim, as intenções verdadeiras da bolha pode resultar irrelevantes para um consumidor, pois não há nada de errado em eliminar o que difere de seus gostos e interesses. Entretanto, o que é bom para os consumidores não é necessariamente bom para um ativista, por exemplo: “As coisas de que gosto podem não ser as que realmente quero, muito menos as que preciso saber para me tornar um membro bem informado da minha comunidade ou do meu país” (PARISER, 2012, p.22).

Nesse contexto, cabe a pergunta, em que medida a internet reconfigura a ideia de espaço público, se, no final, os espaços digitais também reproduzem valores e interesses de grandes corporações e do consumo contemporâneo?

Um primeiro ponto a refletir em torno essa questão, é o de que são ambientes constituídos por fluxos locais e globais de informação. Na medida em que o poder se estrutura cada vez mais globalmente e a ação/vivência das pessoas tende a ser local, a internet fornece a conexão local-global para a interação dessas duas ordens. De acordo com o sociólogo catalão, “os ambientes digitais na internet são espaços que facilitam um debate contínuo e algumas vezes convocam a participação conjunta e simultânea em manifestações globais numa rede de espaços locais” (CASTELLS, 2013, p.165).

Esse elemento pode-se evidenciar, de maneira palpável, nos fluxos de conteúdo que gerencia o coletivo desInformémonos (Tabla 3), os quais se manifestam, em um primeiro momento, como expressões locais, para passar, posteriormente, a se converter em manifestações globais. As seguintes imagens sobre o caso de Ayotzinapa, no México, mostram essa dinâmica de transição e fluxo informacional.

Quadro 2: Publicações gerenciadas pelo coletivo desInformémonos na sua plataforma de Facebook, em torno ao caso de Ayotzinapa, no México

Imagens colocadas no mural da página de Facebook do Desinformémonos	Texto da publicação
<p>Ayotzinapa presente en París, Francia. Vía: Collectif Paris-Ayotzinapa</p>
<p>En Buenos Aires, Argentina, recuerdan a los 43 estudiantes normalistas desaparecidos por el Estado mexicano hace 7 meses. Foto: Kala Moreno</p>
<p>43 globos contra el olvido / 43 Luftballons gegen das Vergessen El jueves 23 de abril, la delegación de Ayotzinapa que hace parte de la #EuroCaravana43, junto con organizaciones convocan a una manifestación frente a la embajada mexicana en Berlín, como parte de las actividades de la caravana en Alemania. Klingelhöfer str. 3, 10785, Berlín a las 10 horas</p>
<p>"En Finlandia creció el sentimiento de una responsabilidad compartida por Ayotzinapa"</p>

<p>El 43 recorre las calles de Costa Rica. Foto: Fabiola Pomareda.</p>
<p>En Santiago de Chile, la Comisión FUNA recordó a los 43 jóvenes normalistas desaparecidos hace siete meses por el Estado mexicano y por la libertad de Miguel Montecino, luchador social preso en México desde el año 2010.</p>

Para Hine (2004), uma vez que as comunidades virtuais inauguram um campo de interações mediado por computadores, desterritorializado e sem limites geográficos, se torna um fenômeno mundialmente distribuído. Melucci (2001), por sua parte, considera que nas sociedades cada vez mais complexas, a capacidade de intervenção sobre a ordem simbólica não só se generaliza em toda a sociedade, mas se move também em direção ao indivíduo. Esse processo descrito por ambos os autores será interpretado como novas formas de mobilização social na era da internet.

Um segundo ponto a refletir sobre a questão do público em ambientes digitais, tem a ver mais com a construção do espaço autônomo, o qual é considerado por Castells como a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede. Sob essa lógica, pode-se dizer que, embora esses movimentos geralmente se iniciem nas redes sociais da internet, eles se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano. Assim, o espaço público dos movimentos sociais na era digital, “é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora” (CASTELLS, 2013, p.20). Uma dessas práticas transformadoras se encontra no potencial para o desenvolvimento de políticas culturais:

Na medida em que as TICs possibilitam o conhecimento de muitas realidades, permitindo que se empreenda uma visão mais crítica da sua própria vida em sociedade, elas também permitem que indivíduos ajam em grupo para reivindicar mudanças para uma sociedade mais ética, permitindo assim que lugares antes esquecidos possam ter seus direitos de cidadania ouvidos (ALMEIDA, 2012, p.148).

O desafio, ao que parece, está em cristalizar as relações on-line/off-line de maneira mais consistente, capaz de operar efetivas mudanças a partir de iniciativas coletivamente orientadas para a construção de habilidades e conhecimentos socialmente significativos, que contribuía na melhoria da qualidade de vida dos sujeitos e de suas comunidades.

5. REFLEXÕES FINAIS: INFORMAÇÃO, TECNOLOGIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Inicialmente, se reconhece nas diferentes denominações utilizadas para descrever o contexto contemporâneo uma limitante no sentido de captar, na sua totalidade, a substância das transformações sociais em curso. A consideração se traduz, neste trabalho, na ausência de uma concepção específica da contemporaneidade, a fim de não homogeneizar movimentos heterogêneos ou negar territórios conformados por uma pluralidade de identidades, renovadas constantemente: “as intervenções que pipocam pelo globo estão carregadas de uma multiplicidade de singularidade. São, na verdade, uma ação conjunta heterogênea, oposta à homogeneidade massificada em que os sujeitos compõe um bloco em que não é mais possível distingui-los” (OLIVEIRA, 2007, p.55).

Acreditamos, portanto, que nos sistemas contemporâneos os sinais se tornam intercambiáveis e o poder se situa nas linguagens e nos códigos que organizam o fluxo de informações. A ação coletiva, pelo fato de existir com a própria forma e os próprios modelos de organização, representa uma mensagem enviada para o resto da sociedade.

Os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não tem a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida. Obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim, forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que os transcende e, desde modo, falam para todos (MELUCCI, 2001, p.21).

A ação representada nesta pesquisa se diferencia de um modelo de organização política tradicional e assume uma crescente autonomia dos sistemas políticos/econômicos. Ela está entrelaçada com a vida cotidiana e com a experiência individual. Assim, nas sociedades cada vez mais complexas, a cultura torna-se, por excelência, o terreno estratégico dos conflitos.

As juventudes sobressaem como um dos indicadores constitutivos nesse sentido: a sua participação nos sistemas complexos não só é comprovada empiricamente, como tem-se demonstrado nesta pesquisa (sessão 3, item 3.1.1), mas também um elemento que contribui para compreender as características, as dinâmicas e os sentidos dos conflitos em sociedades carregadas de contradições. Como explicar, por exemplo, a desigualdade de acesso aos mercados de trabalho por parte dos jovens, que dispõem da capacidade educativa e dos novos conhecimentos no uso das tecnologias de informação e comunicação?

A questão leva-nos a considerar às juventudes, em ambientes contraditórios contemporâneos, a partir da construção de redes flexíveis que transcendem os condicionamentos estruturais. As redes, ao enlaçar uma produção subjetiva juvenil com as dimensões políticas, estabelecem, por sua vez, uma expressão estética juvenil alternativa, que transforma-se, na maioria das situações, em uma ética jovem em conflito, em contraposição às tendências hegemônicas e aos valores de consumo contemporâneo.

Trata-se, em outras palavras, de uma falta de representação, onde se acentuam dimensões simbólicas/culturais – muitas vezes expressadas a partir da corporeidade –, mas que não se limitam a esses campos, senão que alcançam outras latitudes, algumas vinculadas fortemente com a política. Consideramos nessa perspectiva, e à luz de casos emblemáticos na América Latina – a “Rebelião Pinguinha” (Chile), “Ayotzinapa” (México), “Renuncia ya” (Guatemala), “Jornadas de Junho” (Brasil) –, que não é comprovável a tese das juventudes latino-americanas atravessadas pelas noções de apatia, desinteresse ou despreocupação política. O que acontece, na prática: essas características se alinham mais à falta de legitimidade em determinadas estruturas políticas e do escasso compromisso destes atores nessas formas, o que não significa um rechaço à política como tal, ou seja, como discurso e prática relacionados com a construção social do comum.

Nos últimos três anos, o exemplo mais claro dessas interpretações seja, talvez, as denominadas Jornadas de Junho no Brasil, um contexto de manifestação que apresenta possibilidades de análise culturais/políticas, por meio do estudo das relações inter-geracionais, entre movimentos juvenis e/ou expressões sociais coletivas mais ou menos organizadas. Além disso, observa-se como essas mobilizações superam os limites geracionais para se converter em processos que dinamizam diversas lutas sociais, assim como expressões antagonistas em contraposição dos sistemas e valores dominantes que excedem questões aparentemente corporativas. A experiência demonstra o surgimento de movimentos com raízes históricas diversas, ou seja, convergem formas de descontentamento e de marginalidade que um sistema social tende a produzir.

Dessa forma, a dissertação sustenta que, na contemporaneidade, o elemento de divisão social mais importante não é a conectividade técnica, e sim a capacidade educativa e cultural de utilizar a informação. Trata-se, portanto, como reflete Castells, de saber onde está a informação, como buscá-la, como transformá-la em conhecimento específico para aquilo que se quer fazer. Daí que o conhecimento é um componente fundamental para os atores

conflituais. Os coletivos que se estudam neste trabalho possuem um olhar crítico, mas até que ponto? Qual a capacidade deles para essa leitura crítica da sociedade?

Para avançar nessas questões, tivemos que acudir ao conceito de cultura. A partir da premissa que sustenta: “o sentido das palavras acompanha as transformações sociais ao longo da história”, chegamos nos apoiar na definição de cultura como um recurso para os sujeitos (Yúdice 2006). A concepção se alinha com os “novos modelos de negócios culturais” no Brasil, os quais dependem, com frequência, de recursos públicos para atuarem. “As ligações do Fora do Eixo, por exemplo, com o Partido dos Trabalhadores são inegáveis” (Michetti, 2015). Por consequência, coletivos como Mídia NINJA, intrinsicamente ligados ao Fora do Eixo, ao se aproximarem da esfera governamental, tendem a reproduzir a lógica dos processos neoliberais, da qual eles se afastam – de concentração de poder material e simbólico no que diz respeito à cultura.

O caso permite esclarecer as dinâmicas e as condições em que se inserem as ações culturais no contexto atual, as quais revelam-se, em grande parte, políticas/econômicas. A compreensão e a prática da cultura na contemporaneidade são bastantes complexas, uma vez que diversos fatores exercem transformações “naquilo que entendemos por cultura e o que fazemos em seu nome” (YÚDICE, 2006, p.27). Nesse sentido, Pablo Vommaro (2014) identifica um deslocamento significativo nas ações culturais juvenis de América Latina:

En los últimos años y al calor de los procesos actuales de reconfiguración de algunos Estados y cambios de gobierno en América Latina, es posible identificar un desplazamiento de las acciones colectivas: los jóvenes regresan su mirada al Estado como terreno de disputa y herramienta de cambio social, recentrando la participación política juvenil en el ámbito de la ejecución de políticas públicas y el apoyo a un determinado gobierno (VOMMARO, 2014, p.57).

Na última parte deste trabalho, uma questão que mereceu especial reflexão é a de como as políticas culturais, associadas às tecnologias de informação e comunicação (TIC), têm possibilitado a emergência de novos ambientes de informação/comunicação conectados a redes sociais, e redimensionado a relação dos indivíduos com a produção, a prática e a própria construção de identidades e memórias culturais.

Nas sociedades contemporâneas, na medida em que o poder se estrutura cada vez mais globalmente e as ações e vivências das pessoas tendem a ser locais, a internet fornece essa conexão local-global para a interação dessas duas ordens. A dinâmica está muito presente nos coletivos culturais mediáticos. O desInformémonos, por exemplo, tem ganhado reconhecimento mundial por seu trabalho na cobertura dos recentes episódios sobre a

desaparição forçada de 43 estudante da Escuela Normal Rural Raúl Isidro Burgos, no município de Iguala, do Estado de Guerrero, no México. Sua força está no gerenciamento de informações, enviadas por colaboradores espontâneos em diversos tipos de mídias, os quais foram se somando, desde o local, a uma causa mais abrangente.

Observa-se assim, um cenário muito promissor: a construção de redes de caráter coletivo e de natureza social, capazes de reivindicar mudanças para uma sociedade mais ética, na qual lugares antes esquecidos tenham a possibilidade de ser ouvidos. Os fenômenos coletivos organizados em rede têm o potencial para desdobrar-se sobre essas dinâmicas, dependendo de sua identificação e posicionamento nos sistemas complexos, o que demanda um conhecimento não manipulado: “sair da ideologia e produzir conhecimento (conhecimento, capacidade de análise, capacidade de comunicação, auto-reflexibilidade) torna-se um recurso chave para a ação coletiva” (MELUCCI, 2001, p.143).

Em resumo, o aporte mais significativo deste trabalho seja, talvez, a identificação e compreensão da multiplicidade de elementos que interferem na conformação de fenômenos coletivos, além de explicar como eles se combinam na concreta unidade de alguns atores antagonistas e de como as TIC incidem nesses processos. Acreditamos, portanto, que sem a distinção de tais elementos, o debate entre formas de ação, que se situam em contextos históricos diferentes, é pouco produtivo. Se espera com a pesquisa um estímulo para futuros trabalhos na linha Apropriação Social da Informação, que expandam as possibilidades, os desafios e os diálogos interdisciplinares no campo das Ciências Sociais.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.A. A produção social do conhecimento na sociedade da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.19, n.1, p. 11-18, jan./abr, 2009.

_____. Habermas e as apropriações culturais das TIC: rumo a ciberesferas públicas? **Problemata Revista Internacional de Filosofia**. v. 3, n. 2, p. 127-156, 2012.

_____. Políticas Culturais & Ciência da Informação. **Ci.Inf.**, Brasília, DF, v.43 n.2, p.284-297, maio/ago., 2014a.

_____. Políticas culturais e redes sociotécnicas: reconfigurando o espaço público. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 50, n. 1, p. 54-64, jan./abr. 2014b.

AMBROSIO, Gustavo. Políticas públicas culturais: cidadania e participação social. In: SCHMIDT, C.; VALENTE, H.; PRADOS, R. **Mídia e políticas Culturais**. Ícone Editora, Brasil, 2015.

BARBOSA FILHO; CASTRO; TOME. **Mídias digitais**, São Paulo: Paulinas, 2005.

BAREL; CAUQUELIN. Concepts transversaux. In.: SFEZ, Lucien. **Dictionnaire critique de la communication**. Paris: Presses Universitaires de France, p.179-290, v.1. 1993.

BLANCO, M.R. América Latina y los movimientos sociales: el presente de la rebelión del coro. **Revista Nueva Sociedad**, N 227, mayo-junio, 2010.

BECKER, Howard. Segredos e Truques da Pesquisa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BELKING, N. J.; ROBERTSON, S. E. Information science and the phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 27, n. 4, p. 197-204, jul./aug. 1976.

BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**. Cultrix, 1977.

BOAVENTURA, S. Los nuevos movimientos sociales. **Debates** 178. Disponível em:<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Los_nuevos_movimientos_sociales_OSAL2001.PDF>, 2001.

BURKE, P.; BRIGGS, A. **Uma história social da Mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 2004.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

_____; CRUCES, F. **Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales: prácticas emergentes en las artes, las editoriales y la música**. Madrid: Fundación Telefónica, 2012.

_____; URTEAGA, M. **Cultura y Desarrollo: una visión crítica desde los jóvenes**. Buenos Aires: Paidós, 2012.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

_____. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANCIB, 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em 9 de jan. de 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – A era da informação**: economia, sociedade e cultura; v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. Internet e sociedade em rede. In: D. de MORAES (org.), **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro, Record, p. 255-287, 2003

_____. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COHEN J. L.; ARATO, A. **Sociedad civil y teoría política**. México, D. F.: FCE. 2001.

DE CERTEAU, M. **La toma de la palabra y otros escritos políticos**. México DF: Universidad Iberoamericana/ITESO, 1995.

_____. **La invención de lo cotidiano**: artes de hacer. México DF: Universidad Iberoamericana, 1996.

_____. **Cultura en plural**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1999.

ECHEVARRIA, Mirta Clara, Periodismo Digital y Redes Sociales. Narrativas Renovadas: storytelling, storify. In: ECHEVARRIA, Mirta clara (org), **Periodismo en la web, lenguajes y herramientas de la narrativa digital**. Córdoba. Editorial Brujas, p.51-100, 2014.

FEIXA, C.; FERNÁNDEZ, A. Generación @ versus Generación #. La juventud en la era hiperdigital. In HUERTAS; FIGUERAS (Eds.). **Audiencias juveniles y cultura digital**. Bellaterra: Instituto de la Comunicación, Universidad Autónoma de Barcelona, 2014, (p. 35-54).

FERREIRA, Rubens da Silva. Jornadas de Junho: uma leitura em quatro conceitos para a Ciência da Informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 5-19, set. 2015.

FIGUEIREDO, Rubens. A espiral do silêncio e a escalada da insatisfação. In: FIGUEIREDO, R. (org), **Junho de 2013: A sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: HABERMAS, J. **Espaço público e democracia**: comunicação, processo de sentido e identidade social. São Leopoldo: Unissinus, 2003.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, nº2, p. 15-46, jul./dez.1997.

HOPENHAYN, M. “**Inclusión y exclusion social en la juventud latinoamericana**”, Pensamiento Iberoamericano, n 3, pp. 49-71, 2008.

HINE, **Etnografia virtual**. Barcelona, Editorial UOC, 2004. Disponível em: <http://www.uoc.edu/dt/esp/hine0604/hine0604.pdf>. Acesso em: 15 abril de 2015.

KOÇOUSKI, M. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, H (Org.) **Comunicação Pública, interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

KOZINETS. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Penso editora LTDA, São Paulo, 2014.

LAGE, N. Prefácio. In: BARRETO, E; MEDITSCH, V. **Radio y Pánico: A guerra dos mundos 60 anos depois**. Insular, 1998.

LARA, Marilda Lopes Ginez de, et al. Ciência da Informação: uma ciência moderna ou pós-moderna. **Informação e Contemporaneidade: perspectivas**. Recife. NECTAR, p. 27-45, 2007.

LATOUR, Bruno. **Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red**, Buenos Aires, Manantial, 2005.

LIVINGSTONE, Sonia. Internet literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades on-line. **Revista Matrizes**, ano 4, p. 11-42. ISSN: 1982-8160, 2011.

LÓPEZ, Juan Camilo Jaramillo. **Propuesta general de Comunicación Pública**. Bogotá, 2010.

LORENZOTTI, Elizabeth. **Jornalismo no século XXI: O Modelo #mídiaNINJA**, e-book, 2014.

MALINI, F.& ANTOUN, H. (2013). **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina.

MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARQUES Ángela. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **LÍBERO**, n.21, 2008.

MARQUES DE MELO. Políticas Públicas de Comunicação: Desafios brasileiros na era digital. In: SCHMIDT, C.; VALENTE, H.; PRADOS, R. **Mídia e políticas Culturais**. Ícone Editora, Brasil, 2015.

MARTELETO, R. M. Informação, redes e redes sociais: fundamentos e transversalidades. **Informação & Informação**, Londrina, v. 1 2, n. esp., não paginado, 2007.

MARTÍN BARBERO, J. A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens. In: Silvia H. S. Borelli e João Freire Filho (Org.). **Culturas juvenis no século XXI**. São Paulo: EDUC, 2008

MATTELART, Armand. **História da Sociedade da Informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MEDITSCH, Eduardo. **A guerra dos mundos 75 anos depois**. 2013.

MELUCCI, Alberto. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México, D. F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 1999.

_____. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

MÉNDEZ, H.R.M. Um olhar informacional para os mundos culturais da internet. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 6, p. 184-188, 2015.

_____. Copa del Mundo, ambiente de diferencias, desigualdades y desconexiones. **Voces Diario Digital**. Disponível em: <<http://voces.org.sv/2014/06/10/copa-del-mundo-ambiente-de-diferencias-desigualdades-y-desconexiones/>>. 2014.

MEYROWITZ, J. **No sense of place. The impact of electronic media on social behavior**. Nova York, Oxford University Press, 1985.

MICHETTI, M. Coletivos e redes culturais no Brasil contemporâneo: Notas sobre as relações entre cultura, economia e política na conjuntura neoliberal. Trabalho apresentado no Encontro dos Grupos de Trabalho GEPRACC/PRACTIC. São Paulo: PUC-Coletivo Digital, 2014, **mimeo**, n. páginas 20.

MONTEIRO, Jorge Vianna. **Fundamentos da Política Pública**. Rio de Janeiro: IPEA, 1982.

MORFIN, C. Jóvenes en acciones colectivas y movimientos sociales para redefinir los espacios públicos y las prácticas ciudadanas. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, 1 (9), pp. 61-79. Disponible en <<http://www.scielo.org.co>>, 2009.

NOGUEIRA, J.R.F. Políticas públicas de cultura digital e o espaço público político. In: MATOS, H (Org.) **Comunicação Pública, interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

OLIVEIRA, L.M.B. **Corpos indisciplinados ação cultural em tempos de biopolítica**. São Paulo Beca, 2007.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PRIMO, A. **Interação mediada por computador**, Porto Alegre: Sulina, 2007.

RAMÍREZ SÁIZ, J. M. ¿Qué es un movimiento social?, Teorías y metodologías para su estudio. **Colección Babel de la Revista de la Universidad de Guadalajara**, 7, 1996.

RAMOS, M, C; BIANCO, N. **Estado e Comunicação**, Brasília: Casa das Musas/INTERCOM / UnB, 2008.

REGUILLO, R. La clandestina centralidad de la vida cotidiana. En Quintapata 1. **Revista de Artes Visuales**. Disponible en <<http://www.artesvisualesquito.org/quintapata/1/La-clandestina-centralidad-de-la-vida-cotidiana.pdf>>, 2000.

RICCI, R.; ARLEY P. **Nas ruas**: a outra política que emergiu em Junho de 2013. Letramento, 2014.

SANTAELLA, L. **Navegar no ciberespaço**, São Paulo: Paulus. 2004

SCHMITT, R. Os jovens na população brasileira: uma breve análise política. In: FIGUEIREDO, R. (org), **Junho de 2013**: A sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: Origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun, 1996.

SIQUEIRA, E. **A Sociedade Inteligente**, São Paulo: Bandeirantes, 1987.

SMELSER, N.; ALEXANDRE, J. **Diversity and its Discontents**. Cultural Conflict and Common Ground in Contemporary American Society. Nueva Jersey, Princeton University Press, 1999.

TARROW, Sidney, *El poder en movimiento*, Madrid, Editorial Alianza, 1997.

TOURAINÉ, A. **¿Podremos vivir juntos?**, México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2000.

VOMMARO, P. La disputa por lo público en América Latina: las juventudes en la protestas y en la construcción de lo común. **Revista Nueva Sociedad**. N. 251, mayo-junio de 2014, ISSN: 0251-3552.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social**. São Paulo: Senac, 2006.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo, Boitempo, 464 p., 2007.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ZIBECHI, R. Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. **En Osal, Observatorio Social de América Latina**. n. 9. Buenos Aires: Clacso, 2003.

7. APÊNDICES

- A. **Entrevista com Rafael Vilela:** membro do coletivo Mídia Ninja, realizada via Skype, no dia 28 de dezembro de 2015.

Roteiro inicial de perguntas

- Nas manifestações de junho de 2013 no Brasil se evidenciou o trabalho de diferentes coletivos, O Mídia NINJA por exemplo, cujo foco foi a comunicação, a democratização da informação, em contraposição dos interesses e valores que promovem as grandes mídias, a partir de então, quais poderiam ser alguns dos seus resultados políticos e culturais que se tem desdobrado desde a sua atuação inicial
- Como se garante que a informação seja parcial ou diferencial da que apresentam as grandes mídias no Brasil? Pode-me explicar um pouco do processo em relação as coberturas, o que vai ser coberto, por exemplo.
- Poderíamos entender o papel do Mídia NINJA na perspectiva de jornalismo alternativo ou seu papel transcende dessa figura jornalística
- Que papel desempenham as tecnologias digitais no seu trabalho? Como transcendem desse espaço online para o espaço urbano ocupado?
- Vocês sofreram algum tipo de restrição ao seu trabalho – de ordem legal, pressões econômicas, etc? Em caso afirmativo, como lidaram com isso?

Desenvolvimento da entrevista:

Rafael, gostaria de saber qual foi o papel do Mídia NINJA nesse contexto de manifestação no Brasil em 2013?

O contexto, para além da manifestação, é um contexto mediático que a gente está vivendo, a migração como definiu Ramonet, de um modelo de mídia de massa para massa de mídia, acho que isso orienta um pouco essa mobilização e explica um pouco a nossa atuação nesse momento, que já vinha nove ou oito anos consolidando-se a partir do próprio Fora do Eixo, então a gente já tinha desde 2005 uma consolidação, um processo de estabelecimento em quanto rede que vinha de múltiplos territórios, dos territórios mais afastados da cidade do Brasil e que foi construindo as casas coletivas, um modelo de vida alternativa, que fez com que a gente fosse construindo uma rede muito importante durante as manifestações de 2013, então, acho que não podemos ter uma leitura casuística, que foi por acaso que aconteceu, a

gente estava, na verdade, preparando-se, estamos até agora preparando nos uma estrutura de rede capaz de lidar com essa situação. O determinante é que a gente estava preparada de fato, a gente tinha comunicadores espalhados pelo Brasil todo, de norte ao sul do país, nas pequenas, medias, grandes cidades, capacitados a produzir conteúdo de alta fidelidade, mais que de qualidade, e com uma alta capacidade de inserção na vida pública, por estar ligados a artistas, formadores de opinião... E quando estouram as manifestações, as pessoas vão para a rua, e elas acham aquilo interessante, voltam para casa, e o que elas leem e veem sobre aquilo é completamente diferente do que elas sentiram, principalmente nas TV dos jornal, então as gentes vão para as redes sociais a buscar contrapontos mediáticos em relação a essas informações e foi aí que a gente cresceu muito, a página da mídia NINJA passou de uma semana a outra de 2000 para 250 mil seguidores...

Poderíamos dizer que o Mídia NINJA é uma continuidade do trabalho do Fora do Eixo?

O Mídia NINJA é uma das formas diversas, soluções alternativas de rede que surgem a partir da experiência do Fora do Eixo, não é um Fora do Eixo, não é um braço do Fora do Eixo, é uma rede que se potencializa muito pelo acúmulo que Fora de Eixo teve em criar informações, novas concepções, o que era um trabalho feito por Fora do Eixo até então, na indústria cultural, a partir do estabelecimento de novos artistas que Fora do Eixo geográfico de São Paulo, fora do *mainstream*, passa a ser um trabalho que a gente faz em relação à informação. Em vez de lançar um novo artista que ninguém conhecia, a gente começou a jogar as informações que ninguém tinha, acho que é um processo parecido. A questão é, a estrutura para fazer isso, a gente se preparou por 10 anos, em formadores de opinião, muitos territórios, uma cascação técnica nas linguajes muito fortes, a linguagem da fotografia, do fotojornalismo, do streaming, da transmissão ao vivo, das redes sociais, que a gente entende que também é uma linguagem, entre outros, o vídeo, eram linguagens que a gente estava preparando muito tempo e que foram muito útil naquele momento. Exatamente esse contexto que você coloca da guerra, tem uma técnica que a gente gosta utilizar mais que a guerra da informação: Guerra dos *Memes*. Há um livro chamado *Memes Wars*. Pedro, um cara que pensa muito sobre esse tema com a gente, foi entendendo, a partir de essa construção de rede, essa construção política de novos paradigmas que a gente tem feito, seja no campo da informação, no campo econômico, seja no campo documental, que é a nossa disputa de imaginário; então para além da guerra da informação, está em jogo um corpo mais amplo que é o novo imaginário da juventude, de um novo mundo possível, e a guerra da informação está inserida nesse contexto, ela não é maior do que..., ela é uma parte dessa luta mais ampla por novos valores.

Então, também poderíamos dizer que foi uma disputa do imaginário, de posicionar os temas e interesses das pessoas que foram para a rua? Mas ainda não fica claro para mim: o que estava em jogo nesse momento?

Estava em jogo muita coisa no campo da informação também, eu falo da disputa de imaginário para a gente contextualizar o campo em que se dá essa batalha de ideias no Brasil. Mas a disputa da informação está muito clara, você tem 28 grupos de mídia no Brasil que controlam, praticamente, toda a informação que sai nos jornais, revistas, televisões e isso está diretamente ligado aos grupos políticos que dominam e controlam o Brasil há 500 anos; a consolidação do poder no Brasil está completamente relacionado ao poder de mídia, de formadores de opinião, e enfrentar esse oligopólio da informação hoje é enfrentar também a elite que continua a controlar boa parte da mídia e da política brasileira. O nosso congresso nunca foi tão conservador, mais ele sempre foi extremamente conservador, você nunca teve um cúmulo de forças progressistas capazes de mudar a lógica do sistema. Então a disputa da informação estava em um campo pragmático também, que era o que ia acontecer, quem estava indo para a rua, por quê, como é que isso se deu? A própria questão do centavo, a gente entende, já como ativista que estamos um bom tempo na rua, o estopim estava ligado aos centavos aí, mais era um cúmulo de processos,

Claro, não só era o fato dos vinte centavos...

Você tinha o início de um declive muito forte, de um limite que estava colocado pela experiência do Lula e do PT no poder, que era, por um lado, a conquista de muito direitos, e empoeiramento de uma nova classe trabalhadora, e um vazio também colocado no campo cultural, no campo político, de essa ascensão econômica e de valores culturais, novos ideais, um novo imaginário de sociedade, naquele momento você tinha um esgotamento de processo político do PT, pelos dois lados, tanto pelas conquistas, quanto pelo que faltava. Então, ao mesmo tempo era uma pressão pela procura de mais direitos e, ao mesmo tempo, uma tentativa de retomada do poder tradicional oligárquico, de recuperar o que perdeu, então em junho o que a gente tinha, sem saber, um pouco de tudo na rua, o que a gente foi entender depois nessa grande polarização de Brasil boys, questão da Dilma, a gente tinha aí uma mistura, desse campo conservador querendo recuperar o seu status, um campo mais progressistas querendo mais direitos, com uma grande massa também que cresceu seu poder econômico, seu poder de compra, mas que ainda não tinha exatamente claro o que buscar como buscar porque foi uma ascensão pelo consumo, não foi necessariamente uma ascensão pelo empoeiramento, então acho que são alguns dos elementos que estavam colocados aí...

Rafa, falando especificamente do trabalho do Mídia NINJA, não sei como definir esse trabalho porque eu acho que vai além de um jornalismo alternativo, eu acho que se coloca num corpo mais abrangente, vinculado com a cultura... Como poderíamos definir o trabalho desse coletivo?

Para falar do coletivo que eu tenho mais capacidade para falar, que é Fora do Eixo e o Mídia NINJA. Concorde com o que você colocou, acho que é um movimento que parte da cultura e, a partir da cultura, a gente vai consultando outros campos. É um movimento que nasce a partir de um movimento cultural, da produção, do posicionamento de novos artistas, de novos valores, mas que a partir da cultura começa dialogar muito forte com o ativismo, a ocupação das ruas, com a produção mediática, com a consolidação de novas estruturas, também ligadas às questões econômicas, então a gente tem um banco, a gente tem uma gestão econômica, uma moeda paralela, então acho que partindo da cultura a gente foi abrindo leques, de fato, para propor alternativas. Às vezes é difícil as pessoas entender que sim é uma mídia, que tem um posicionamento, tem um lado, tem uma clareza de posicionamento político grande. Deixar isso claro, a gente entende que é uma vantagem e não uma desvantagem, acho que a gente tem isso muito claro, e ao mesmo tempo somos um veículo, a gente tem um nível de contratação alto, mas, ao mesmo tempo, que a gente é um movimento, que agrega muitas pessoas, que tem uma visão ampla de cultura, de novos valores, a gente tem que filtrar conteúdo, tem que depurar informação; a gente está numa dinâmica de disputa do dia a dia da informação, só que uma outra lógica, uma lógica totalmente diferente enquanto à lógica dos veículos de comunicação corporativos, comerciais, a gente parte da lógica da colaboração. A soma dos valores de força faz com que a gente tenha potência, então a gente lida com abundância do recurso humano, com abundância do desejo e em oposição ao modelo anterior que lidava com a escassez, que lidava com a hiper segmentação, no Mídia NINJA, tudo mundo faz um pouco de tudo, uma lógica bem diferenciada nesse sentido.

Rafa, quando você fala que se tem um posicionamento bem definido, a que se refere? No sentido que Manuel Castells, no seu livro de Redes de Indignação e Esperança, fala de Novos movimentos Sociais, na linha de um posicionamento mais neutro, sem bandeiras políticas...

Eu concordo com a leitura de que Manuel Castells fala, acho que identifica uma parte dos movimentos e dos coletivos, e que se coloca numa posição neutra, e isso para a gente, essa posição neutra, está muito mais ligada a não assumir um protagonismo pelas vitórias públicas do que necessariamente uma metodologia de fato, o que a gente chama da horizontalidade "sem senta", donde ninguém se responsabiliza pelo processo para que ele

aconteça de fato, a gente é um movimento que parte de uma certa classe média brasileira, mas que radicaliza no processo de se entender como um movimento popular. Então para a gente o posicionamento político, claro, ele está ligado a questões muito simples: vitórias públicas, políticas públicas, conquistas no campo público, então transcende de nosso próprio desejo, a nossa perspectiva como indivíduo ou como movimento que vem da classe média. A gente entende que garantir políticas públicas para um número grande de pessoas é fundamental, e isso transcende a nossa vontade de nossos desejos momentâneos.

Poderíamos dizer que é uma multidão, mas que nessa multidão tem uma singularidade de perspectivas...

Claro, mas acho que para além da singularidade que define a gente, acho que está no campo de um desejo muito grande, uma obsessão muito grande por conquistar vitórias públicas. Tem muito movimento que trabalha numa lógica de derrota em derrota, e ganha quando ele perde, aquela narrativa da derrota. A gente não está ligado a isso, a gente entende que tem que conquistar vitórias, então por isso que o posicionamento dele é claro, não é um posicionamento ligado necessariamente a uma força partidária ou outra, apesar de que a gente dialoga com várias forças progressistas partidárias no Brasil e trabalha com elas de diferentes maneiras, de acordo com cada projeto ou luta que está sendo trabalhada, a gente entende que o nosso posicionamento político está ligado pela busca de novas conquistas sociais no campo progressistas, é uma coisa muito ampla, não é uma ligação direta com o PT ou com o PSDB que nos define. A gente tem ligação com todos os partidos progressistas brasileiros, a gente tem diálogo, a gente negocia, a gente conversa, a gente é um movimento social, então eu acho que tem esse purismo que o Castells define como neutralidade (...) A questão é, a gente tem um posicionamento claro, a gente tem um lado nessa disputa e isso faz com que tantas pessoas possam se posicionar sem problema nenhum num editorial ou que durante a manifestação a gente não se entenda como uma mídia imparcial que está mostrando os dois lados. A gente é parte da manifestação muitas vezes e a gente está aí documentando não só a manifestação, mas a nossa própria indignação com aquilo, isso fez com que a gente terminara com uma visibilidade muito grande, porque foram vários os casos de mídias NINJAS sendo presos por causa de estar documentando um processo, onde muitas vezes a mídia corporativa ia parar e filmar o pedido da polícia ir embora, antes a gente não tinha essa ideia, a gente estava aí porque acreditava naquilo, então acho que é um pouco isso, pautado pelo desejo, pela constituição mesmo de um campo de pertencimento à própria manifestação. Isso não quer dizer que toda manifestação que a gente cobra tem que estar a favor; às vezes a gente vai cobrir manifestações de direitos e a gente tem um posicionamento claro contra aquela

manifestação, e a gente vai fazer perguntas e vai induzir o raciocínio para mostrar as vezes a contradição que está colocada aí. Isso não quer dizer que a gente só vai onde a gente é pro. A gente se posiciona de maneira clara, e a gente não tem problema com isso.

Você me falou que o trabalho do Mídia NINJA procura a fidelidade da informação. Eu gostaria de saber como é que se garante que a informação seja parcial ou diferencial das que se apresentam das grandes mídias no Brasil?

Acho que o grande mérito do Mídia NINJA em 2013 foi escancarar as contradições da grande mídia, de escancarar sua parcialidade, seu desejo de posicionar e manipular informação. Acho que isso foi uma coisa que teve uma pauta que foi transversal às manifestações, foi, a própria imprensa brasileira. O Fora Rede Globo ele estava presente, estava em todos os lugares, isso fez elevar os níveis de consciência do brasileiro meio para começar um processo de entender o que poderia ser, por exemplo, uma lei de democratização da mídia ou entender essa concentração ou entender o que é um oligopólio, a gente entende que a nossa ação direta enquanto mídia independente, ela tem um horizonte um pouco limitado, a nossa ação direta ela faz com que as pessoas elevem a consciência em relação a própria mídia, uma coisa meio... é um processo cíclico, a nossa apropriação fazem com que a gente reflita sobre o processo da mídia. A meio prazo, a gente entende que isso vai ter ou conseguir grandes conquistas, as vitórias públicas em relação a comunicação se a gente não tem a democratização da comunicação como horizonte, se a gente não tem uma lei de meios como horizonte, a gente entende que a nossa ação tática ela só serve se fizerem as pessoas pensar sobre isso. A diferença é ainda muito grande, Héctor, a gente tem, beleza, a página do Mídia NINJA chega a atingir 10 milhões por pessoas, número considerado em alguns momentos. Mas a Rede Globo ainda segue boa noite para 40 milhões de brasileiros. Boa noite Brasil deveria ser considerado um crime, em qualquer país civilizado, uma rede falar para 40 milhões de pessoas, é uma loucura, é uma concentração sem cabimento, a gente tem essa ação tática, e essa ação estratégica a meio prazo. A ação tática só serve se, estrategicamente, a meio prazo, a gente consiga trabalhar para que uma política pública sobre mídia seja efetivada, que a gente não fique só na ação direta, porque ela é insuficiente, ela sempre vai ser insuficiente, o poder acumulado da grande imprensa é gigantesco; dificilmente a gente vai conseguir reverter isso muito rapidamente, a pesar de que a explosão da mídia tem surpreendido mais, mais núcleos, mais coletivos, mais ainda falta dinheiro, cara, como é que esse monte de coletivo vai fazer se não tiver grana, essa grana vai vir de onde? O governo passa boa parte da sua verba para os grandes veículos, aí está falando de milhões de reais que são que sustentam os

veículos e as plataformas de comunicação que trabalham para desestabilizar abertamente a democracia no Brasil neste momento, é uma loucura.

No trabalho do Mídia NINJA tem tido algum tipo de restrição?

Acho que a questão econômica propriamente ela vem resolvida porque a gente tem uma lógica bem radical de produção e de convivência, mas a Mídia NINJA propriamente ela é uma rede que está consolidada a partir da figura Fora do Eixo, os complicadores do Mídia NINJA muitas vezes moram nas casas do Fora do Eixo, tem casas coletivas, tem uma vida comunitária, e faz com que a gente tenha uma estrutura fora do comum, a gente se organiza a través de comunidades 2.0, onde ativistas se juntam, a informação é compartilhada, é uma coisa que para a gente é bem resolvida, mas o grosso do financiamento agora não tem visto do estado brasileiro, nunca tiveram, hoje, por exemplo, a Mídia NINJA tem financiamento da OPEN Foundation, são fundações que financiam boa parte das organizações sociais brasileiras, a Agência Pública, Reporte Brasil, entre outras...

Alguma pressão legal, algum tipo de restrição?

Juridicamente nunca tivemos algum problema, nunca fomos processados, o Mídia NINJA não existe juridicamente, não tem uma representação jurídica, era uma ideia que tudo mundo pode aproveitar, se apropriar, como tudo mundo tem feito, páginas, novas páginas do Mídia NINJA pelo país e por tudo o mundo. A gente acha que a perda de controle ela é uma coisa que a gente trabalha para que isso aconteça.

Tem outros Mídias ninjas em outros países?

Temos colaboradores pelo mundo inteiro; gente que vem para cobrir a Copa, ficou muito próxima, na Holanda, na Turquia, em vários países a gente tem muita gente conectada que colabora, gente que está nesse momento construindo e definindo como vamos seguir.

Com Países da América Latina existe algum vínculo?

A gente construiu, a partir do Mídia NINJA, junto com outras redes latino-americanas, em vez de construir a Mídia NINJA Latino-americana, a gente entendeu que cada país tem seu próprio processo, então gente começo a compartilhar experiências a partir de um novo entroncamento: ação da rede latino-americana de Mídia Ativismo. E é uma realidade, tem uma página, tem mais de 70 coletivos conectados, teve seu terceiro encontro em Montevideo, o próximo vai ser no México. É uma rede por si própria e o Mídia NINJA é uma das redes que fazem parte dessa rede maior: acciónlatina.org.

No processo de cobertura, como vocês decidem qual notícia vai ser coberta?

A gente não só cobre manifestações, por exemplo, a gente teve muito forte a cobertura da crise híbrida neste ano, da falta de água. Acho que transcende muito das manifestações, da sua cobertura em tempo real. A nossa organização de pauta ela se dá por nossos valores, não é uma agenda burocrática, onde a gente elenca, pauta, prova com o editor. Na Mídia NINJA a gente é um monte de ativista, de comunicação, que acredita e sensibiliza por temas de nossa geração, a questão da maconha, do LGBT, do racismo, do preconceito, negros, a questão da economia, da crises políticas latino-americanas, a questão do ambiente, a gente fez muita coisa de mineração, a questão da água, enfim, temas muitos variados, que estão ligados, o que a gente entende que são os temas de nossa geração, ligados aos novos valores que a gente conversou, e esse novo paradigma de sociedade em rede, que a gente acha que são centrais no avanço desse processo burocrático também. São os temas de nossa vida, lógico que a gente os organiza, conversa, debate, organização tática. A gente vai ser as olimpíadas agora com muita força. Já tem bastante gente no Rio de Janeiro para cobrir, está sendo planejado...

Que papel desempenham as tecnologias digitais como Facebook, Youtube...

Acho que é um pouco inverso pela nossa lógica de construção, a gente parte de uma lógica de construção de rede para além das tecnologias digitais, a gente entende que rede é a relação entre pessoas com valores similares, que tem uma ligação efetiva, que se encontram, e se mantem essa relação a partir das redes digitais, elas não surgem das redes digitais em nosso processo. As redes digitais permitem o contato, a manutenção desse contato, mas elas por se só não conseguem garantir, acho que tem uma relação sempre muito tênue entre essas duas coisas, alguns fenômenos podem surgir do digital e se consolidar no físico, alguns estão pipocando no físico e conseguem se traduzir para o meio digital, acho que não tem uma matemática exata em relação a isso, mas claro, é inegável que a gente não existiria como a gente é si não fossem essas plataformas, entendendo a limitação delas, e que o Facebook, para dar um exemplo, ele está muito mais para um shopping, do que para uma cidade, de ser um campo, mais para um lado privado do que para o público, de ter regras que não são decididas para as comunidades que não usam ferramentas, a gente entende que são um espaço a ser ocupado e disputado, o Brasil lidera o ranking dos primeiros países onde o maior número de pessoas busca o Facebook para informar-se, então um pouco por aí com todas essas plataformas, é reconhecer, entender o campo que a gente está atuando e disputar ele com a maior potência possível, com técnica, linguagens que é isso o que consegue dialogar com o público mais amplo, a gente sempre teve a perspectiva de sair de nosso quadrado, parar de falar, para quem convertido, para quem já sabe, para quem é de esquerda,

para quem já tem uma concepção de mundo formada. A gente não é rede brasileira de comunicadores independentes, a gente é um NINJA, tem uma lógica de dialogar com essa nova geração, que sempre foi muito importante...

O primeiro ano do NINJA, que foi um mês ou dois antes dos protestos, até dois anos depois, perto da Copa do Mundo, a gente só usava Facebook, Twitter, Instagram e Fikler e Youtube, a gente não teve uma plataforma própria por praticamente um ano de Mídia NINJA, foi só em 2014 que a gente foi criar o nosso próprio site em parceria com outro... uma plataforma nova que o nosso portal, então a gente se apropriou dessas plataformas que parecem públicas, mas que não são, não são gratuitas, porque sempre cobram de alguma outra maneira, mas a gente sempre se apropriou desses espaços e saqueou eles, a gente entende essa lógica, a gente saqueia e utiliza o melhor que dá e manda bala e, a partir disso, cria uma nova consciência, consegui disputar a ideia do que isso significa nessas plataformas.

Qual poderíamos dizer que é o futuro do Mídia NINJA? Você me falou que seu objetivo é tornar-se desnecessários?

Acho bem legal essa fala, acho que a gente sempre se entendeu com uma ideia, mas que como uma prática, e se a gente se puder ser necessário seria ótimo, que outros coletivos assumam esse lugar. Coincidentemente, a gente tem ajudado a construir, de forma muito ativa, essas soluções que tem surgido, o próprio Facção tem um protagonismo muito grande como o Mídia NINJA, os Jornalistas Livres são uns dos fundadores da rede junto com outros jornalistas e comunicadores, e a gente tem trabalhado muito forte para que eles se consolidem também como uma rede, acho que vai um pouco por aí, acho que é difícil dizer até onde vai o Mídia NINJA, mas acho que ela já poderia deixar de existir, acho que é um canal que ainda tem visibilidade que por isso não precisa ser desativado, mas o nosso papel tem sido mais incentivar a instrumentalizar novas redes a existirem, do que necessariamente manter a nossa, crescer e virar grande mídia independente, acho que a gente se tem forçado muito nesse sentido, capacitar, votar ferramentas nas mãos de mais gente que tem desejo e a partir disso construir uma arquitetura, uma biosfera de muitas redes que possam interagir entre si, mas que seja um grande campo de colaboração, isso que engaje à própria sociedade, é a livre circulação da informação, a democratização da mídia, a consciência do povo, acho que não tem como achar que essas novas soluções... Compete com a gente, não tem disputa de protagonismo de nossa parte, quanto mais melhor, e talvez o nosso papel seja esse agora, arquitetar novas estruturas.

B. Entrevista com Márcio Moretto Ribeiro: professor da Universidade de São Paulo e ativista nas manifestações de junho de 2013, no Brasil; realizada na Biblioteca de Educação da USP, no dia 11 de novembro de 2015.

Márcio, você vê alguma relação das manifestações de hoje com as manifestações de 2013, por exemplo?

Eu vejo as manifestações de 2015 um pouco diferente, não vejo que foi uma coisa tão surpreendente, claro que a dimensão foi maior do que se esperava, mas além da passagem que foi o que motivou as manifestações no Brasil em 2013, elas estavam ocorrendo em Brasil desde 2009... Me parece, o que está em 2013, é descrença com as instituições, esse é a minha opinião, infelizmente não tenho estatísticas que confirmem isso, foi progressivamente, tanto a crença com os partidos, com os sindicatos, com a imprensa. Isso era uma coisa que estava no pano de fundo. Não se pode diminuir o próprio protagonismo das pessoas do movimento. Desde 2009 estavam tendo lutas em conta do aumento, aqui em São Paulo, acho que começou em Florianópolis, isso estava escalando bastante com o tempo, uma pessoa que tem uma leitura interessante é Pablo Ortellado, com seu livro 20 centavos. Em 2011 teve uma descrença contra as instituições, foi isso o que eu vi, a gente foi para rua sem bandeira, a gente está indo porque tem muita coisa errada, alguma coisa bem vaga, e a gente está querendo construir alguma coisa nova. Em 2013, acho que foi um pouco exagerado, porque tinha uma bandeira bem clara, era uma reivindicação contra o aumento da passagem, agora, claro que alguma coisa aconteceu no 2013 que fez explodir, acho que está ligado com essa falta de representação, essa procura, mas, eu não diria que não foi uma manifestação política, tinha uma reivindicação clara e um movimento manteve essa reivindicação até conquistar, e conquistou, certo? A revogação do aumento.

Como você vê o papel das redes sociais nesse período?

Acho que sim, mas que precisa tomar um certo cuidado com o peso que se dá para isso, é evidente tanto em 2011 como em 2013, as coisas eram puxadas nas redes sociais, com certeza teve sua importância, mas isso não pode diminuir a própria importância que teve a própria organização do movimento, como eu dizia desde antes...

Eu não diria que o que ocorreu no 2013 não foi político, acho que foi extremadamente político, o que não foi, que talvez seja a novidade, teve um esforço de que fosse um movimento que transcendesse ligações partidárias, sindicais, acho que isso é uma mudança que está ligada com a crise das instituições, e é uma coisa que não é efêmero, isso também acontece agora em 2015, esse desejo de tentar construir alguma forma de fazer

política, de transformação social, que não seja através dessas antigas instituições, sejam partidos políticos, sindicatos, ministérios públicos, as mídias.

Mas você que acompanhou as manifestações, tinham pessoas que estavam aí mais pela afinidade com as pessoas que por um posicionamento político como tal?

Isso preciso resgatar, o histórico, como o Pablo faz no livro dele, as lutas contra o aumento tiveram 4 ou 5 atos que foram puxados pelo movimento Passe Livre e as pessoas estavam com uma bandeira clara de luta contra aumento das passagens; no quinto ato, teve uma repressão enorme da polícia, esse ato coincidiu com uma pesquisa que o Data Folha fez, perguntando se elas eram a favor ou contra das manifestações. A pesquisa foi surpreendente: mais do 70% da população se diz a favor das manifestações, a leitura aí é que o movimento conseguiu escalar e ganhar o apoio da população que não necessariamente está indo para a rua, mas que quando foi questionada diz que estava a favor das manifestações.

(...) De alguma forma, o que aconteceu foi que a grande mídia, a Globo, a Veja, a Folha, ficou numa saída justa; de um lado, ela estava exigindo até então que a polícia tomara atitude severas em contra dos manifestantes; por outro lado, a polícia, atendendo ao pedido da mídia, tomou outra atitude muito mais severa do que se imaginava, que foi essa manifestação, que foi muito violenta por parte da polícia, e isso coincidiu com a população dando uma oposição sem ambiguidade de que a população estava a favor das manifestações. A mídia se viu numa situação dividida, não podia noticiar o abuso que a polícia fez, como ela não poderia abranger o abuso da polícia, porque a mesma polícia foi muito dura com a própria imprensa.

O que aconteceu no fim de semana, a mídia virou de lado, aí ela começou falar: na verdade, as manifestações são ótimas, o problema é que tem alguns infiltrados na manifestação que estão fazendo das manifestações uma coisa que não é boa, mas que em geral as manifestações são boas... Aí, teve um dia de manifestação, nunca aconteceu na história recente do país... Eu estava descrevendo a cronologia, depois que a mídia mudou o jeito dela divulgar, teve um monte de manifestações, eu não tenho as datas, teve um dia que muita gente foi para a rua, foi muito maior do que aconteceu em 2015.

Desde o movimento da direita do 84 para cá foi a maior manifestação que já teve no país. Eu estava aqui em São Paulo, mas sei que teve em outros lugares. Aqui em São Paulo, me parece, que teve um movimento que tentou diminuir um pouco o tamanho do que aconteceu. A Faria Lima, a paulista não está perto da Faria Lima, e eu estava na Faria Lima, e eu via infinitas pessoas para frente para atrás, até que meu olhar conseguia alcançar. Quando eu estava nesse lugar, eu peguei o meu telefone para ligar meu amigo para perguntar onde é que ele estava. Foi assim: eu estou na Paulista, até onde eu consigo olhar para frente e para

atrás está totalmente tomado de gente. E a gente estava em pontos distintos da cidade, eu tenho certeza que foi a comparação, mas em 2013, esse dia, absolutamente, foi fora da curva... Eu te estou dizendo que é difícil encontrar dados porque por exemplo, eles proibiram que circulassem helicópteros esse dia, exatamente para não conseguir fazer as imagens de lá encima. A gente sempre tem imagens parciais do que aconteceu. Tem um apresentador da TV bem popular, Datena, chamou atenção que nesse dia não deixaram ele colocar o helicóptero, exatamente para que ele não conseguisse tomar as imagens, a polícia militar não deixou, então é difícil ter dimensão do que foi, mas a minha impressão de quem estava aqui, outras imagens que eu vi de outras manifestações foram muito pequenas para o que aconteceu nesse dia em 2013.

Tenho entendido que foi uma convocação descentralizada?

É bem importante fazer essa distinção, teve uma coisa que aconteceu até esse dia, e teve uma coisa que aconteceu desse dia para frente, até essa mudança da mídia. A análise que o Pablo faz, e que eu concordo, foi uma consequência, o movimento foi vitorioso no momento em que a população estava do lado dos manifestantes, e aí isso fez com que a mídia mudasse ... Uma coisa é tentar descrever quem são os manifestantes, quais são as pautas políticas de quem foi para as ruas antes desse dia, e outra coisa nesse dia que, de fato, foram absolutamente tomadas as ruas. Então, o sentimento que me parece de que, não eram, em fim, eram difusas as pautas. Acho que esse dia fez sentido, quando a mídia chamou para as ruas e tudo mundo vem para as ruas. Mas antes a gente teve 4, 5, ou 6 manifestações consideravelmente grandes, com uma pauta definida, que era o assunto do transporte público, da revogação do aumento das passagens. Então a mesma coisa acho que vale para as convocatórias, isso tem estudos, dá para achar. Até esse dia, essa convocatória post mídia, vamos chamar assim, que o grande protagonista era o Passe Livre, fazia a convocatória e, claro, a dinâmica em rede; depois desse dia o protagonismo ficou mais difuso, entraram outros autores, anônimos, isso dá para procurar, tem um professor, Sergio Amadeo, mostrando como no começo o movimento Passe Livre estava bastante protagonista nesse processo de convocar as manifestações, mas depois que a mídia entrou na jogada isso se expeliu. Tem esses dois momentos que é importante distinguir, certo...

Nesse contexto, como entra o papel do Mídia NINJA, que também se colocou como um protagonista, em termos de informar e divulgar os acontecimentos, o que estava acontecendo nesse momento?

O Mídia NINJA teve uma ação controversa em minha opinião, tem um texto que tem um site do pessoal da FFLCH da USP, eles organizam um foro PASSA PALAVRA, e aí,

eles fizeram umas críticas ao grupo que se chama Fora do Eixo, e o Mídia NINJA forma parte, até onde eu entendo, do Fora do Eixo. E aí esse teve um bate bola porque eles escreveram uma porção de artigos criticando o Fora do Eixo, outras defendendo... Mais uma das coisas que eu lembro muito bem antes de 2011, antes de Ocupa Sampa, que foi onde eu participei mais. O pessoal do Ocupa SAMPA, Logo depois do Ocupa Sampa teve uma manifestação que para a época era grande. Teve uma Marcha da maconha, que é tradicional, todos os anos tem, que pela legalização das drogas e aí. Naquela ano de 2011 tinha sido muito violenta, o Fora do Eixo não se chamava o Mídia NINJA ainda, o Fora do Eixo fez a cobertura da marcha da maconha, e o que o pessoal que construí depois ocupa sampa, a denúncia que eles faziam é que o fato deles ter protagonizado as transmissões do que aconteceu naquele dia, eles ganharam protagonismo, eles como que tivessem aparelhado a partir de então o movimento, é como que eles fossem o dono do movimento, eu não quero queimar eles...

Agora, em 2013, eu acho que o Midia NINJA, agora vou falar do lado bom deles, o Mídia NINJA cumpriu um papel muito importante nas manifestações, teve algumas manifestações que teve uma violência policial muito significativa, não naquele dia que toda a gente estava na rua, naquele dia me parece que a ordem, não tinha polícia, eram guardas de transito, mas a polícia militar não tinha nada. Anteriormente em todas as manifestações a repressão da mídia foi muito forte, e eu acho que aí a Mídia Ninja cumpriu um papel muito importante de fazer a transmissão das manifestações do lado do manifestante. E isso, acho que teve um papel muito crucial... O Mídia NINJA cumpriu um papel de proteger aos manifestantes, porque eles estavam ali com seus aparelhos de mídia para denunciar.

Multiplicidade dos olhares, você acha que foi bem assim?

Eu penso que eles acabaram cumprindo um papel que a grande mídia não soube como cumprir ou não quis cumprir, isso sim, agora quão múltiplo consegue ser o Mídia NINJA, não sei, vale a pena tentar ver esses outros debates... Não tenho capacidade de avaliar isso, mas sem dúvida frente ao que foi divulgado na Folha de São Paulo, na Veja, na Globo, o Midia NINJA teve outro olhar, mesmo frente a meios alternativos. Agora, o Mídia NINJA não era o único coletivo com essas características que estavam no meio com os manifestantes, existiam outros veículos, muito meios, antes de 2013, existia um grupo que era chamado de manifestação.org...

Mas também esses coletivos tinham o foco na comunicação?

Tinha alguns coletivos fazendo comunicação, o próprio, CMI, Centro de Mídia Independente fez, que cobrou as manifestações também, eles nasceram no ciclo anterior de manifestações, no começo da década, eles existem até hoje.

Você evidencia alguma manifestação cultural nessas manifestações?

Eu acho que sim, que carrega essa herança dos movimentos do 2000, ante globalização, os Indignados; antes teve esse primeiro ciclo que foi em Seattle, aí voltou em 2011 em Espanha. Essa é a referência. O que aconteceu em 2013 foi muito diferente porque a tradição é outra.

Em 2011 a estratégia de atuação foi muito diferente as formas de atuação, o que aconteceu em Madrid foi que eles não tomaram a rua para fazer uma reivindicação e depois voltaram para casa, eles tomaram e ficaram na praça, aqui a gente fez parecido em Anhangabau, Ocupa Sampa, chegou e ficou na praça; em 2013 era essa coisa de tomar rua e voltar, mas eu não diria que foi menos politizado, para mim o divisor de águas é o momento em que a mídia muda a forma em que ela mostra os manifestantes, aí em 2013 vinha com uma manifestação de tinte político bem marcado.

Em termos de resultados culturais, você pode-me mencionar alguns, que a gente conseguiu a partir das manifestações...

Uma coisa que me parece claramente um efeito, eu cresci a minha infância, a minha adolescência, a mídia sempre caracterizou a manifestação como uma coisa errada, negativa, eu ouvia falar de manifestações para falar que os criminosos invadiram uma fazenda. A mídia de certa forma foi forçada a mudar o jeito em que ela encarou isso, isso para mim é bem claro. Desde então, a estratégia da mídia, existe manifestação do bem e do mal, existe aquele manifestante de branco, da paz, e existe o Blackblock. A mídia teve que construir essa separação porque ela não conseguia simplesmente só dizer que a manifestação é coisa do mal, e eu penso que isso está um pouco, essa desmitificação de tomar as ruas, eu penso que está relacionado com o que aconteceu em 2015. Impensável do tipo que aquele público que foi as ruas de 2015 teria ido em 2002.

Mudou o discurso da grande mídia em torno das manifestações?

Deixou de coincidir manifestação com baderna e a mídia tomou cuidado de separar, fazer outro esforço conceitual: os manifestantes que são baderneiros e os manifestantes que não...

Na sua área, a informática, que trabalha com fluxos de informação nos ambientes digitais, que poderíamos dizer?

Eu penso que foi acertado fazer uso dessas plataformas, se não tivesse feito, tivesse a necessidade de criar sua própria plataforma, ela não estaria madura o suficiente para tomar o grande público, certo? Então, esse jogo, isso que é muito parecido, é o uso instrumental, não dá para se negar o manifestante, o manifestante não pode se negar de falar com a grande mídia, mesmo que ela saiba que a mídia vai turvar o que vai falar, não pode deixar de fazer uma denúncia para o Ministério público pensando que o ministério vai estar do lado do capital... Mas é claro, a gente conhece essas coisas bem, elas têm os seus limites, elas têm os seus filtros, a grande mídia tem os seus filtros, mas não dá para deixar de usar, eu penso que o ambiente de internet é uma coisa parecida, não é um ambiente neutro, de forma alguma, mas também do tipo de aprender a jogar, agora o que me parece o que aconteceu em 2013, eu acho que teve menos a ver, teve mais a ver com essa mudança da posição da grande mídia em relação.

O mais importante é tentar, entender, a relação que tem essa grande mídia com essas novas formas de mídia. Em 2013, a visão é que essas duas coisas se misturam – grande mídia com novas formas de mídia. As primeiras manifestações foram muito puxadas no Facebook, teve influência da grande mídia, mas houve um momento que a grande mídia entrou no jogo e ela misturo esse jogo, quem foi para a rua nesse dia, era uma mistura de pessoas que se informaram das manifestações pela grande mídia, seja pelo Facebook.

Uma das coisas que Pablo descreve como uma chave para entender 2013 foi um negócio que aconteceu na Colômbia, do movimento anti Farc, o que ele descreve que tinha grupos no Facebook que eram militantes anti Farc e eram grupos muito politizados. Em algum momento, a grande mídia na Colômbia começou a dar luz para esses grupos e fazer aquilo que tinha um alcance bem restrito, a mídia deu uma luz, e aí, essa relação entre a mídia e o Facebook, isso transbordou e terminou criando uma enorme manifestação anti Farc na Colômbia. O Pablo descreve que isso é parte da estratégia diplomática dos Estados Unidos, eles apontam esse caso da Colômbia como um caso exemplar, não é muito diferente do que aconteceu no Brasil. A gente tinha um grupo dirigindo as manifestações, e quando a mídia entra no jogo ela despolitiza, de repente não é mais o império que está puxando os atos, mas são grupos menos presos, despolitizados, acho que é a palavra. Acho que essa relação, de novo, acho que essas plataformas, de Facebook e Youtube estão vendo como funcionam essas plataformas, em 2013, essa relação acho que é a chave para entender. Eu acho que aos poucos, o Facebook o Youtube, o Twitter, tem aprendido de lá para cá, tem sido menos neutro, acho que em 2013 eles influenciaram poucos, eu não me lembro de eles ter bloqueado páginas.

2015, eu estou colocando aqui uma janela de dúvida, porque realmente o Facebook tem seu algoritmo de priorizar, é muito difícil saber o que está acontecendo aí, e eu não nego que isso pode vir que eles comecem a usar esse tipo de coisas, mas, de novo, em 2015 a chave é entender a relação entre mídia e Facebook. Em 2015, no dia da manifestação eu nunca vi uma cobertura da mídia de uma manifestação como foi aquele dia 15 de março. Nunca vi algo parecido, a Globo desde manhã estava na Paulista, eles fizeram uma cobertura 24 horas, com flash ao vivo no meio dos programas, em 2013 nunca foi assim, enfim, o exemplo mais extremo em 84 que dizem que foi a grande coisa que aconteceu do movimento das diretas, a Globo transmitiu esse movimento. O primeiro, quando eles estavam tendo, eles transmitiram como uma festa que estava tendo aqui em São Paulo. Enfim, só depois que a coisa já não tinha como esconder. Mas em 2015 foi outra coisa complementar foi uma cobertura absolutamente extensa, praticamente chamando as pessoas para vir para as ruas.

Como você visualiza o futuro desses coletivos?

Eu penso assim, eu não sei de pronto esses coletivos conseguem informar no sentido, conseguem ler o contexto político, agora realmente o que consigo ver é esse papel de proteção do manifestante por parte do Mídia NINJA, de denúncias, é claro não são só os coletivos os que estavam fazendo esse papel, as próprias pessoas estavam com seus celulares, mas tem uma diferença gritante na organização. A organização ajuda muito, eles estão com esse olhar preparado, para ir com o equipamento certo, isso ajudou bastante de conseguir. Não foi uma, nem duas, foi pelo menos cinco vezes que o Mídia NINJA conseguiu flagrar o policial fazendo infraganti, isso é muito importante, altera a dinâmica da manifestação, isso protege o manifestante, esse é o papel que não tem tanto a ver com a leitura política do momento, mas tem a ver, é um instrumento de proteção. Esse é o outro lado que eu não consigo enxergar, quanto é que o Mídia NINJA consegue fazer as leituras políticas, consegue, isso é outro debate, de fato não consigo avaliar, é um papel instrumental da mídia. Desde que se popularizou o uso de celulares de repente a polícia se tornou tão violenta. Isso mudou o jogo.

C. Entrevista com Katia Passos: membro do coletivo Jornalistas Livres, no dia 26 de outubro de 2015.

Gostaria de conhecer a experiência de Jornalistas Livres...

Os jornalistas Livres nasceram no dia 12 de março de 2014, a ideia foi, a grande mídia, ela tinha um apelo muito forte, que era com o objetivo de derrubar o governo que havia sido eleito democraticamente. Quando nós, jornalistas, artistas, ativistas culturais, ativistas de direitos humanos. O perfil não é só jornalistas. Quando nós analisamos aquele cenário, de que a democracia estava em perigo, nós reunimos, fizemos uma grande reunião aberta aqui em SP, no centro, o grande objetivo era convidar a pessoas interessadas em fazer um contraponto à grande mídia, em relação a quê, Qual era a pauta do momento? Era uma grande manifestação convocada pela direita, pelas pessoas que não aceitam até hoje os resultados das urnas, de uma presidenta eleita democraticamente, e essas pessoas sendo comunicólogos ou não, com suas armas, digo armas: celulares, câmara, bloquinhos de anotação, fotografia, as várias formas de fazer mídia... nosso processo é muito mais informativa, que essas pessoas pudessem fazer captação de conteúdo que fizesse contraposição à mídia tradicional, a globo, Bandeirantes, SVT, na mídia impressa, a folha de São Paulo, O estado de São Paulo, o correio brasileiro, são várias mídias que fazem um papel de ser imparciais a não aceitar os resultados das urnas.

Esse grupo formado por esses componentes que eu já te diz resolveu-se reunir e combinar uma cobertura jornalística, focada na democracia daquele momento, em defender, esse processo democrático e naquele mesmo dia na noite, 12 de março de 2014, nós fizemos uma página no Facebook, intitulada como jornalistas livres, onde nós decidimos aí porque era o único canal gratuito, e tudo mundo sem dinheiro, usando os seus próprios aparelhos, celular, câmara, computador, enfim, era o lugar que nós tínhamos onde hospedar os conteúdos dessa cobertura, então feito isso já nasceu o Facebook de jornalistas livres.

Tem um site, além do FB?

Ainda não temos um site, estamos construindo que depois disso vem o financiamento de crowdfunding, financiamento coletivo, recavar fundos para ter uma hospedagem mais seguro, uma sala de redação com os equipamentos, estamos em esse processo ainda. Mas voltando...Então, o Jornalismo livre nasce assim, dá vontade de pessoas, algumas trabalhando na comunicação, que trabalham no jornalismo principalmente, que defendem a democracia, e que estávamos muito cansados de saber narrativas jornalísticas, que fossem contra da democracia, havia um processo cansativo aí, então as pessoas livremente foram livremente a esse lugar.

Diferenças entre o Mídia NINJA e Jornalistas Livres?

Jornalistas livres nasce de uma ação espontânea, e uma necessidade de defender a informação democrática, de fazer uma contra narrativa, em vertentes específicas que a gente defende como segurança pública e direitos humanos, tudo está aí intrinsicamente ligado, se você tenta qual é a diferença, Mídia NINJA é um coletivo de mídia livre, Jornalistas Livres é um coletivo de mídia livre, talvez as formas em como esses dois coletivos trabalham possam ser diferentes. Mas eu não posso te falar de coisas específicas do Mídia NINJA.

Qual tem sido a resposta da cidadania em relação ao trabalho de Jornalistas Livres?

Quando Jornalistas Livres cria a página, o 12 de março, 9 e 10 da noite, automaticamente, as pessoas que estavam na rede já começam a curtir a página, eles entendem que ali vai se construir uma narrativa em conta o que eles estavam querendo como cidadãos. Para nós foi super legal. No dia seguinte foi feita a manifestação em São Paulo, em favor da Petrobras, e aí a grande manifestação que nos preocupava era de domingo, aquela organizada pela direita, pela burguesia, aqueles setores que tem grande conexão com a mídia tradicional.

Então, essa resposta muito mediata que se teve, de se sentir parte de um processo, de se sentir cidadão nesse processo de comunicação. E aí no domingo a gente tem o grande BOM, de seguidores, de interatividade, de pessoas falando onde é que eu posso falar com vocês para contribuir para fazer crescer esse negócio, esse projeto.

Eu sempre costumo dizer que existe uma esfera de comunicação de contra narrativa jornalística antes e depois de jornalistas livres... Porque depois disso a gente viu que nasceram muito coletivos depois disso, formados também por essa galera que você falou, que se encontra na rua. Que claro, ela talvez não se sinta a vontade de ir para jornalistas livres, talvez porque pode ser uma falta nossa, talvez traduzir que aqui não só tem jornalistas, e não é, quem quiser colaborar está aberto, é um processo livre, essas pessoas então criam coletivos que vem crescendo e criando suas próprias narrativas.

Informação, democratização da informação, como se garanta que essa informação seja parcial?

A gente sabe que essa necessidade da sociedade civil, sobre tudo essa que queria ver essa contra narrativa há muito tempo e não se sente identificada com os veículos que estão aí, ele tem que ser muito rápida, não adianta acontecer a ocupação de uma escola, agora às 9 da noite, e eu só vou conseguir dizer o que realmente conseguiu com um texto que eu enfrio muito, entendimento da notícia, não adiante. Então, o que eu tenho que fazer como jornalistas livres, a nossa premissa básica, a ideia, de a gente tornar aquela informação legítima e

imparcial, a gente sai aqui com o celular, filmar aquela ocupação e postear aquela ocupação. No início, a gente tinha esse cuidado de não filtra muita coisa, não que a gente tenha filtro, mas hoje nós entramos num ritmo que a gente tem muita produção de informação, então não tudo vai entrar, agora a premissa básica do que vai ser coberto é: a gente vai fazer jornalismo, cobertura de três temas, segurança pública, direitos humanos, democracia, três temas que a gente tem como premissa básica para delimitar o trabalho. Como a gente vai assegurar, é trazer informação legítima, estar no lugar...

Qual é o perfil de um jornalista livre, vocês identificam resultados culturais, nas ações que realizam, se tem um impacto cultural?

Tem, vou te dizer de um caso específico, de uma intervenção artística, que a gente fez numa das manifestações que foram puxadas pela direita a favor do golpe de Estado da presidenta Dilma, então a gente fez uma apresentação no meio da manifestação, na Paulista, no foco da manifestação, em frente do conjunto nacional na Paulista, e foi uma semana depois do Osasco, nos bolamos um script teatral em donde as mães estavam vendo os corpos dos filhos, sangrando no chão, desespero, clamando justiça e lamentando por tudo aquilo, tem uma cena onde uma das artistas, ela estoura um saquinho de... vermelha para dizer que era sangue, tinta... quando esse acontece a primeira reação que a gente vai conectar reação com quanto o choque cultural porque você está representando pessoas das periferias e as pessoas que estão participando da manifestação são pessoas das áreas nobres de São Paulo, dos melhores bairros. O outro ponto é, quando ela estoura a tinta e a sangue, começa a escorrer vermelho a primeira coisa que se tem como reação não é locomoção voltada sobre a questão da violência contra o pobre, negro e periférico, a primeira reação que se tem é: é petista, é petista, só pela cor, então é de arrepiar, o mais legal você perceber quanto essas pessoas não são aculturadas no processo real da vida, quanto elas estão focadas só no seu mundo, no seu bairro nobre, só na realidade rica, burguesa, elitista, para elas na verdade é um pensamento até reacionário, bandido bom (pobre) bandido morte, para elas, aquelas 19 pessoas que morreram mereciam morrer, e pior ainda se nós estamos representando aqueles mães, aquelas famílias, e se tem uma coisa vermelha, e se está numa manifestação contra a Dilma, do partido dos trabalhadores, é absurdo eles também tem que morrer, quanta coisa, quanto elemento, que a gente não esperava que fosse acontecer e aí aconteceu, eles chegando muito às mossas, querendo agredir, mas não podiam...

A intervenção artística muito importante, a gente tem feito outras intervenções artísticas nas ruas, a gente em outro momento fez projeções em prédios, sobre outros assuntos vinculados com direitos humanos, a gente estava muito querendo agora fazer umas projeções,

a gente estava querendo fazer sobre fora cunha, só que agora está tão evidente esse fora cunha, que a sociedade civil tem uma reação muito normal, e tá indo para a rua essa coisa off-line, está saindo. Também a gente tem outros participantes de outros coletivos, que por exemplo, bandearão, com mensagem conectadas com direitos humanos... então existem diversas formas de se pronunciar. O caso da ocupação nas escolas, a escola Fernando dias, que foi a segunda escola ocupada, ela teve uma reverberação que começou nas redes sociais, e ela só aconteceu, a rede se conformou, porque eles realmente ocuparam a escola, eles saíram do digital e fizeram um processo muito colaborativo não só entre pais alunos e professores, mas com toda a comunidade, do entorno mesmo, sendo mesmo uma região elitista. Depois eu acompanhei, eles continuaram fazendo uma programação cultural, de estudos, de casos, informativa, na frente na escola, o que chamava a comunidade de ir para lá, eles fizeram oficina de lombilambi, fizeram cinema, então estão fazendo palestras sobre direitos humanos, sobre assuntos X, estão chamando gente para fazer intervenção cultural, com hip hop, então assim, acontece, e a gente confia muito na rede, o ambiente digital é muito promissor, mas tem limites. As coisas vão ter desdobramentos desde que a gente sai do ambiente online. Caso das escolas, poderia colocar no caso dos jovens, na carnavalização da cultura.

O papel que desempenham as tecnologias?

É fundamental, imagina os jornalistas livres, o 12 de março, sem dinheiro nenhum, cada um com a sua câmara, com seu celular, com seu dinheiro para comer o seu lanche na cobertura, sem Facebook. É muito provável que a gente não tivesse conseguido de fazer essas intervenções no Brasil tudo e no mundo, tem audiência fora do Brasil, esse processo com as tecnologias, ele é muito cuidadoso, porque mesmo, que tem ótimo alcance, a gente está com 79 mil seguidores. Ao mesmo tempo que é muito bom é muito perigoso, porque por exemplo, Twitter, é uma plataforma que a gente está começando a usar, a gente não usa desde o início. Há que ter cuidado nessas plataformas, porque no mesmo tempo que você atinge aquele cara, aquele perfil, que vai ser qualitativo, e que vai promover o bom debate, você também vai atingir gente que te vai atacar muito e que te vai desconstruir, se nenhuma base, até de uma forma maldosa, tem dias bom, mas também tem dias perigosas.

Transcender dessas plataformas de comunicação... crítica, os filtros...

A gente, depois que a gente terminou de atingir a meta do financiamento coletivo, a gente tem várias conversas desse tipo, e agora que o que a gente faz, a gente já sabia, a gente tem aquelas premissas básicas de ter um site, de ter um mínimo de equipamento, de ter mais pessoas nas ruas, fazendo as coberturas legitimamente colidas, a gente sabe o que tem ser feito, a gente também pensa que não devemos, ficar o tempo todo falando da gente,

justamente por causa dos filtros de internet, porque se eu cito no meu perfil palavras que me caracterizam como ativista, vou receber muita coisa sobre ativismo, ao passo aquele cara que eu quero e que eu tenho obrigação de fazer que ele tenham uma reflexão, e ele nem entende, que é ativismo, de nenhuma forma, ele não vai receber nada de jornalistas livres. Mas a gente transpor, mas a gente estar no mundo dessas figuras também. Então a gente pensou não mercadologicamente mas a gente pensou “puxa a gente poderia ter um aplicativo”, que estaria dentro da rede, pero existe outro perfil que não é ativistas que ele gostaria conhecer, que é isto aqui de jornalistas livres, a mesma coisa a gente fazer uma inversão, mas ter um canal de tv que pudesse estar dentro da tv a cabo, e o cara que tem a net e a claro tivessem acesso. Cada vez que ele pegar um controle para ver Globo News ele ia a passar, e ele para, é uma outra forma de traspor, a gente falou muito de rádio comunitária tempo atrás, então a gente falou “puxa poderíamos ter um programa”, etc, e ter uma experiência... enfim, são pensamentos....

Como tem sido a resposta dos interagentes dos Jornalistas Livres?

Nosso maior pico de interação é quando a gente fez uma cobertura como a semana passada com a ocupação das escolas, ninguém estava colocando nada, por dois motivos.... Quando a gente faz esse tipo de cobertura as pessoas já nos têm como referência, então a gente pensa “os únicos malucos que estão cobrindo isso são os jornalistas livres” por mais que a gente sabe que tem outros coletivos muito bom de mídia livre que também vão cobrir, mas talvez não com toda essa rapidez, veracidade, de estar presente como jornalistas livres tem feito... 80 Jornalistas, artistas, fotógrafos, a gente tem que cobrir Belo Horizonte, rio de janeiro, arrecife, porto alegre, é isso agora... Essa questão de interagir acaba que gente da Bahia, gente do siará, escreve um Inbox para gente falar, escreve está acontecendo tal coisa aqui eu queria saber como é que eu faço para mandar para vocês, então a gente sempre orienta, faz a matéria que a gente publica, então acaba que em muitos estados, aqueles onde acontece uma coisa em conta da narrativa, que a gente acaba tendo colaboradores espontâneos através da interatividade nos espaços digitais. Os usuários eles acham que o Facebook de Jornalistas livres é legítimo e tem que receber aquele conteúdo...

Katia, sofreram algum tipo de restrição, legal econômica?

Bom, vou falar no geral, a maioria de nós tem um emprego, na área de comunicação ou não, outros tem em outros lugares, que não são focadas em comunicação, mas alguns sim, a gente lida diariamente com um processo capitalistas mercadológico do país. Então alguns, eu posso dizer assim, alguns tem situações em que por exemplo, a gente tem jornalistas dentro dos jornalistas livres, que trabalham em lugares muito específicos e não pode assinar uma matéria com seu nome real, não pode, sabe que vai receber uma sanção no

seu espaço, acontece, é dessa forma que se lida, a gente não vai deixar essas figuras que são importantes no trabalho de jornalistas livres... A solução então é firmar com outro nome, quando que são autores de livros da literatura brasileira fizeram isso, então, enfim, é uma ditadura maluca, é muito louco lidar com isso, as vezes é algo que você não consegue entender no momento mais não se deixa de fazer o trabalho de jornalistas livres por causa dessas pressões. Mas acontece... A gente fez as catarses, o financiamento coletivo, e a gente fez muita luta, acho que deu 147 mil e esse valor recardado está sendo aos poucos organizado para a gente fazer as compras de equipamento, então a gente fez a compra de um primeiro celular agora, com internet para fazer algumas transmissões, uma câmera, então ninguém recebe salário para ser jornalista livre, está fora de comunicação, talvez um dia se a gente for um coletivo muito grande que tenha algum patrocinador que entra na empreitada conosco pode ser que a gente tenha um patrocinador e não tem nada de errado. Então existe esse financiamento coletivo que a gente está começando agora a entender o que deve ser feito, começando organizar tudo isso, mas quem está conosco é a partir da sua própria iniciativa. Cada jornalista livre tem a sua posição política, isso é democraticamente falado, agora a gente não está com nenhum partido político, não tem ligação com um processo pensado em partido, o que a gente defende é a democracia, isso para nós é democracia...Nós fomos acusados de fazer campanha. Tem uma página de jornalistas presos, que estão fazendo uma sátira, que a gente está intrinsicamente ligada com o governo do PT, então um monte de bobagem, que faz a gente rir, e quem está dentro de nosso grupo tem suas convicções políticas pessoais, e não é o caso de ser uma linha levada para o grupo, o grupo é, a gente tem partido, o nosso partido é democracia.

D. Entrevista com Alexandre Barbosa: professor da UNINOVE na linha de movimentos sociais na América Latina; realizada no dia 7 de dezembro de 2015.

A partir da sua experiência como pesquisador na área de Movimentos Sociais na América Latina, como vislumbra o contexto de manifestação de 2013 no Brasil?

Os estudos sobre movimentos sociais na América Latina são muito frutíferos, desde os anos 60. A Escola Latino-americana de comunicação, por exemplo, se notabilizou, entre outros aspectos, por fazer um estudo "militante", ou seja, não era só o estudo pelo estudo, mas estudos que previam formas de atuação e mudança nas realidades diagnosticadas. Claro que esses estudos ficam mais intensos dependendo do contexto latino-americano. Para ficar em um exemplo pessoal, eu estudei no doutorado a comunicação do MST e tomei contato

com vários colegas que também estudaram esse movimento. E olhe que estudei numa época (2011-2013) em que o MST já não era o único protagonista das esquerdas, apesar de ser um dos poucos movimentos de esquerda com mais coerência no Brasil. Falo isso porque as chamadas Jornadas de Junho geraram uma série de estudos. Participei de uma banca de doutorado que acabou tratando desse tema. Orientei três ou quatro TCCs de graduação que tratavam disso. E muitas vezes, o olhar sobre estes movimentos não leva em consideração outros contextos do caso brasileiro e podem atrapalhar a análise. Muito se falou que o que aconteceu em junho de 2013 foi devido ao acesso das classes mais baixas aos bens de consumo e à escolarização que geraram o seguinte fenômeno: classes populares com acesso a bens de primeira necessidade que não se satisfizeram com o que alcançaram e, justamente por terem mais acesso aos meios de comunicação mais ágeis dos tempos modernos, conseguiram promover mobilizações para reivindicarem não só acesso ao consumo mas também à cidadania. Ou seja, as políticas de inclusão tinham transformado os jovens em consumidores, não em cidadãos e, com o acesso às tecnologias, eles foram para a rua pedir mais inclusão. Não acho essa análise toda errada. Ela tem sim muitos aspectos corretos, mas ainda não contempla o que foi junho de 2013.

Que elementos, então, poderíamos considerar nas Jornadas de Junho?

Neste caso específico é preciso considerar por exemplo a inércia da esquerda. Desde a vitória de Lula em 2002, alguns setores da esquerda, em alguns pontos, ficaram sem saber como agir. Se iam para as ruas, era "jogar água no moinho da direita" e até ajudar a enfraquecer um governo que, se ainda não fosse o ideal, era muito mais avançado que os neoliberais da oposição. Por outro lado, se não se mobilizavam, corriam o risco de perder alguns setores. Foi o caso de parte da juventude, que ou foi para movimentos de esquerda mais ortodoxos, ou foram para setores difusos como movimentos pelas minorias, movimentos ecológicos, etc. Isso sem falar dos que, por falta de politização, acabaram engrossando as fileiras da direita. Os que foram mais os setores que eu chamo de difusos começaram a desenvolver mobilizações com características diferentes dos movimentos tradicionais de esquerda. Negavam partidos políticos, pregavam a horizontalidade e, justamente por serem difusos, incluíam na pauta desde um ativismo ecológico na negação do consumo de produtos animais até propostas de igualdade de gêneros. Não estudo a fundo esses movimentos, mas pelo que li e presenciei são movimentos que não discutiam tanto a transformação do Estado ou dos meios de produção (como era normal à esquerda), mas lutavam por essas pautas específicas ou por direitos muito específicos. Em junho de 2013 os primeiros a ir para as ruas foram esses movimentos. Contaminados por experiências como Seattle ou Occupy Wall Street quiseram

empregar a mesma estratégia. E nessa confusão de pautas, ausência de lideranças clássicas e também sem posicionamentos específicos sobre papel do Estado, esquerda/direita (o que pode até ser chamado de falta de preparo político), os movimentos foram agregando nas mobilizações todos os setores que tinham alguma insatisfação. Assim, numa mesma passeata pelo passe livre você tinha lado a lado jovens que defendiam a redução da maioridade penal, que não eram contra o agronegócio e os transgênicos e nem que eram a favor das cotas ou políticas de inclusão. E isso foi percebido rapidamente por quem estava nas ruas e tinha mais preparo político. Aos poucos as ruas passaram a ser capitaneadas por movimentos que representam o que há de mais conservador e retrógrado no Brasil que são setores racistas, xenófobos, sexistas e que defendem pautas como redução da maioridade penal, pena de morte, fim das cotas, diminuição do estado, etc. E os Black Blocs, nisso tudo, foram só um desvio, proporcionado justamente pela falta de preparo político das lideranças que permitiram a infiltração desses movimentos pequenos e sem expressão na sociedade civil, mas que ajudaram no discurso midiático de maniqueísmo entre movimentos pacíficos e movimentos baderneiros.

Como visualiza o papel da mídia nesse contexto?

Quando o Movimento Passe Livre se deu conta disso, era tarde demais, pois a indústria jornalística, sempre muito crítica dos movimentos sociais, sempre muito preconceituosa com as pautas da esquerda e que historicamente sempre criminalizou os movimentos sociais, viu uma brecha para defender o que era considerado uma volta da cidadania perdida dos brasileiros. O Estado Brasileiro passou a ser o principal culpado pelas mazelas todas, assim como quando o neoliberalismo se implantou pela primeira vez nos anos 80. O discurso midiático se fortaleceu em torno do argumento que o Estado se tornou paquidêmico e parasita da população que paga muitos impostos para que ele mantenha políticas assistencialistas baratas. Na verdade, o que tudo isso proporcionou foi a publicização de pautas que eram contidas em círculos mais restritos. Quem pode ser contra a política de cotas ou as políticas de inclusão? Mas, dentro do argumento de diminuição do estado, dos impostos, etc. as políticas de inclusão entraram no bolo. E as passeatas promovidas pelos setores mais conservadores, que levavam essas pautas para a rua, muitas vezes revestidas de críticas aos gastos contra a Copa (cartazes de quero hospitais padrão Fifa, por exemplo) foram comemoradas tanto pela indústria jornalística, como pelos setores mais conservadores. E veio um furacão; entraram no bolo o Bolsa Família, os médicos cubanos os investimentos do BNDES. Daí para o confronto ganhar ares de guerra fria foi um pulo. Tanto que Simone de Beauvoir virou alvo de críticas e por aí vai. As redes sociais neste caso, multiplicaram esses

discursos, pois na ânsia de mostrar ativismo, Mais do que a velocidade do Whatsapp que permite a mobilização de setores como os caminhoneiros, as redes parecem legitimar discursos que antes eram muito mais restritos. Umberto Eco fez um artigo sobre isso e veja o que aconteceu... mas ele está correto. Volta dos setores da esquerda. As recentes ocupações das escolas foram diferentes, pois os movimentos de esquerda mais preparados politicamente, rapidamente se mobilizaram e se aglutinaram aos estudantes o que gerou um movimento mais organizado, com pautas pontuais e que não se dispersou. Na América Latina. Tudo é cíclico na América Latina. Passamos por vários ciclos e se eu já tinha essa sensação em 2013/2014 com a vitória do liberalismo na Argentina e na Venezuela tenho certeza que teremos a volta de um novo ciclo conservador e liberal nos países latino-americanos, nova criminalização das esquerdas e prevejo enfrentamentos mais contundentes nos próximos anos, se a esquerda souber melhorar suas formas de comunicação e formação política.

E. Comentário de Sarah Jessica Dietrich: na plataforma de CLACSO, no dia 18 de setembro de 2015.

La lectura de los textos propuestos para esta clase me incentivó a tomar como punto de partida de reflexión las movilizaciones actuales en Guatemala. Los actuales procesos de politización en Guatemala, tal como ya lo han planteado lxs compañerxs de clase en otros foros, se hicieron visibles en las manifestaciones que iniciaron a finales de abril del año en curso. La primera manifestación fue convocada por un grupo de personas a través de Facebook y twitter, quienes bajo el lema de #RenunciaYa hicieron público su llamado a unirse en la plaza central de la ciudad de Guatemala para exigir la renuncia de la entonces vicepresidente y el presidente del país. Esto sucedió después de hacerse públicos los resultados de investigación de la Comisión Internacional Contra la Impunidad en Guatemala (CICIG), en cuanto al involucramiento de los arriba mencionados en una estructura de corrupción aduanera. Lo novedoso de las manifestaciones de los últimos meses es la movilización de capas urbanas de clase media en conjunto con otros actores sociales del país. En línea con lo que plantea Pablo Vommaro en su análisis de las movilizaciones que se hicieron visibles en América Latina en los últimos años, las manifestaciones en Guatemala hasta ahora también han logrado, en ocasiones como el paro nacional (#A27), superar las separaciones sectoriales y generacionales en un país sumamente fragmentado en cuanto a las relaciones de poder y las posibilidades de participación política, económica y ciudadana (2014, p. 62). De esta manera las muy diversas y creativas formas de protestas que se dieron en los últimos meses tanto en las calles como en las redes sociales, me parecen afirmar la tesis

de Vommaro quien llega a la conclusión que “[l]as movilizaciones juveniles que se produjeron en América Latina en los últimos años expresan las formas contemporáneas de la política en un sentido amplio, no restringido a un fenómeno únicamente joven” (Vommaro, 2014, p. 57). Lo que conmovió a lxs participantes de las manifestaciones análogas (aquellas que se llevaron acabo en el espacio no virtual, es decir, en la plaza central/el parque y en las calles de la ciudad capital, en otras ciudades y en puntos estratégicos del país) y/o virtuales (durante las manifestaciones éstas se convirtieron en un trending topic en twitter y cobraron una fuerte visibilidad en otras redes sociales) puede ser interpretado como desentendimiento con la administración política y el sistema político en general. Esto me parece poder ser entendido como una forma de cuestionar la legitimidad de un presunto monopolio estatal en torno a los procesos de producción de lo público y el interés común. Asimismo, la movilización dio inicio a una reformulación e impugnación del significado de lo “público”, abriendo las puertas hacia una perspectiva que permite percibir, pensar, reclamar y (re)articular “lo común” de manera “no estatal” por parte de la ciudadanía guatemalteca (Vommaro, 2014, p. 52). Por otro lado, me parece que pensar la política en clave territorial (Vommaro, 2012) puede ser beneficioso para abordar y comprender lo que entendemos por política de una manera más holística, contextualizada y situada. Además semejante abordaje facilita escrutinizar la relación y la importancia del espacio (social) y del territorio a la luz de los significados y las experiencias colectivas (Mannheim) de una ‘nación’ que los produce y es producida tanto a través de relaciones de poder históricamente reificadas e inscritas en la geografía ‘nacional’ como también a través de intencionalidades determinadas y prácticas de estetización de símbolos iconográficos que sirven para materializar el “territorio inmaterial” (Mançano Fernandes, 2005, p. 4). Llama la atención el uso estratégico y la estetización de la bandera, los colores de la bandera, el himno, y el ave símbolo tanto en las manifestaciones y las marchas como en las (re)presentaciones mediáticas de éstas en los periódicos y en las numerosas noticias en las redes sociales, que a la vez retroalimentaron esta estetización.

En cuanto a la estetización de las movilizaciones además cabe destacar que al menos dos grupos de artistas ‘jóvenes’ desarrollaron temas musicales a raíz de los acontecimientos y movilizaciones cuyos videos fueron grabados durante las manifestaciones y actividades de protesta en el centro de la Ciudad de Guatemala(me parece interesante el entramado entre 'el territorio' escogido para la grabación, en el caso de El Sushi enfrente del palacio nacional que marca el kilometro 0 del país y es símbolo clave del sistema politico (post)colonial).

1) El Suhsi “Renuncia Ya!”;

2) Alux Nahual “Fuera!”

F. Cronologia do papel do Mídia NINJA nas manifestações de junho:

Nos dias 18 de junho, na cobertura das manifestações na Avenida Paulista, em São Paulo e 7 de setembro de 2013, na Sé, e em outras capitais, que o Mídia Ninja ficou conhecido nacional e internacionalmente. A seguir elencamos alguns dos fatos ocorridos nesse período (LORENZOTTI, 2014):

- **19 de julho:** o coletivo foi convidado para uma entrevista com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. A entrevista durou hora e meia e provocou alvoroço e polêmica na imprensa tradicional.
- **22 de julho:** o coletivo ajudou, através de um vídeo, a inocentar o estudante Bruno Ferreira Teles, preso por portar coquetéis Molotov, em confronto na frente do Palácio da Guanabara.
- **22 de julho:** Dois dos seus repórteres foram presos no Rio de Janeiro o mesmo dia das manifestações no Palácio. A prisão dos dois ninjas em julho foi parar no The New York Times e no The Guardian. Passados pouco mais de um mês, o grupo já era descrito pela imprensa internacional como protagonista de uma mudança no panorama da mídia.
- **5 de agosto:** a entrevista no programa Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo.
- **7 de setembro:** os seguidores da página Ninja no Facebook alcançaram 200 mil curtidas.